

I. S. E. G.

Biblioteca

S.

43848

1254-G.

HT1581. A37

F66

1996

RESERVADO

X-96-050136-2



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM
SISTEMAS SÓCIO - ORGANIZACIONAIS DA ACTIVIDADE ECONÓMICA-
SOCIOLOGIA ECONÓMICA

**TEMA: REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA EM
RELAÇÃO AOS IMIGRANTES AFRICANOS**

Apresentada por

Maria Teresa Guerreiro Paulo da Fonseca

sob a orientação de

Professor Doutor Fernando Medeiros

Júri - Presidente: Professor Doutor José Carvalho Ferreira

Vogais: Professor Doutor Fernando Medeiros
Doutora Isabel Guerra

Abril/96



AGRADECIMENTOS

Desejaria expressar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos ao orientador da dissertação de Mestrado, professor doutor Fernando Medeiros, pelas preciosas sugestões e orientações que me forneceu durante o processo de investigação e que conduziram à execução deste trabalho.

Agradeço igualmente a todos os interlocutores, que se prestaram, com toda a simpatia e boa vontade, a fornecerem elementos sobre o tema de investigação e cujas informações se revelaram de extrema importância para o esclarecimento de diversos aspectos da análise.

Um último agradecimento, dirigido à minha família, pelo apoio e estímulo que me deu ao longo da execução do trabalho.

ÍNDICE



INTRODUÇÃO.....	pág 1
PARTE I - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL.....	3
CAPÍTULO 1- Teorias explicativas das migrações.....	4
1.1.-Os modelos de atracção-repulsão.....	4
1.2.-O modelo micro-económico.....	5
1.3.-As teorias do capital humano.....	7
2.- A perspectiva histórico-estrutural.....	8
2.1.-Capitalismo, Divisão Internacional do Trabalho e Desenvolvimento Desigual.....	9
2.2.-Modos de incorporação e segmentação do mercado de trabalho.....	10
A- Teorias dualistas do mercado de trabalho.....	10
B- A teoria da Nova Divisão Internacional do Trabalho.....	11
C- A teoria dos enclaves económicos.....	12
2.3.-A análise das migrações centradas nos sistema migratórios e nas redes sociais.....	13
CAPÍTULO 2 -Fluxos migratórios em Portugal.....	14
1- Até aos anos 50.....	14
2- Década de 60.....	14
3- Após 1974.....	17
3.1.- Os retornos.....	17
3.2.-Descolonização e movimentos de população.....	18
4-Anos 80.....	20
4.1.- Origem e montante dos fluxos imigratórios.....	22
4.2.- Distribuição etária dos fluxos imigratórios.....	23
4.3.- Distribuição geográfica dos fluxos imigratórios.....	23
4.4.- Caracter laboral dos fluxos imigratórios.....	24
PARTE II - CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL.....	25
CAPÍTULO 1 - Inserção laboral dos imigrantes africanos em Portugal..	25
1.1.- Situação perante a profissão.....	25
1.2.- Condições de trabalho.....	26

1.3.- Regime de trabalho.....	27
1.4.- Formação profissional.....	29
1.5.- Acidentes de trabalho.....	29
1.6.- Consequências para os trabalhadores imigrantes.....	30
2.- Tomadas de posição das Centrais Sindicais.....	31
3.1.- Trabalho, exclusão social e minorias étnicas.....	32
3.2.- Os grupos sociais excluídos em Portugal.....	34

CAPÍTULO 2 - Condições habitacionais dos imigrantes.....36

2.1.- O processo de crescimento urbano em Portugal e o desenvolvimento das periferias urbanas.....	36
2.2.- População dos bairros degradados.....	37
2.3.- Características dos bairros/condições de habitação.....	39
2.4.- Vivência nos bairros.....	39
2.4.1.- Relação com o bairro.....	40
2.4.2.- Relações sociais.....	40
2.4.3.- O bairro como estratégia de defesa.....	41

CAPÍTULO 3 - A situação educacional das crianças e jovens, filhos de imigrantes.....43

3.1.- Inserção das crianças nas escolas.....	43
3.2.- O triângulo Escola/Família/Comunidade.....	45
3.3.- Meio sócio-cultural e motivação de trabalho.....	47
3.4.- Funcionamento da escola e organização do Sistema Educativo.....	47
3.5.- Os novos luso-africanos.....	49

PARTE III - REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA EM RELAÇÃO AOS IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL.....51

CAPÍTULO 1 - O conceito de representação social.....51

CAPÍTULO 2 - Representações acerca dos imigrantes africanos, por parte dos partidos políticos.....54

2.1.- Representações sociais e discurso político.....	54
2.2.- Posições do Partido Socialista.....	55
2.3.- Posições do Partido Comunista Português.....	59
2.4.- Posições do Centro Democrático Social/Partido Popular.....	62
2.5.- Posições do Partido Social Democrata.....	64
Conclusões.....	67

**CAPÍTULO 3 - Posição da Igreja Católica em relação à situação dos
imigrantes africanos em Portugal.....68**

3.1.- Princípios de acção.....	68
3.2.- Iniciativas tomadas.....	69

**CAPÍTULO 4 - Representações da sociedade portuguesa àcerca
dos imigrantes africanos em Portugal.....72**

4.1.- Categorias analisadas.....	73
4.1.1.- Situação económica do país.....	73
4.1.2.- Desemprego.....	74
4.1.3.- Presença de imigrantes africanos em Portugal.....	78
4.1.4.- Contributo dos imigrantes para o desenvolvimento.....	78
4.1.5.- Entrada de imigrantes.....	79
4.1.6.- Actuação do Governo.....	81
4.1.7.- O esteriótipo, violência/minorias étnicas.....	83
4.1.8.- Imagem que se tem dos imigrantes.....	85
4.1.9.- Racismo.....	89
4.1.10.- Cultura africana e relacionamento com a cultura portuguesa.....	91
4.1.11.- Direitos dos imigrantes.....	94
4.1.12.- Integração social.....	95
4.1.13.- Habitação.....	96
4.1.14.- Educação, insucesso escolar, futuro das crianças e jovens.....	97
4.1.15.- Trabalho.....	98
4.1.16.- Razões da vinda para Portugal.....	99
4.1.17.- Relações com África.....	100
4.1.18.- Emigração dos portugueses.....	101
4.1.19.- Conclusões.....	102

CONCLUSÕES FINAIS.....104

BIBLIOGRAFIA110

ANEXOS:

Anexo 1- Metodologia

Anexo 2- Guião de entrevista a elementos da população portuguesa

Anexo 3 - Inquérito aplicado e resultados

Anexo 4 -Estatísticas globais da população estrangeira.

Anexo 5 - Estatísticas da situação dos estrangeiros perante o trabalho.

Anexo 6 - Estatísticas de educação.

Anexo 7 - Estatísticas da emigração portuguesa

INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretende-se fundamentalmente fazer o estudo das representações e atitudes da sociedade portuguesa em relação à presença de imigrantes africanos em Portugal, quanto às diversas dimensões que a sua presença implica: trabalho, habitação, educação, integração social e cultural, papel que desempenham na economia portuguesa.

O trabalho encontra-se estruturado em três partes. Na primeira, além de uma abordagem das principais teorias utilizadas no estudo das migrações, caracterizam-se, no capítulo dois, os movimentos migratórios na sociedade portuguesa desde os anos 50, focando-se o papel estruturante que têm tido na sua evolução e transformação. É objectivo deste capítulo a compreensão do binómio emigração/imigração, e em particular, do papel que os imigrantes africanos desempenham na actual fase de desenvolvimento económico português.

Na segunda parte, são analisadas as condições de vida dos imigrantes africanos em Portugal, privilegiando-se as questões laborais, habitacionais e educacionais, verificando-se até que ponto políticas adoptadas nestes domínios ou a sua ausência, dificultam ou não a integração dos imigrantes o que poderá estar na base das representações dos portugueses sobre o tema em análise.

Na terceira parte, faz-se uma análise das representações da sociedade portuguesa em geral relativamente à presença dos imigrantes africanos, análise essa que é realizada ao nível do debate político, apresentando-se no capítulo um, as posições dos quatro partidos com representação parlamentar, verificando-se até que ponto a questão imigratória é ou não uma questão politizada e até que ponto o discurso político influencia as representações da população em geral sobre o tema. No capítulo dois analisam-se as posições da Igreja Católica, já que esta se apresenta como uma das instituições que na sociedade portuguesa, maior atenção tem dado à problemática das migrações em geral e da imigração africana em particular. No terceiro capítulo, faz-se o estudo das representações da população portuguesa sobre a presença dos imigrantes africanos, suas condições de vida, relacionamento com os portugueses, aspectos culturais, a par de outros aspectos, com o objectivo de detectar os factores

que estão na base de tais representações e da aceitação ou rejeição da sua presença em Portugal.



Metodologia

Para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas e inquéritos a uma amostra da população nacional localizada numa zona do concelho de Oeiras, caracterizada por ser uma zona habitacional de urbanismo difuso, onde, a par de estilos de vida elevados, coexistem situações de graves carências que atingem sobretudo as minorias africanas que residem em bairros de barracas ou de pré-fabricados junto de prédios de luxo. Em termos profissionais, a população nacional aqui residente exerce a sua actividade em elevada percentagem no sector terciário no concelho de Lisboa, situando-se em termos sociais nos estratos médio e médio-alto.

As entrevistas efectuadas justificaram-se num primeiro momento como forma de captar os discursos sobre a realidade em análise, através da desmontagem do léxico utilizado e da articulação de palavras, frases e ideias. Após esta análise, foi construído, com base nos aspectos detectados de maior relevância, um inquérito com o objectivo de detectar tendências de opinião em termos quantitativos. A relação entre os resultados dos inquéritos e das entrevistas fez-se, detectando para cada categoria estudada as tendências em termos quantitativos, completando-se a explicação com elementos extraídos das entrevistas, das perguntas de carácter aberto do inquérito e dos cruzamentos de variáveis do inquérito. Outras técnicas foram utilizadas na metodologia adoptada para a execução do trabalho, nomeadamente a da entrevista a observadores privilegiados e a análise documental, o que poderá, para mais pormenores ser consultado no Anexo 1 do trabalho.

PARTE I - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

PARTE I - Movimentos Migratórios em Portugal

Na análise dos movimentos migratórios em Portugal é de realçar a posição específica que Portugal vem ocupando no contexto das migrações internacionais. Essa especificidade decorre do facto de a sociedade portuguesa ser simultaneamente ponto de partida e ponto de chegada de fluxos migratórios. Com a emigração coexiste, a partir dos anos 60 e reforçada particularmente ao longo da década de 80, a entrada de imigrantes provenientes de antigas colónias africanas. Portugal transformou-se, tal como outros países do Sul da Europa, num país também de imigração, funcionando como destino alternativo de fluxos de imigrantes, face às políticas restritivas que os países de imigração tradicionais vêm pondo em prática. Este fenómeno, com consequências estruturantes a nível da economia e da sociedade portuguesa, tornou-se mais saliente a partir de 1976 e principalmente nos anos 80, existindo hoje em Portugal um triplo movimento internacional de população: emigração, embora com valores muito mais baixos que os verificados nos anos 60, imigração que pelo contrário, aumentou significativamente relativamente a essa década e reinserção de um número elevado de emigrantes entretanto regressados. A primeira parte do trabalho encontra-se dividida em dois capítulos. No primeiro analisam-se as principais correntes de pensamento utilizadas na abordagem dos movimentos migratórios. No segundo capítulo, faz-se uma abordagem dos fluxos migratórios em Portugal (emigração e imigração) através de uma análise cronológica dos mesmos particularmente a partir da década de 50, detectando os factores que os originaram, numa relação dialéctica emigração/imigração, bem como o papel que têm desempenhado na economia portuguesa e de que forma permitem aferir da posição que Portugal ocupa na economia internacional.

CAPÍTULO 1 - TEORIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Sob o ponto de vista teórico, os movimentos migratórios são debatidos fundamentalmente com base em duas correntes de pensamento económico e social. Uma baseada na teoria económica clássica e nos modelos de equilíbrio e a outra baseada numa análise histórico-estrutural.

1. Modelos de equilíbrio

1.1. Os modelos de atracção-repulsão

As teorias baseadas nos modelos de atracção-repulsão pressupõem que o emigrante, considerado como actor racional, avalia os custos e benefícios para si do acto de emigrar, através de uma livre escolha em relação às oportunidades do mercado de trabalho, com o objectivo de melhorar as suas condições de vida. O emigrante é conduzido a efectuar escolhas racionais em função de determinadas “pressões”, os factores de repulsão e de atracção, que os afastam do seu local de origem e os atraem para outros locais.

Os factores de repulsão considerados, são fundamentalmente: baixos salários, desemprego, seca, fome, explosão demográfica, escassez e improdutividade das terras, falta de infraestruturas básicas, desastres ecológicos, factores estes que se verificam nos seus países. Entre os factores de atracção, contam-se os salários mais elevados e melhores perspectivas de vida que se podem encontrar nos possíveis países de destino, além da fuga às duras condições de vida a que são sujeitos nos locais onde vivem. Estes factores constituem alternativas aos factores de repulsão.

Esta perspectiva foi iniciada pelo alemão E.G. Ravenstein (1852-1913), que em Inglaterra publicou três importantes artigos, o primeiro em 1876 na “Geographical Magazine” e os outros dois no “Journal of the Statistical Society” em 1885 e 1889. Neles expôs o que designou por “Leis da Migração”, que tentavam explicar as migrações através de fluxos condicionados por uma série de variáveis, constituindo um primeiro ponto de partida para uma teoria das migrações.

A contribuição de Ravenstein para a teoria dos movimentos populacionais, foi desenvolvida quase meio século depois, pelo demógrafo americano Everett Lee, que se inspirou nos princípios enunciados pelas “Leis da Migração”.

O modelo de Everett Lee refere que, para além dos factores de repulsão e de atracção existem obstáculos e factores pessoais que intervêm no processo migratório. Agrupou as onze leis de Ravenstein segundo sete critérios, dando origem a um conjunto de proposições onde adianta que o emigrante não decide só por si o acto migratório. Refere que existe todo um conjunto de “obstáculos intervenientes” entre a origem e o destino, tais como, a distância, custos dos transportes e aspectos legais. Existem ainda outros factores de ordem pessoal, tais como a capacidade de adaptação a outro meio, a capacidade de avaliação da situação na origem e no destino ou alterações no ciclo de vida.

A preocupação fundamental deste autor centrou-se na compreensão dos efeitos das migrações nas zonas de origem e de destino, bem como dos processos de assimilação dos migrantes na sociedade de destino. Salientou igualmente a importância fundamental dos motivos de ordem económica que considerou dominantes no momento da tomada de decisão por parte dos indivíduos.

1.2.O modelo microeconómico

Esta perspectiva teórica relaciona os movimentos populacionais com a mobilidade geográfica dos trabalhadores como resposta aos desequilíbrios na distribuição dos factores terra, trabalho e capital. Assim, os movimentos migratórios são concebidos como uma forma de redistribuição do capital humano dentro e entre países, restaurando o equilíbrio entre recursos humanos desigualmente distribuídos geograficamente, corrigindo assimetrias e permitindo um desenvolvimento mais equilibrado de todas as regiões. Assim, o trabalho desloca-se de zonas caracterizadas por escassez de capital, abundância de oferta de trabalho e baixos salários, para outros locais onde o capital e as remunerações são elevados, mas onde o trabalho escasseia.

Neste sentido, tal como existe um mercado internacional de bens, também para os recursos humanos existiria um “mercado de imigração” e os indivíduos tomam as

suas decisões escolhendo de entre as várias alternativas à sua disposição, o destino que maximiza o seu bem-estar.

Esta perspectiva teórica apresenta uma visão optimista, no sentido em que se verificaria um equilíbrio entre vantagens e desvantagens, pois este novo equilíbrio traria benefícios a longo prazo, não só para os trabalhadores que emigram, mas também para os países que os enviam e os recebem. Em termos de mercado de trabalho, as migrações conduziriam ao equilíbrio dos níveis salariais, baixando-os nos países de destino e elevando-os onde escasseasse a mão-de-obra nos países de emigração, travando assim outras tendências emigratórias e chegando-se novamente a um equilíbrio dos factores humanos.

Para os países de onde se emigra, as remessas recebidas permitem aliviar problemas na Balança de Pagamentos e adquirir ao exterior os bens de consumo e os equipamentos necessários. Por outro lado, os emigrantes ao regressarem ao país podem funcionar como agentes de mudança e forças activas num processo de desenvolvimento auto-sustentado, o que poderá superar problemas resultantes da perda de mão-de-obra mais qualificada. Para o país receptor, a mão-de-obra que entra é necessária nalguns sectores onde se verifica a sua falta, permitindo assim colmatar tal deficiência e contribuir para o desenvolvimento, o que se terá passado com a emigração portuguesa nos anos 60. Com efeito ela terá sido factor de uma certa dinamização da sociedade e da economia portuguesa, como veremos seguidamente. Relativamente à imigração africana em Portugal, veremos até que ponto a sua presença tem igualmente contribuído para o processo de acumulação de capital.

Limitações desta análise

A abordagem das migrações através destes modelos, sugere algumas limitações à sua utilização por várias razões. A interpretação dos fluxos migratórios numa perspectiva que valoriza a acção individual deixando de lado um conjunto de constrangimentos inerentes ao facto de que os indivíduos se encontram inseridos num quadro de referência histórico, económico e social global que condiciona as suas escolhas, impedindo assim a total liberdade das suas opções, o que contrasta com a extrema mobilidade do factor capital. Por outro lado, o grau de liberdade das escolhas está limitado, porque o trabalhador pode não possuir os conhecimentos suficientes

para fundamentar as suas escolhas e também porque não controla o mercado quanto à selecção dos empregos. Para que o mercado fosse verdadeiramente livre, seria necessário que houvesse uma variedade de empregos igualmente disponíveis para todos os trabalhadores e em relação aos quais, houvesse uma informação acessível e obtida em termos equitativos por todos.

1.3. As teorias do capital humano

As teorias do capital humano, procuram uma explicação para o facto de alguns indivíduos emigrarem e outros o não fazerem. Para os teóricos do “capital humano”, o mercado de imigração não opera ao acaso sobre as escolhas dos indivíduos, não sendo portanto a selecção feita de uma forma aleatória, realçando o papel da educação nesse recrutamento. Refere-se ainda que esta selecção provoca em equilíbrio no mercado ao nível da distribuição dos recursos humanos. Argumentam ainda, que a presença dos imigrantes nos países receptores é complementar da população local e que o impacto dos rendimentos dos imigrantes nas oportunidades de emprego e nos rendimentos da população nacional são reduzidos.

Um dos teóricos é Barry Chiswick (1990), que refere que os imigrantes têm tendência a ver os seus rendimentos crescer a um ritmo superior ao dos nacionais, o que demonstraria a sua adaptação ao mercado de trabalho e assimilação à economia do país receptor. Tal verificar-se-ia porque os imigrantes possuem incentivos relativamente maiores que os nacionais para investir em capital humano, investindo particularmente na acumulação de qualificações linguísticas, educação, formação profissional e mobilidade profissional. Referindo-se ao caso dos Estados Unidos da América, nos finais do século XX, o autor refere que os imigrantes terão contribuído mesmo para o crescimento do Produto Nacional, enquanto o impacto económico dos rendimentos dos imigrantes sobre salários não é significativo.

Outro autor inserido nesta corrente teórica é Bohning (1983), que estudou os efeitos das migrações nas áreas receptoras e emissoras de recursos humanos. Segundo este autor, as migrações económicas internacionais, são determinadas por uma procura de trabalhadores imigrantes que é regulada pelos Estados dos países de economia de mercado mais desenvolvidos. O autor refere que a abertura das fronteiras aos agentes

económicos activos depende da forma como os grupos dominantes procuram satisfazer as necessidades humanas e os interesses nacionais. Nesta perspectiva, as necessidades de uma nação conjugam-se com as necessidades dos indivíduos na determinação dos fluxos migratórios. A contribuição deste autor é particularmente relevante ao nível da avaliação dos efeitos das migrações para os países receptores e emissores, apontando para uma duplicidade de efeitos para ambas as economias. Refere em particular, que os efeitos para o país emissor podem ser mais negativos que positivos, afastando-se da perspectiva da economia clássica. Segundo ele, os efeitos indirectos da emigração podem impedir o desenvolvimento económico dos países de emigração, podendo ainda agravar-se as desigualdades entre países em termos de bens, rendimentos e poder.

2-A perspectiva histórico-estrutural

A abordagem histórico-estrutural assume que os movimentos populacionais só podem ser analisados no contexto da história das transformações sociais que têm lugar numa dada formação social. Desenvolve-se a partir da teoria da mudança sócio-económica e explica os movimentos populacionais pelas pressões internas e externas que se exercem sobre as economias nacionais e que conduzem a alterações na organização da produção, originando situações de dualismo, através da deslocação para a “periferia” de actividades características do “centro” e que pouco contribuem para o desenvolvimento dos países onde se instalam, pois o seu coeficiente de capital não tem correspondência com os recursos disponíveis, não contribuindo também para a satisfação das necessidades básicas. Explica ainda as migrações pelo desenvolvimento desigual do capitalismo à escala mundial que terá gerado um sistema económico interdependente baseado em relações assimétricas entre o “centro” e a “periferia” (Wallerstein, *The Capitalist World Economy*, 1979, Cambridge University Press). Nesta perspectiva, as migrações são determinadas não por factores individuais, mas por factores estruturais, onde sobressai a divisão espacial da procura de trabalho. Assim, as migrações além fronteiras são consequência de um processo de acumulação à escala mundial não podendo ser reduzidas a decisões individuais. A tónica desta análise situa-se pois, não num micro-contexto de tomada de decisão individual, mas transfere-se para uma análise macro-económica referente às

transformações globais, históricas e actuais, que geraram e continuam a gerar disparidades entre sectores, regiões e países. Esta perspectiva, explica estas desigualdades, não através do desequilíbrio na distribuição de recursos mas sim pela lógica da acumulação capitalista que leva a uma divisão do trabalho à escala mundial, numa lógica de obtenção do máximo lucro.

2.1. Capitalismo, Divisão Internacional do Trabalho e Desenvolvimento Desigual

Três autores se destacam no quadro do desenvolvimento dependente Nikolinakos (1975), Manuel Castells (1975) e Kosacks (1975). Estes autores coconsideram os movimentos migratórios como o principal instrumento na internacionalização do capital a partir dos anos 60.

Para Nicolinakos, o capitalismo transferiu para as metrópoles o objecto de exploração, isto é, o trabalho, através da importação de trabalhadores, explorando-os nos estados “centrais”. É o que designa por “colonialismo interno”. Por outro lado, analisa as consequências do expansionismo do capitalismo europeu e a nova divisão do trabalho entre países emissores e receptores, que terá conduzido à progressiva integração de países de emigração no sistema económico da Europa Ocidental. Analisa o caso particular de países do Sul da Europa, Grécia, Itália, Espanha e Portugal, onde os processos de industrialização e a emigração, acompanhados por uma quebra no crescimento demográfico, conduziram à necessidade de recorrer à imigração de outros países ainda menos desenvolvidos. Segundo o autor, perpetua-se desta forma a “colonização interna” destes novos países onde o capitalismo ocidental dispõe de uma mão-de-obra de reserva.

Castells e Kosack, desenvolvem os seus trabalhos aplicando a teoria marxista à análise das migrações laborais entre os “centros” e as “periferias” do sistema mundial capitalista. Segundo estes autores, o estímulo inicial para tais movimentos no pós 2ª Guerra Mundial, foi resultado da relação entre o processo de acumulação de capital e o desenvolvimento desigual que vai originar o aparecimento de uma reserva de mão-de-obra na “periferia” do sistema mundial, funcionando as pressões para migrar, como uma expressão das desigualdades entre o “centro” e a “periferia” do sistema capitalista mundial. Por outro lado, a tendência para importar trabalho, é considerada uma

expressão do carácter cíclico das desigualdades na expansão da acumulação de capital entre sectores económicos e Estados dentro da economia mundial. Esta teoria é ilustrada pelos movimentos migratórios na Europa, no pós-guerra, com recurso inicialmente a trabalhadores saídos dos meios rurais dos próprios países mais ricos, o que se revelou insuficiente, havendo então necessidade de recorrer a trabalhadores estrangeiros oriundos das colónias, ex-colónias ou dos países do Sul da Europa. Argumentam estes autores que muitos destes movimentos migratórios eram constituídos por uma reserva de trabalho situada na periferia do sistema capitalista mundial.

Segundo os mesmos autores, em meados da década de 70, o processo de contratação de trabalhadores estrangeiros começou a apresentar sinais de exaustão e os objectivos deste sistema foram ameaçados pela transformação de um contingente de trabalhadores temporários num contingente permanente, através do desencadear do processo de reunificação familiar. Começam então as restrições, que segundo os autores têm razões de ordem política e ideológica, isto é, o aumento dos custos sociais da imigração ameaça a estabilidade social das nações industrializadas pela concorrência entre imigrantes e restante população relativamente aos recursos e benefícios sociais (educação, saúde, habitação). As tensões daí resultantes terão deslocado para o Estado as responsabilidades que até aí eram entendidas como pertencendo exclusivamente aos empregadores.

2.2. Modos de incorporação e segmentação do mercado de trabalho

A. Teorias dualistas do mercado de trabalho

Um dos pioneiros das teorias do mercado dualista é Michael Piore (1979), que ao constatar que nos países de destino os imigrantes se encontram desigualmente distribuídos pelos vários sectores da estrutura económica, defende que as economias industriais dão origem a dois segmentos distintos do mercado de trabalho: o segmento primário e o segmento secundário. O segmento primário é dominado por empresas monopolistas ou que detêm grande controle sobre os mercados, podendo assim praticar salários elevados, pois transferem os aumentos dos custos para os

consumidores sendo ainda caracterizado por empregos estáveis e relações de trabalho definidas por contratos colectivos. O segmento secundário, característico de sectores onde a concorrência é elevada não havendo domínio sobre o mercado e as taxas de lucro, verificando-se baixos salários e condições precárias de trabalho, que é por sua vez caracterizado por uma certa insegurança e um baixo estatuto social. Este é o segmento do mercado de trabalho posto à disposição da mão-de-obra imigrante, porque menos apetecido pela população nacional. Aqui os imigrantes têm tendência a concentrar-se em ocupações ligadas a serviços doméstico, em hotéis e restaurantes e também nalgumas indústrias como a têxtil, a de vestuário, calçado e na construção civil. Por outro lado, o trabalho no mercado primário é preenchido por trabalhadores nacionais ou por estrangeiros com qualificações profissionais que chegam com estatuto legal ou através mesmo de recrutamento oficial e que trabalham em condições semelhantes às dos trabalhadores nacionais.

Piore considera que o segmento secundário do mercado de trabalho nas sociedades industriais afecta profundamente a situação dos imigrantes, devido às suas características. São empregos mal remunerados, mais desqualificados, menos propícios à mobilidade profissional e estão correlacionados com um estatuto inferior. Também as condições de trabalho são caracterizadas por relações informais entre patrões e empregados, originando uma maior insegurança e grave situação em caso de desemprego. A aceitação deste tipo de trabalho por parte dos imigrantes, deve-se no entanto ao facto de o encararem como temporário e com melhores compensações salariais relativamente às auferidas no seu país de origem, não sendo por isso relevante a questão do estatuto social. Para Piore, o fundamental na análise das migrações internacionais, relaciona-se com o processo de recrutamento de trabalhadores para determinadas tarefas, as características dos empregos e o seu papel na estrutura do mercado de trabalho dos países industrializados.

B. A teoria da Nova Divisão Internacional do Trabalho

A alteração dos padrões de desenvolvimento na década de 80, com uma internacionalização maior dos investimentos, provoca o aparecimento de novas reflexões teóricas sobre os movimentos migratórios. Surge então o debate sobre a

Nova Divisão Internacional do Trabalho com autores como Frobel (1980) e Ernst (1980). Segundo estes autores, o capital do “centro” (países desenvolvidos) estaria a ser transferido para as “periferias” (países em desenvolvimento), implantando-se aí grandes complexos industriais cuja produção é voltada para as exportações para o mercado mundial, levando à criação de uma sociedade dual nos países onde se implantam. Verificar-se-ia então uma saída crescente de capitais dos países industrializados face à incapacidade de aí se realizarem lucros elevados e à impossibilidade de manter baixos custos de produção ou de dominar conflitos laborais ou ainda devido à crescente organização das comunidades imigrantes. Por outro lado, nos países em desenvolvimento existiriam grandes quantidades de trabalho em resultado do abandono da agricultura e que com um nível mínimo de investimento e de formação permitiria que os níveis de produtividade periférica ultrapassassem rapidamente os do centro. Assim, segundo os defensores desta teoria, em vez de serem os trabalhadores a emigrar para os “centros”, terá sido o capital a emigrar para as “periferias” em busca não só de vantagens económicas como também sociais e políticas. Por outro lado, terá havido uma diminuição das oportunidades de trabalho nos países industrializados, quer para os trabalhadores imigrantes quer para os trabalhadores nacionais.

Autores como Cohen, critica esta teoria, referindo antes que o que se passa é uma alteração da composição e destino dos novos contingentes entre os países mais pobres e os países produtores de petróleo e de fluxos altamente qualificados ligados à informática, sector financeiro e administrativo e de investigação, o que geralmente se designa por “fuga de cérebros”.

C. Teoria dos enclaves económicos

O termo “enclaves económicos” foi inventado por Alejandro Portes (1981), para designar a concentração de grupos de imigrantes numa localização espacial distinta, e que são capazes de organizar as suas próprias actividades económicas e serviços, servindo o seu próprio mercado étnico ou a população em geral. Uma das características destes enclaves, é o facto de os imigrantes se empregarem em empresas cujos proprietários são também imigrantes. Estes enclaves dependem de iniciativas e



recursos dos próprios, proporcionando oportunidades de emprego, de educação e formação profissional aos seus membros.

2.3. A análise das migrações centrada nos sistemas migratórios e nas redes sociais

A introdução do conceito de “redes sociais”, constitui um momento de viragem no âmbito da Sociologia das Migrações, pois estabelece uma relação entre as abordagens macro e micro. Foi a partir dos anos 70 que o estudo das redes sociais suscitou maior interesse por parte dos investigadores. Este conceito permite analisar os movimentos migratórios já não apenas na perspectiva individual e nos indivíduos considerados isoladamente, mas na sua relação com os outros, ao estabelecerem vínculos que determinam condutas individuais e colectivas. Este conceito permite estudar determinados fluxos através do papel que determinados actores sociais ocupam na estrutura da rede. A ideia base da teoria é que, a par de um contexto macroscópico que estabelece condições estruturais, existe um nível microscópico nas decisões migratórias que são influenciadas pela participação em redes sociais e que proporcionam o acesso dos actores a determinados recursos, nomeadamente assistência e informação. Tais redes, baseadas em laços familiares de extrema importância, em laços de amizade e mesmo na identidade das comunidades, dão origem a relações interpessoais que permitem apoiar e estimular novas correntes migratórias.

Conclusão

Pela sua complexidade, entendemos que as várias abordagens explicativas das migrações não explicam isoladamente o fenómeno. Pensamos que elas se completam, permitindo abordar tal tema sob vários pontos de vista que se complementam. Se não podemos cair em particularismos que conduzem a uma dispersão, impedindo uma visão do todo, como um sistema complexo e interdependente, também uma generalização sistemática e universal impede que se analise o que se passa na realidade, repleta de complexidade e diversidade enriquecedora, pois cada movimento tem a sua história e especificidade, fazendo parte de um processo mais geral de desenvolvimento e evolução.

CAPÍTULO II - FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

1.-Até aos anos 50

Ao analisarmos as diversas correntes emigratórias portuguesas neste século, deparamos com a existência de correntes com características diferenciadas. Assim, até aos anos 50, os fluxos migratórios eram predominantemente intercontinentais, com uma emigração dirigida fundamentalmente para o Brasil, Argentina, Venezuela, Canadá, Estados Unidos da América e África do Sul (ANEXO7). Também as colónias portuguesas desempenhavam até esta data importante local de destino dos portugueses que aí procuravam formas de mobilidade ascendente e correspondiam à política oficial do regime de povoamento colonial.

2.-Década de 60

Em meados da década de 50, as tendências emigratórias características da sociedade portuguesa, conheceram um substancial incremento, particularmente devido ao crescimento dos fluxos que tinham como destino alguns países europeus, estando em presença de uma emigração de carácter laboral (Anexo 7).

A tendência das correntes intercontinentais alterou-se, passando os fluxos emigratórios, a intra-europeus e orientados para os países industrializados da Europa, o que se deve ao seu rápido crescimento industrial, cujos mercados de trabalho se debatiam com falta de mão-de-obra, estabelecendo com os países do Sul da Europa acordos para o recrutamento de trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores portugueses, debatendo-se no seu país com dificuldades extremas, principalmente nos meios rurais e também urbanos, correspondiam a tais recrutamentos atraídos pela perspectiva de empregos melhor remunerados e pela proximidade geográfica, o que trazia à deslocação um carácter temporário, com fortes possibilidades de manutenção de laços com os familiares que ficavam. Este aumento substancial dos fluxos emigratórios, está em estreita ligação com o dualismo que se começava a manifestar na sociedade portuguesa, com um crescimento de certos distritos, nomeadamente Lisboa,

Porto, Setúbal e Aveiro, o que atraía população do interior do país. No entanto este crescimento não era suficiente para absorver os quantitativos de população que chegavam das regiões mais deprimidas ao litoral, gerando um êxodo interno e externo. Tal êxodo traduz assim um processo de crescimento económico que pressupunha uma lógica de acumulação baseada na existência de uma mão-de-obra de reserva localizada fundamentalmente na agricultura e numa relação salarial assente num baixo nível de qualificação e baixa remuneração. Existia por outro lado, uma grande desarticulação entre sectores e regiões quanto à capacidade de absorção de trabalhadores saídos da agricultura.

Mas a emigração e a guerra colonial vieram introduzir alterações muito significativas neste funcionamento, nomeadamente quanto à relativa elevação do valor da força de trabalho e da intensidade capitalística dos processos de trabalho. Na agricultura substituíram-se os homens por máquinas, recorre-se aos produtos químicos ou ao abandono das terras. Nas indústrias transformadoras, recorre-se a uma maior intensidade capitalística, substituindo-se a mão-de-obra que começava a rarear, por máquinas, originando aumentos de produtividade e de salários. Assim, a emigração para a Europa, “consequência do subdesenvolvimento e factor de modernização veio alterar em profundidade o sistema de articulação pequena agricultura familiar/trabalho fabril não qualificado, ao qual se substituiu progressivamente um regime salarial propício á formação de um operariado industrial estabilizado” (Medeiros, F. ,1994).

Assistiu-se por outro lado, a uma subida da massa salarial distribuída, que permitiu uma expansão do mercado interno, o que, aliado às remessas que os emigrantes enviavam, terá levado ao atenuar de tensões sociais ao contribuir para a melhoria das condições de vida dos que ficavam. No entanto outros aspectos não terão melhorado. Em relação às reservas, a sua absorção pela economia e pela sociedade tiveram um reduzido papel no investimento por falta de orientação de aplicação das poupanças que foram aplicadas basicamente na construção de casas e na melhoria do equipamento doméstico. Também se verificou uma tendência para a acentuação das assimetrias regionais, agravada pela política de localização industrial da época e pelo quase abandono das regiões do interior do país (Godinho, V. M. ,1978). Toda esta situação vai acentuar as tendências para uma “industrialização sem modernização”, agravando as situações de dualismo da sociedade portuguesa e não

permitindo a satisfação de necessidades de largos estratos da população que continua a preferir o trabalho fora do país.


Um sector no entanto apresentou maior sensibilidade nesta evolução, debatendo-se com escassez de mão-de-obra - o da construção civil e obras públicas por diversas razões tais como:

- necessidades crescentes de construção associadas aos novos investimentos industriais e ao afluxo de novos residentes às principais cidades e a descoberta do Algarve como região de turismo, o que exigia a construção de obras públicas das infraestruturas necessárias o que requeria uma mão-de-obra disponível (Anexo 7)

- ser um sector que requer muita mão-de-obra, sendo dificilmente substituída por máquinas.

- a mão-de-obra nele empregue ser geralmente pouco qualificada, sendo o sector receptor da população que abandona a agricultura sem grandes qualificações. É aqui que geralmente encontra o seu primeiro emprego no sector secundário, funcionando este muitas vezes como complemento da actividade agrícola. Dado que a emigração foi substancial, esta mão-de-obra deixou de estar disponível.

É neste contexto que um conjunto de empresários do sector, solicita ao Governo medidas que dificultassem a emigração. Por outro lado, com o objectivo de colmatar esta falta de mão-de-obra nos sectores mais afectados devido à emigração e também à guerra colonial, Portugal, utilizando a sua posição de potência colonial recruta em Cabo Verde um elevado contingente de trabalhadores, que vêm exercer a sua actividade no sector da construção civil, fixando-se principalmente em Lisboa, Porto e no Algarve, as zonas de maior crescimento. Portugal utiliza assim a sua posição de potência colonial para resolver os bloqueios que o funcionamento do mercado de trabalho provocava à actividade produtiva e Cabo Verde cumpriu assim a sua função de reserva de mão-de-obra barata, ocupando os cabo-verdianos os postos deixados vagos pelos trabalhadores nacionais. Inicia-se assim uma corrente imigratória entre Cabo Verde e Portugal, embora ainda de reduzida expressão e que vai assumir proporções elevadas após o 25 de Abril, particularmente nos anos 80, estendendo-se a outros países, antigas colónias portuguesas. É o próprio modelo colonial português que induz os movimentos migratórios das colónias.



Esta primeira etapa de fixação de imigrantes africanos em Portugal, pode-se chamar imigração de substituição. Aquilo que os países europeus fizeram ao recorrer aos trabalhadores emigrados das margens Norte e Sul do Mediterrâneo para preencher os postos de trabalho insalubres, desqualificados, perigosos e mal pagos, deixados vagos pelos nacionais, fez também Portugal, utilizando imigrantes cabo verdianos para substituírem os portugueses que emigraram e que preferiram executar os mesmos trabalhos noutros países mas com melhor remuneração.

3.- Após 1974

O ciclo da emigração europeia atenua-se no pós-25 de Abril, resultado das limitações impostas pelos países receptores na sequência da crise petrolífera, pelo processo de retorno e ainda o do reagrupamento familiar. Recomeçou então um novo fluxo transoceânico dirigido para os países africanos e do Médio Oriente, com carácter temporário e abrangendo profissionais qualificados ou especializados das indústrias pesada e metalomecânica.

Paralelamente, a nível europeu, enquanto se verifica uma quebra na admissão de novos trabalhadores, constata-se um processo de reagrupamento familiar, originando uma tendência para a fixação definitiva no país de todo o agramado, com naturalização de alguns imigrantes e consequente abrandamento dos elos de ligação com Portugal, do ponto de vista económico, social e cultural.

3.1.- Os retornos de emigrantes

Esta fase é caracterizada pelo retorno de emigrantes que se encontravam em países europeus. Quando o processo migratório tem uma finalidade económica e temporária, implica a noção de retorno, reforçado pela proximidade geográfica da sociedade de partida em relação à de fixação. Vários factores contribuíram para tal processo. Entre eles, a diminuição dos atractivos que conduziram à emigração, a crise económica que se começava a verificar, o que levou à criação de medidas de incentivo ao regresso adoptadas pelos países receptores. Também o facto de, para alguns, os objectivos de poupança estarem atingidos, aliando-se ainda à percepção de uma melhoria das condições sócio-económicas em Portugal, na sequência das mudanças políticas do 25 de Abril. No plano demográfico, os retornos tiveram um efeito positivo

na reconstituição demográfica das regiões de origem dos emigrantes, pois situam-se no escalão etário entre os 40 e 55 anos, com predomínio do grupo entre os 40 e 55 anos, além de que a maior parte regressou com os filhos que entretanto nasceram no exterior(Anexo 7).No plano económico, o impacto da sua participação em actividades realmente produtivas é fraco, pois ele funciona mais como agente de poupança do que como investidor.Em termos sociais, verifica-se no entanto por vezes uma linha de clivagem social no interior do país entre os que retornaram, demonstrando sinais exteriores de prosperidade económica e os que ficaram e que não viram as suas condições de vida melhorarem, gerando-se um dualismo na sociedade portuguesa.Por outro lado, sendo ainda sociedades agrícolas, verifica-se uma especulação relativamente ao preço das propriedades, o que limita ou mesmo condena toda a perspectiva de modernização a longo prazo da agricultura, pois a subida dos preços exclui do mercado, famílias que ficaram nessas zonas e que desejariam aumentar as suas explorações, não o podendo fazer devido aos preços especulativos.

3.2.- Descolonização e movimentos de população

No campo das relações com as ex-colónias, o padrão dos movimentos da população entre Portugal e aquelas é radicalmente alterado.

Os anos 75 a 77 assistiram a um fenómeno, que embora conjuntural, veio provocar alguns desequilíbrios no frágil tecido social após o 25 de Abril, mas já ultrapassados.A independência das ex-colónias está ligada ao amplo movimento de retorno de portugueses aí radicados, como consequência da descolonização e da guerra civil que eclodiu nomeadamente em Angola e Moçambique.Muitos desses portugueses tinham emigrado para África nos anos 60, em resposta às novas orientações da política colonial do regime e ao processo de desenvolvimento que aí se iniciou e que exigia para a sua concretização abundante mão-de-obra qualificada.

Quando estes portugueses regressaram a Portugal , a sua integração implicou um enorme esforço por parte dos governantes da época, exigindo avultados apoios estatais, mas tudo indica que tal esforço foi bem sucedido.Se no início se verificavam algumas clivagens sociais, nomeadamente pela diferença de tratamento em relação aos habitantes do continente, nalguns sectores, devido aos reajustamentos que se verificavam no mercado de trabalho e à sua presença repentina, tal foi ultrapassado em

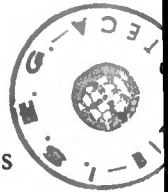
parte, porque os repatriados tinham um nível de qualificação superior, verificando-se a sua inserção principalmente no sector terciário. Por outro lado, como muitos tinham continuado a manter vínculos familiares com a metrópole, grande parte destes portugueses quando regressaram, fixaram-se nos distritos onde tinham nascido.

O dinamismo deste grupo foi utilizado numa época de retracção dos investidores, pelo que serviu para revitalizar algumas regiões onde se instalaram, permitindo assim retomar embora “com graus e ritmos diferentes, percursos de mobilidade ascendente interrompida com a descolonização” (*Esteves, M.C., 1991*). Contribuiu também para o aumento da mão-de-obra qualificada nalguns sectores mais afectados pela emigração.

Este movimento teve também consequências em termos demográficos, pois contribuiu para o rejuvenescimento de algumas regiões, devido ao facto de ser uma população jovem e como tal com maior capacidade de reprodução. (Anexo 7)

Em simultâneo com o repatriamento dos portugueses e seus descententes, ocorre um outro fluxo, o de refugiados africanos, que apesar de reduzido número, conduz a uma alteração qualitativa na composição das minorias africanas e que pode ter funcionado como rede para o aumento dos fluxos imigratórios provenientes destes países verificado nos anos 80.

Para além dos africanos, vêm também nesta fase para Portugal um número considerável de africanos de nacionalidade portuguesa, a quem Fernando Luís Machado no estudo “Luso-africanos em Portugal” designa por “Luso-Africanos”, o que é consequência directa do processo de descolonização, que num contexto de mudança social e política optaram por vir para Portugal, e cujo número é difícil calcular. Estudos efectuados pelo referido autor demonstram que “não se podem considerar imigrantes, não só por serem portugueses de nacionalidade, mas também pelo facto de a sua composição social e o modo como se inseriram na sociedade portuguesa ser marcadamente diferente”. Na maior parte dos casos inserem-se no sector da Administração Pública, em tarefas ligadas ao ensino e saúde ou noutros serviços. Refere ainda o autor que “para além da diferença de estatuto conferida desde logo pela posse da nacionalidade portuguesa, os luso-africanos distinguem-se dos imigrantes dos mesmos países de origem por significativos contrastes “para cima” de condição social, seja ao nível dos graus de escolaridade, de estatuto profissional ou das



zonas de residência e não estabelecem relações sociais directas e regulares com os imigrantes dos respectivos países de origem. A distância social que a sua condição de classe impõe, sobretudo para os que se enquadram plenamente nas classes médias urbanas, com recursos escolares e profissionais elevados é dobrada pelas próprias descontinuidades da localização residencial e tenderão a sobrepôr-se aos eventuais efeitos de determinadas afinidades culturais resultantes da origem comum". Não nos parece pois, que a sua vinda tenha tido uma grande influência na corrente imigratória mais recente dos anos 80.

4.- Anos 80

A nível emigratório persistem os movimentos com caracter temporário e sazonal, com forte diminuição para os países europeus e aumento dos fluxos intercontinentais e continua a ser um fluxo de caracter económico (Anexo 7).

Mas a principal característica dos movimentos migratórios é o elevado valor do fluxo imigratório proveniente dos PALOP e que assume as características dos anos 60, isto é, uma imigração de caracter laboral, sendo a construção civil e obras públicas, os sectores empregadores por excelência. Por outro lado, surgem agora como trabalhadores estrangeiros, com todas as dificuldades e problemas inerentes a tal situação ou estatuto. É uma imigração de força de trabalho não qualificada, predominantemente masculina, que surge quando grande parte dos países da Europa industrializada fecharam as suas portas à imigração. Portugal, tal como outros países do Sul da Europa, tradicionalmente exportadores de mão-de-obra, transformaram-se também em países de destino de novas correntes migratórias. O sentido dominante dos movimentos de população entre os PALOP é invertido com a quebra do tradicional ciclo da emigração ao qual sucede o desenvolvimento de um ciclo de imigração.

A convergência de vários factores conjunturais ajudam a explicar este surto imigratório. Por um lado, factores inerentes à situação política conflitual que se vive nalguns países e as graves carências e falta de oportunidades que aí se verificam, por outro lado, factores inerentes à própria sociedade portuguesa. A conjuntura de crescimento económico em Portugal e o aumento da procura de pessoal em sectores de mão-de-obra intensiva como é o caso da Construção Civil e Obras Públicas, o que permite possibilidades de emprego quase imediatas aquando da chegada e também a

necessidade de recomposição dos mecanismos de acumulação do capital em Portugal, num contexto de crise mundial podem ser factores explicativos para o aumento do fluxo imigratório. Este último factor tem sido propício à prática de formas de trabalho oculto ou à flexibilização da relação salarial às quais os trabalhadores imigrantes se sujeitam mais facilmente que o trabalhador nacional. Neste contexto, vai ser utilizado em grande escala o trabalho destes, pois a sua situação de imigrante por vezes em situação de clandestinidade leva-o a aceitar qualquer tipo de trabalho, mesmo em condições precárias e com padrões salariais abaixo da média, sem grandes possibilidades de reivindicação. Verificam-se entre estes trabalhadores taxas de desemprego inferiores à da generalidade dos trabalhadores nacionais, pois pela sua mais fácil aceitação destas condições são preferidos pelas entidades patronais.

Os imigrantes africanos têm tido assim uma função específica na economia portuguesa, contribuindo para suprir carências de mão-de-obra em certos sectores. Tais carências, não são pois colmatadas pelos próprios trabalhadores portugueses que preferem por sua vez emigrar para outros países, onde a maior parte vai executar os mesmos trabalhos, mas onde as condições remuneratórias são mais favoráveis, o que poderá ser sintoma de uma fraca coesão social.

Os imigrantes têm tido assim um papel funcional na actual conjuntura da economia portuguesa, nesta fase de adaptação das estruturas produtivas não modernizadas às exigências comunitárias e de crise conjuntural, tal como os emigrantes portugueses a tiveram nos países para onde se dirigiram principalmente nos anos 60, suprimindo também a falta de mão-de-obra e contribuindo para a reconstrução desses países. A própria situação de clandestinidade em que muitos se encontram, tal como muitos portugueses nos anos 60, tem tido um papel de controle social, o que tem sido reforçado pelo facto de a questão imigratória se ter mantido até agora fora da agenda política, sendo considerada uma questão secundária. Esta situação que afecta milhares de imigrantes, apesar de um processo tímido e incompleto de regularização da sua situação em 1992/93, tem tido um papel perversamente funcional, pois obriga a uma passividade em relação a formas de discriminação no mercado de trabalho, a um apoliticismo e deficit de cidadania, que se revelam perversamente benéficos para a economia portuguesa, como veremos em pontos seguintes. A informalidade das relações laborais e a clandestinidade dos imigrantes mantêm assim uma relação

funcional de alimentação mútua, que se manifesta fundamentalmente no sector da construção civil, que, apesar de ocupar elevado número de trabalhadores nacionais, é nos imigrantes que encontra os elementos mais ajustados à reprodução de relações ilegais de trabalho.

4.1. - Origem e montante dos fluxos migratórios

Uma análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Anexo 4), leva-nos a constatar que a imigração tem basicamente por origem, os países com os quais Portugal manteve e mantém laços históricos e culturais mais fortes, nomeadamente com as ex-colónias.

Enquanto em 1960, a percentagem de imigrantes de África era de 1,5% em relação ao total de imigrantes, em 1981, tal percentagem era já de 44,1%, sendo destes, 41,7%, proveniente dos países africanos lusófonos. Tal acréscimo, será consequência, não só do processo de descolonização verificado na segunda metade dos anos 70, das guerras civis que eclodiram em algumas das ex-colónias e ainda devido aos desequilíbrios económicos verificados nesses países. Tal situação, própria de períodos pós-coloniais, à semelhança do que se verificou também noutros países europeus, continuou a verificar-se durante os anos 80, consolidando-se assim uma nova corrente migratória, com origem nos PALOPs, e mais em particular em Cabo Verde, o que leva a supor que existe uma reconstituição em Portugal da sociedade colonial e a levantar a questão se o ciclo da história colonial já terminou ou não.

A dificuldade de obtenção de dados completos sobre o número real de imigrantes, dada a elevada percentagem de imigrantes clandestinos e o facto de as fontes de obtenção de dados, Instituto Nacional de Estatística e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, não serem comparáveis, dificulta a avaliação real de tal corrente migratória. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 1988, dos estrangeiros residentes legalmente em Portugal, 27% tinham origem na União Europeia e 73% eram provenientes de países terceiros, dos quais 87%, eram imigrantes dos países africanos lusófonos. Em 1994, 25,4% eram provenientes da União Europeia e dos provenientes de países terceiros, 63,5% eram imigrantes dos PALOPs.



4.2. -Distribuição etária dos fluxos imigratórios

A distribuição etária deste fluxo imigratório, situa-se fundamentalmente entre os 14 e os 45 anos, o que é próprio de um fluxo com caracter laboral, pois será nesta fase da vida em que a propensão para procurar melhores condições de vida é maior. Em 1988, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dos imigrantes africanos lusófonos, 47,3% situavam-se no escalão etário dos 14 aos 25 anos e 40,46% no escalão dos 26 aos 45 anos. Segundo dados do Recenseamento de População de 1991 (Anexo 4), do total de estrangeiros, provenientes de países africanos lusófonos, 14% situam-se no escalão dos 15 aos 24 anos e 24,5%, no escalão dos 25 aos 44 anos. Apesar de não comparáveis, os dados apresentados, demonstram a presença de elevada percentagem de jovens nas comunidades africanas, em Portugal.

4.3. -Distribuição geográfica dos fluxos imigratórios

A distribuição geográfica da população imigrante proveniente dos PALOPs, revela uma tendência para se concentrar no distrito de Lisboa, que, em 1994, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Anexo 4), absorvia 66,8% dos imigrantes, seguindo-se o distrito de Setúbal (16,3%), Faro (8,6%), Porto (3%) e Aveiro (0,6%). É nos distritos de maior industrialização, de maior poder de atracção e de maiores oportunidades de emprego, que a maior parte dos imigrantes provenientes dos PALOPs fixam residência, o que se deve à perspectiva de maiores oportunidades de trabalho. Tais distritos, coincidem igualmente com os de maior atracção dos fluxos migratórios internos, acelerados por um forte êxodo rural, fruto não só das deficientes condições de vida na agricultura, como de políticas discutíveis de quase abandono deste sector de actividade. Também as perspectivas de modernização induzidas pela adesão à Comunidade Europeia, em que os fundos comunitários desempenharam importante papel, o aumento dos investimentos estrangeiros nos distritos do litoral, e o aumento das obras públicas, cria, à partida, perspectivas de maior dinamismo do mercado de trabalho. Origina-se desta forma uma possível concorrência entre trabalhadores nacionais, saídos da agricultura, ou sem grandes qualificações

profissionais que não emigram para o exterior, e os trabalhadores africanos, na generalidade o fluxo menos qualificado profissionalmente, o que é potenciador de uma conflitualidade nestas zonas do país, em termos laborais e habitacionais, sendo agravada em situações de crise, o que parece ter acontecido recentemente na sequência de uma quebra dos aspectos conjunturais. Tal, pode estar na origem de certas representações negativas sobre a presença dos imigrantes africanos em Portugal.

4.4. - Caracter laboral dos fluxos imigratórios

O caracter laboral deste fluxo imigratório, é revelado pela situação perante o trabalho e pela análise do tipo de profissão desempenhada. Assim, em 1994, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Anexo 5), 96,4% dos africanos residentes legalmente em Portugal, eram trabalhadores por conta de outrem e 80% exercia a sua actividade como operários, o que é demonstrativo das fracas qualificações profissionais destes trabalhadores, que exercem a sua actividade nos sectores menos atractivos e com piores condições de trabalho. Constata-se mesmo que, entre os estrangeiros, é esta a população mais marginalizada e portanto a mais sujeita a um maior grau de vulnerabilidade e de exclusão social.

Este padrão de migração laboral, realça a situação de Portugal na economia mundial. Por um lado, situam-se em Portugal fluxos migratórios provenientes de países europeus, mais qualificados, e que se situam em sectores de ponta, aos quais correspondem os fluxos emigratórios portugueses de mão-de-obra não qualificada. Por outro lado, Portugal é país de destino de fluxos emigratórios não qualificados, provenientes dos PALOPs, a que corresponde igualmente um fluxo de emigrantes portugueses qualificados, que se dirigem para esses países ao abrigo de esquemas de cooperação.

A participação de Portugal na União Europeia, tem levado a compromissos com o objectivo de controlar os fluxos imigratórios, nomeadamente através da assinatura dos acordos de Schengen e na sua sequência com a publicação da nova Lei de entrada, residência e expulsão de estrangeiros e ainda do processo extraordinário de regularização de estrangeiros.

**PARTE II - CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES
AFRICANOS EM PORTUGAL**

PARTE II - CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO IMIGRANTE EM PORTUGAL

Na segunda parte do trabalho, faz-se uma análise das condições de vida dos imigrantes africanos em Portugal. Assim, no primeiro capítulo analisa-se a inserção laboral dos imigrantes e o seu papel funcional no processo de acumulação económica. No segundo capítulo, analisam-se as condições habitacionais e sua relação com o processo não planificado de crescimento urbano, propiciador de situações de exclusão, bem como a função social dos bairros onde reside a maior parte da comunidade imigrante. No terceiro capítulo, aborda-se a situação educacional das crianças e problemas de inserção social dos jovens.


CAPÍTULO 1 - INSERÇÃO LABORAL DOS IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL

1.1. - Situação perante a profissão

A profissão, constitui uma das variáveis mais importantes no estudo dos fluxos migratórios, pois na maioria destes, predomina o carácter laboral, como vimos no capítulo anterior o que pode ser observado nos dados estatísticos apresentados em anexo.

Os dados estatísticos fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras comprovam o carácter laboral da imigração africana em Portugal e também uma dualidade na distribuição dos imigrantes das diversas nacionalidades por profissão. Por um lado, temos os provenientes dos países da União Europeia, que exercem essencialmente profissões científicas e técnicas ou estão inseridos em quadros superiores. Por outro lado, os provenientes dos países africanos lusófonos, são, na sua maioria, trabalhadores por conta de outrem e situam-se em sectores que ocupam mão-de-obra intensiva e pouco qualificada, como a construção civil e serviço doméstico.

Os dados apresentados pecam por defeito, pois não incluem o elevado número de imigrantes em situação ilegal, estimados em cerca de 40000, pelo Secretariado



Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL), e que são absorvidos, na sua maioria, pelo sector da construção civil, por razões já apresentadas. Dentro deste sector, as profissões mais frequentes são a serventia, exercida pela maior parte, pedreiro, armador de ferro, carpinteiro, montador, serralheiro, condutor de máquinas, estucador, etc.

1.2. - Condições de trabalho

Segundo dados recolhidos a nível dos Sindicatos da Construção Civil e representantes das Centrais Sindicais e ainda através de estudos já efectuados a nível da comunidade africana (*França, L., 1992*), o traço comum é o da grande vulnerabilidade destes trabalhadores face ao mercado de trabalho, caracterizado cada vez mais por uma grande flexibilidade e por práticas ilegais e ocultas de emprego. Só pouco mais de 1/4 dos que trabalham por conta de outrem é trabalhador efectivo. Segundo o estudo referido(1), só 48,9% dos Cabo Verdianos estão nesta situação, os restantes, ou têm vínculos precários (contrato a prazo -20,2%) ou não possuem qualquer contrato (30,9%) e destes 48% trabalham nesta situação há mais de cinco anos. Mesmos os que têm contratos, estes são de curta duração, de 3 a 6 meses (62,6%), agravando a instabilidade no emprego e a sua vida económica.

São várias as razões por que, estes trabalhadores se sujeitam a tais condições. O próprio carácter da sua estadia no país, por motivos de trabalho e tentando poupar o mais possível, leva-os a aceitar trabalho dentro do sector formal ou informal sujeitando-se a condições de trabalho penosas e degradantes e em muitos casos, a remunerações abaixo das tabelas salariais, situação que, na opinião das forças sindicais, provoca situações de concorrência com os próprios trabalhadores nacionais, obrigando a um abaixamento dos níveis salariais. Constituem assim instrumentos de "dumping salarial", tal como os emigrantes portugueses o são nos países onde se encontram. Tal situação, comprova a mundialização desta estratégia global do capitalismo para fazer baixar os salários, como forma de obtenção de lucros mais elevados, sendo nesta perspectiva tolerada a situação de clandestinidade de elevado número de imigrantes e a recusa na sua legalização.

Ainda, segundo informações recolhidas, o recrutamento não é feito directamente pelas empresas, mas sim através de subempreiteiros ou através de empresas, ou redes, cuja função é apenas a de recrutar pessoal para o trabalho na construção civil. Estas empresas, sem equipamento, nem serviços administrativos, são registadas e colectadas como empresas de recursos humanos, muitas vezes apoiadas pelas próprias empresas de construção civil. O contrato que estabelecem com os trabalhadores assim contratados, é apenas verbal e estabelece-se de acordo com as necessidades.

1.3. - Regime de trabalho

O regime de trabalho é ao dia ou à hora, sendo este último o mais frequente. Os que exercem a função de servente, recebem em média, de 300\$00 a 400\$00 à hora e os pedreiros, 500\$00. A remuneração ao dia é de cerca de 4000\$00 para os serventes e de 5000\$00 para os pedreiros.

Quanto ao horário de trabalho, não é fixo. A média de horas de trabalho é de 41h a 45h, por semana, e todo o tempo de trabalho extraordinário é pago ao mesmo preço das restantes horas. Ainda segundo o estudo citado, 53,8% dos homens Cabo Verdianos trabalha de 35 a 45 horas e 40,6%, mais de 45 horas. Constata-se que é nos sectores Construção Civil e Obras Públicas, Comércio a retalho Restaurantes e hotéis e Transportes e armazenagem onde os horários são mais pesados.

Este regime de trabalho e de contratação, tem-se tornado uma prática generalizada no sector da Construção Civil, o que contraria os direitos legais e contratuais dos trabalhadores. Segundo informações recolhidas, muitas empresas e sub-empreiteiros, tentam convencer os trabalhadores de que é mais vantajoso receber uma remuneração ao dia ou à hora, do que um salário mensal, sujeito a descontos para a Segurança social. Esta forma de prestação de trabalho, que não está tipificada no nosso ordenamento jurídico do trabalho, é considerada mão-de-obra clandestina e causadora de enormes arbitrariedades. Para as empresas que praticam estas formas, segundo opinião dos Sindicatos, o objectivo é a fuga aos impostos e o aumento de lucros, através do não

cumprimento dos direitos previstos nas leis e nos contratos colectivos de trabalho, nomeadamente, direito a férias pagas, subsídios de férias e de Natal, subsídios de almoço, pagamento dos Sábados, Domingos e feriados, pagamento de indemnizações ou compensações, trabalho extraordinário, deslocações, etc. Em consequência, os trabalhadores nesta situação, não podem usufruir de um conjunto importante de direitos sociais, como, subsídio de desemprego, assistência médica e medicamentosa, subsídio de nascimento, subsídio de aleitação, casamento, morte e funeral, abono de família e reforma, pois não se verificam descontos para a Segurança Social.

Estima-se em cerca de 280000, o número de trabalhadores nesta situação, entre os quais, elevada proporção é de imigrantes africanos e particularmente, dos que se encontram no país numa situação de irregularidade. Aliás, esta situação de trabalho, à margem dos padrões estabelecidos por lei, conduz, por si própria, em muitos casos, a uma situação de ilegalidade e irregularização da presença dos imigrantes em Portugal, já que, por lei, estes têm que apresentar anualmente uma declaração da entidade patronal em como exercem uma actividade remunerada. Caso a entidade patronal a recuse, o que é frequente neste contexto de relação precária de trabalho, o imigrante pode cair numa situação de irregularidade, passando a ser considerado clandestino e ficando sujeito às consequências previstas na lei, nomeadamente no Decreto-Lei nº59/93 de 3 de Março, que estabelece o regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional. Por tal facto, os Sindicatos têm pressionado as instituições políticas no sentido de abrirem um novo período de regularização da situação dos imigrantes no país, pois em muitos casos esta não foi possível devido à recusa de passagem da referida declaração por parte da entidade patronal. Foi ainda solicitado que sejam consideradas para efeitos de renovação de licença de permanência, declarações passadas pelos próprios sindicatos ou pela Inspecção do Trabalho, o que já foi aceite.

1.4. - Formação profissional



A precaridade do trabalho dos imigrantes está também relacionada com os reduzidos níveis de instrução e de qualificação profissional. Ao nível das próprias empresas, é muito reduzido o processo de aprendizagem e de formação profissional. A maior parte destes trabalhadores faz a sua aprendizagem profissional, no próprio local de trabalho ou através da experiência diária. Dos Cabo Verdianos inquiridos no estudo referido, 50,8% declara que fez a sua aprendizagem com os colegas no local de trabalho e só 14,2% refere que fez um curso de formação profissional. Mesmo quando as empresas abrem concurso para a admissão de trabalhadores no quadro, ou se a ocupação de certos cargos exige uma aprendizagem, raramente são escolhidos os imigrantes, sendo desta forma relegados para segundo plano no acesso a quadros e a formação profissional.

1.5. - Acidentes de trabalho

Quando ocorrem acidentes de trabalho, são também os trabalhadores sem vínculo contratual, os mais afectados, pois não são pagos seguros por parte das empresas em relação aos trabalhadores assim recrutados, pelo que, nesta situação, não há direito a qualquer forma de indemnização. Tal, só é possível, após recurso a tribunal, o que se torna inviável não só pela situação de ilegalidade em que o trabalhador se encontra como também pela precaridade económica em que se encontram. Esta situação, preocupante no sector da Construção Civil, considerado de alto risco, e por isso sujeito a forte sinistralidade, tem vindo a aumentar, não só pelo ritmo de construção e aumento de trabalhadores empregados, mas também, na opinião dos sindicatos, devido à precarização das relações laborais, com trabalho ao dia ou à hora, sem vínculo contratual e ainda como forma de obtenção de lucros elevados e fáceis, por parte de algumas empresas, que descuram as condições de segurança no trabalho, adequadas. Por outro lado, só em 1 de Julho de 1995 se transpôs para o Direito interno português, a directiva comunitária 92/57 de 24/6/92, que regulamenta as condições de segurança e higiene no trabalho do sector da

Construção Civil, o que, aliado a uma falta de fiscalização, por falta de meios humanos para tal, tem conduzido a um aumento da sinistralidade neste sector. Este tipo de acidentes, que afecta não só os trabalhadores imigrantes como também os nacionais, apresenta valores elevados. Segundo dados do Sindicato dos trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras, ocorreram 88 acidentes mortais, entre Janeiro e Outubro de 1994.

1.6. - Consequências para os trabalhadores imigrantes

O conjunto de todos os aspectos referidos, afecta muito em particular a situação dos imigrantes africanos, já que a maioria trabalha no sector da construção civil, onde são frequentes as situações irregulares de trabalho. Tais situações são agravadas, pelo facto de o grau de sindicalização ser muito reduzido, com desconhecimento de direitos e regalias sociais. Existe uma desinformação sobre legislação laboral, funcionamento do mercado de trabalho e função dos sindicatos, para o que, em muitos casos, contribui o fraco nível de instrução ou mesmo o analfabetismo de grande número destes trabalhadores. Desconhecendo os seus direitos, aceitam tais situações, não as denunciando, com receio de represálias por parte de quem os contratou, pois têm-se verificado ameaças de despedimento em caso de divulgação da situação. Por outro lado, sendo esta a única forma de encontrar trabalho, o imigrante aceita-o, pois necessita de garantir um mínimo de subsistência para si e para a sua família.

Em termos de relações laborais entre trabalhadores, segundo informações recolhidas, não se verificam discriminações e actos de rejeição com base na raça, já que muitos trabalhadores nacionais se encontram na mesma situação de precariedade de trabalho.



2 - Tomadas de posição das Centrais Sindicais

Os Sindicatos e as Centrais Sindicais têm apelado à sindicalização dos trabalhadores imigrantes, pois consideram os sindicatos como “meios privilegiados para a integração dos imigrantes na sociedade”, passando a sua integração, pela plena adopção de “direitos e deveres iguais e pela sua responsabilização a todos os níveis no movimento sindical, sem paternalismos ou discriminação”. Propõem ainda a existência de estruturas vocacionadas para o apoio à integração dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho e na sociedade em geral, podendo ainda os sindicatos, ter um papel importante na promoção de uma maior sensibilização contra o racismo e a xenofobia.

Adoptando uma atitude nem discriminatória nem paternalista, propõem ainda, um novo período de legalização extraordinária e um apoio ao reagrupamento familiar, bem como o desenvolvimento de políticas que ponham fim à contratação de mão-de-obra clandestina, punindo os empregadores, responsáveis pelo seu recrutamento. Por outro lado, exigem que se exerça o direito à integração na Segurança Social e se criem condições propícias à progressão na carreira. Não desligam, no entanto, as questões laborais das questões mais globais, relacionadas com a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, exigindo uma política de habitação, oposta à formação de guetos, através de apoios específicos, e de uma política de educação e formação profissional, bem como a criação de um organismo governamental, responsável pela política de imigração em Portugal, com envolvimento constante das diversas associações que trabalham no âmbito da imigração.

Não desligam a luta pelos direitos dos imigrantes, da luta pelos direitos dos trabalhadores nacionais, contra a flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho e inserem-na dentro do contexto nacional e europeu, comparando a situação dos imigrantes africanos em Portugal, com a dos emigrantes portugueses noutros países europeus. A reflexão que fazem, é a de que existe uma estratégia global para fazer baixar os salários, através de um processo de “dumping salarial”, e que é impossível dissociar os fluxos migratórios para a Europa, por parte de habitantes do Sul, das condições de vida

nesses países, bem como do processo de acumulação à escala nacional e mundial, com relações económicas injustas para aqueles países.

Em termos de actuação política, as duas centrais sindicais, UGT e CGTP, têm actuado em conjunto, apresentando várias propostas, junto da Assembleia da República e do Parlamento Europeu. Exigem a revogação do Decreto-Lei nº 99/77 de 13 de Março, que regulamenta o trabalho de estrangeiros, argumentando que esta lei é propícia à contratação ilegal de trabalhadores estrangeiros, sem fazerem parte do quadro de pessoal, sendo forçados a aceitar salários abaixo do estabelecido nas tabelas salariais, o que acaba por ser negativo para os próprios trabalhadores portugueses, pois a entidade empregadora dispõe de uma mão-de-obra mais barata, furtando-se ao cumprimento de obrigações de ordem social. Outro argumento apresentado é o da contradição com o estabelecido na Constituição da República, no artº 59 que “garante uma igualdade de tratamento entre todos os trabalhadores sem distinção de idade, sexo, raça, nacionalidade, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas”.

3.1. - Trabalho, exclusão social e minorias étnicas

No caso dos imigrantes e de outros grupos sociais, de que forma a sua posição de extrema vulnerabilidade durante o processo produtivo, executando os trabalhos mais duros e pesados, situados por vezes no mercado secundário de trabalho, provoca exclusão social e marginalização? Isto é, quais os mecanismos, relacionados com o trabalho, que provocam a marginalização e a exclusão.

Uma análise das mudanças na estrutura de emprego das sociedades industrializadas, leva-nos a constatar o facto, de que esta se alterou nas últimas décadas. Tem diminuído a proporção de trabalho que requeria capacidades mínimas e tem aumentado a que implica maiores níveis de educação formal, de formação e de capacidades. Várias razões se podem apontar, entre elas, o progresso tecnológico aplicado a todos os ramos da produção e a terciarização das economias, aumentando as profissões de carácter administrativo e emergindo, em consequência, em maior número, uma nova

classe, a classe média, constituída fundamentalmente por empregados e trabalhadores não manuais assalariados e diminuindo o número dos trabalhadores manuais. Os que se encontram desprovidos das qualificações necessárias e exigidas, ficam à margem do mercado primário de trabalho, só encontrando emprego no mercado secundário de trabalho. Segundo Alain Touraine (1992), “hoje deve falar-se mais em sector formal e informal, em vez da simples oposição trabalho, desemprego”. Nas sociedades ocidentais tem-se generalizado a tendência de precarização do trabalho, com o seu exercício em part-time, trabalho temporário, trabalho ao domicílio, subcontratação, e outras formas, que criam o mercado secundário de trabalho, que está fortemente exposto às flutuações do mercado e da gestão. Funciona este mercado, como já vimos anteriormente, com base na utilização de uma força de trabalho flexível e disponível, porque aos seus membros falta a protecção de que usufruem os trabalhadores do sector primário. Existe assim uma segmentação e uma dualidade do mercado de trabalho, baseada na diferenciação de pagamentos, de estatuto social, de mobilidade social e de capacidades utilizadas.

Outro aspecto que caracteriza os países europeus, é o facto de o desemprego assumir proporções elevadas, atingindo fortemente os trabalhadores assalariados, persistindo a diferenciação quanto às hipóteses de estilos de vida entre estes e os que estão empregados e que gozam assim de uma maior estabilidade económica e de um estatuto, o de empregado, que mesmo social e psicologicamente é importante para a sua estabilidade pessoal.


Predominam também nas sociedades industriais, profissões não manuais, pouco diferenciadas, em termos de remuneração e de relações laborais, conduzindo, segundo teorias marxistas, a uma proletarianização das pessoas nelas ocupadas.

A crise de emprego, considerada em todas as suas dimensões, desempenha assim um papel principal na geração e reprodução da pobreza e da exclusão, entendida como a privação no atingir determinado nível de vida, considerado padrão normal numa determinada sociedade. É a situação face ao emprego improdutivo ou precário, que está na base do processo de pauperização e de exclusão social, pois implica precaridade económica e incapacidade de satisfação de necessidades básicas da existência.

Surge assim uma nova estrutura de classes, baseada mais no estatuto sócio-económico e em estilos de vida, do que no lugar que se ocupa no processo produtivo. Ainda segundo Alain Touraine(1992), quando se fala hoje em desigualdades sociais, já não é com base numa imagem piramidal, porque passamos de uma sociedade de produção para uma sociedade de mercado e de consumo. Mas hoje, a exclusão não se limita apenas a uma questão de rendimento ou de posse económica, pois é necessário atender à posição das pessoas na estrutura social, à sua situação de classe, à rede de relações sociais e comunitárias em que se inserem, às hipóteses de mobilidade ascendente, e às modalidades de participação e de exercício do poder.

3.2.- Os grupos sociais excluídos em Portugal

Em Portugal, as principais grupos afectados pela pauperização e exclusão social, são pessoas idosas, pequenos agricultores e rendeiros, operários com relações precárias de trabalho, salários insuficientes, fraca escolarização e ausência de formação profissional, desempregados e minorias étnicas(Fernandes,A.J.,1991).O modelo de crescimento económico adoptado e a crise do Estado-Providência, incapazes de atenuar as desigualdades e a situação de privação de segmentos carenciados da população, são factores apontados para o processo de exclusão social a que se encontram sujeitos. Desta forma, aos pobres tradicionais, juntam-se hoje os novos pobres, como resultado da crise económica que se vive no país. Ainda segundo Alain Touraine(1992), a exclusão não se define como o contrário, mas sim como a contrapartida da integração, e porque a nossa sociedade é liberal, provoca a exclusão, e porque tem uma maior capacidade de integração, tem também uma capacidade de exclusão superior. Dantes, numa sociedade, ou se estava em cima ou em baixo. Agora, ou se está dentro ou se está fora. As sociedades, são agora consideradas na sua dimensão horizontal e não na sua dimensão vertical. É a situação de desigualdade e de marginalidade que se transforma em segregação nas cidades, surgindo os subúrbios e os bairros de habitação degradada, como se verifica em Portugal, fruto de uma ausência de planeamento urbano e dos fracos recursos económicos



de largos estratos da sua população. Do ponto de vista social, a pobreza é pois entendida como exclusão dos estilos de vida considerados normais na sociedade e que se transformaram como um valor a preservar na sociedade pós-moderna. A pobreza, implica pois a marginalidade social, manifestada na privação dos bens de consumo normais e isto é um estigma que marca o indivíduo ou o grupo, sendo “o outro” considerado como um ser indesejável, porque pobre, originando uma segregação por vezes organizada e institucionalizada, com a sua fixação em espaços próprios. É o que se passa por vezes com a questão habitacional, símbolo por excelência da inclusão ou da exclusão social.

Os imigrantes, pela sua situação de estrangeiros numa sociedade diferente e pela sua própria condição de imigrante, são extremamente vulneráveis a tais mecanismos de exclusão e de segregação, devido à precaridade de trabalho, baixas remunerações, o que, a par de processos de exclusão por motivos culturais, atitudes de discriminação racial e dificuldade de relacionamento cultural, de acesso a serviços públicos, à educação e saúde, tem implicações nos seus estilos de vida, que são baixos comparativamente aos dos habitantes do país onde se encontram. Os círculos viciosos que se encontram nas situações de pobreza em geral, ganham maior complexidade no caso das minorias étnicas, sendo maior a incidência da pobreza entre estes grupos, comparativamente ao resto da população nacional que viva no mesmo tipo de habitat. Encontram-se assim fora do sistema, postos à margem e segregados. A desigualdade social é assim substituída pela segregação e pela marginalização da sociedade onde se inserem, de que as condições de habitação constituem um símbolo.

Em Portugal verifica-se a coexistência de uma imigração vinda do exterior e de uma “imigração” interna, que vive em condições de precaridade idênticas, sofrendo o mesmo tipo de exploração, num contexto de desorganização sindical nos sectores onde se inserem e sujeitos a formas semelhantes de segregação espacial.

(1), França, Luís (1992), coord., *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

CAPÍTULO 2 - CONDIÇÕES HABITACIONAIS DAS MINORIAS ÉTNICAS AFRICANAS EM PORTUGAL

2.1. - O processo de crescimento urbano em Portugal e o desenvolvimento das periferias urbanas

A situação habitacional, constitui um dos indicadores fundamentais de inserção dos imigrantes nas sociedades onde se fixam, mas uma análise das suas condições de habitação, hoje em Portugal, não se pode dissociar de um estudo sobre o processo de crescimento urbano a que o país vem assistindo.

Em Portugal, desde o início dos anos 50, que se têm verificado movimentos migratórios a nível nacional para as áreas litorais, e em especial para as áreas metropolitanas de Lisboa-Setúbal e Porto.

Em 1981, as duas áreas metropolitanas detinham cerca de metade da população nacional, que se concentrava assim, num décimo do território do país, acentuando as assimetrias demográficas regionais, já fortemente influenciadas pela emigração da população das zonas rurais e do interior, para o estrangeiro, entre os anos 50 e 70. Depois do 25 de Abril, a situação de congestionamento agravou-se com o retorno de habitantes das ex-colónias que se fixaram preferencialmente nas maiores cidades. A conjugação destes factores, vai provocar a “explosão” da cidade tradicional, dando origem a uma nova configuração do espaço urbano, através do crescimento das periferias, que desempenham novas funções e assumem novas funções, já não relacionadas com o simples lazer, que tradicionalmente lhes estava associado, transformando-se em locais de habitação para as populações de menores recursos.

Vai-se criando um tecido urbano descontínuo, construído ao acaso dos seus promotores, sem obedecer a qualquer plano de ordenamento, com uma urbanização por saltos, onde surgem, por um lado, prédios de vários andares em urbanizações mais ou menos luxuosas, a par de construções clandestinas, bairros degradados e de lata, situados em áreas morfológica e socialmente menos qualificados.

A existência deste tipo de habitação, deve-se à actuação de diferentes tipos de agentes económicos, com interesses diferentes, bem como à ausência de uma política adequada para o sector por parte dos poderes públicos, no sentido de delimitar e congregar a actuação dos diversos agentes. Também o quadro legal do planeamento urbanístico, não permite grande autonomia aos municípios, na definição de planos urbanísticos, que deverão ser em última instância, aprovados pelo poder central. Mas também as próprias autarquias, têm por vezes uma atitude bastante liberal em relação aos operadores privados, demitindo-se das funções de planeamento e gestão das áreas sob sua jurisdição, o que é agravado pelas dificuldades financeiras com que se debatem para poderem promover iniciativas habitacionais, nomeadamente bairros de habitação social. Por sua vez, os operadores privados, adquirem por vezes, extensas áreas de lotes, para fins não urbanos, vendendo-os em seguida para urbanização, a preços elevados, sem que as autarquias possam intervir.

Fruto de tais condições, agravam-se as contradições entre os grandes centros urbanos e as suas periferias, onde recrudesce o número de barracas, de construções clandestinas e situações de superlotação das habitações. Os bairros clandestinos e de barracas, são assim, fenómenos associados ao processo de crescimento urbano, onde a escassa oferta de habitação a custos controlados, inviabiliza um alojamento condigno das populações de mais fracos recursos. Estima-se em 327000 as carências quantitativas globais, acrescidas de um número de 220000 habitações que necessitam de renovação qualitativa. A crise das cidades, é assim identificada cada vez mais, com o crescimento das periferias e das habitações clandestinas e degradadas.

2.2. - População dos bairros degradados

As deficientes condições de habitação, associadas a outras formas de empobrecimento, relacionadas com a deficiente inserção no mercado de trabalho e falta de qualificação da mão-de-obra, perante as novas exigências do mercado de trabalho, agravam mais a exclusão social.

Apesar de as origens da população ser muito diferenciada, existe nestes bairros uma grande homogeneidade social dos diferentes grupos, já que enfrentam idênticas dificuldades de inserção social, existindo no entanto uma grande heterogeneidade cultural, através da coexistência de diferentes grupos étnicos, com diferentes referenciais culturais e modos de vida. A par de grupos de nacionais mais carenciados, que foram atraídos para os grandes centros urbanos nas décadas de 60 e 70 e 80, e que face aos preços exorbitantes do mercado habitacional e à carência de habitação a preços acessíveis, se viram forçados a habitar os bairros degradados na periferia, construindo em muitos casos as suas próprias casas, habitam nestes bairros, imigrantes provenientes basicamente dos países africanos de expressão portuguesa com as suas famílias, a par de famílias de origem cigana.

Os imigrantes africanos começaram a chegar nos anos 60, tendo-se fixado na sua maior parte em Lisboa, por aqui existirem maiores oportunidades de emprego. Dadas as suas carências materiais, são forçados a ocupar zonas menos nobres da periferia, mas mesmo assim relativamente próximas do centro da cidade e dos locais de trabalho. Devido à sua inserção marginal no mercado de trabalho, não dispõem de meios suficientes para aquisição ou aluguer de uma casa dentro do mercado legal de habitação, agravado pela ineficácia ou ausência de políticas de habitação social. De referir, que, à medida que se promove o realojamento da população nacional, são os africanos que ocupam as habitações deixadas vagas, num processo de substituição de ocupação de espaços habitacionais. Por tal facto situam-se nestes bairros da periferia, caracterizados por um habitat espontâneo, construído por materiais frágeis, não possuindo as infra-estruturas mínimas, resultado, em muitos casos, de iniciativa dos próprios, que procuram através da auto-construção resolver o seu problema de alojamento. Estes bairros transformam-se em bairros pluriétnicos, cuja população é fortemente afectada pela segregação sócio-espacial.

2.3. - Características dos bairros/Condições de habitação

A partir de estudos efectuados em vários bairros degradados da Área Metropolitana de Lisboa, detecta-se que as características dos bairros são consideradas como muito precárias. Vários aspectos as caracterizam nomeadamente a construção com materiais frágeis ou construções em alvenaria de um só piso, de reduzidas dimensões, originando uma sobreocupação. De referir que os próprios laços de solidariedade familiar e de amizade, implicam que nestas casas, a população seja flutuante, pois acolhe-se geralmente por tempo indeterminado, o familiar ou o amigo que acabou de chegar a Portugal e que ainda não tem alojamento próprio, o que demonstra a sua precaridade económica. As consequências de tais situações manifestam-se numa nítida sobreocupação do espaço, com perda de privacidade e dificuldades de estudo para as crianças e jovens.

Também existem ainda casas que não possui condições básicas de saneamento, e luz ao domicílio, o que é conseguido de forma improvisada, com riscos que lhe são inerentes, o que implica um acréscimo de dificuldades diárias e a impossibilidade de utilização de equipamentos domésticos, afastando os habitantes de um padrão de vida urbano, o que constitui mais um sintoma de exclusão. Isto reflecte-se na qualidade de vida diária, tornando mais penosas as tarefas domésticas por parte das mulheres e mesmo das crianças que ajudam nessas tarefas. Por outro lado, surgem doenças relacionadas com a falta de higiene e com as condições de insalubridade em que se vive, e que atingem não só os adultos mas muito em particular as crianças, que passam o dia nessas condições, pois não existem estruturas ocupacionais que funcionem durante o período de trabalho dos pais.

2.4. - Vivência nos bairros

Considerando o bairro a partir da sua interioridade e especificidade, constata-se que a sua utilização dá origem a um conjunto de práticas que são fundamentalmente relacionais. Mas o bairro não é só o espaço físico onde tais práticas ocorrem pois é ele

mesmo um contexto social gerador de determinadas práticas. Possui a sua própria lógica de produção local de vida social e que é diferente de bairro para bairro.

2.4.1. - Relações com o bairro

As relações expressas pelos imigrantes em relação aos bairros onde vivem manifesta-se tanto de forma positiva como negativa.

Os aspectos negativos, relacionam-se com as deficientes condições de alojamento e a falta de condições de vivência no bairro ou de estruturas de apoio.

Quanto aos aspectos positivos, estes estão relacionados com as relações de convívio que se estabelecem com os familiares e vizinhos. De referir que o predomínio de atitudes positivas face ao bairro onde se vive, pode estar relacionado com uma comparação que se faz relativamente às condições de habitação no seu país, que em muitos casos seriam mais degradadas. Daí, as condições actuais poderem, em muitos casos, ser consideradas melhores do que as que os imigrantes conheceram nos seus países de origem. Segundo estudos efectuados, 69% dos imigrantes afirma gostar de morar no seu bairro, indicando como factores principais “ter bom ambiente” ou “ter amigos”.

2.4.2. - Relações sociais

A vivência no bairro, em condições semelhantes, com fortes afinidades culturais, conduz a fortes relações afectivas e de solidariedade. Tenta-se reproduzir no bairro, as vivências e os modelos sócio-culturais que o imigrante trouxe consigo, sendo esse o único espaço onde as pode manifestar livremente, pois encontra-se numa sociedade com regras e estilos de vida muito diferentes. O imigrante tenta aí, recriar a sua identidade, através da língua, denominador comum e símbolo de pertença e defesa, das festas, da alimentação e da convivencialidade.

Sendo a família um elemento importante da estrutura social, e sendo encarada num sentido alargado e não apenas restrito, tal conduz a que se acolha o familiar, próximo ou afastado ou mesmo os amigos, quando chegam a Portugal, o que é mesmo considerado

como uma obrigação moral. A existência de familiares num determinado bairro, condiciona mesmo a escolha que se faz do local de residência, quando se chega, pois é assim mais fácil a ajuda em arranjar emprego, o apoio monetário ou mesmo local de residência nos primeiros tempos ou até ajuda na construção de nova habitação. Estabelecem-se desta forma, redes de solidariedade que tornam mais fácil a adaptação e vivência numa sociedade estranha. Desta forma se fomentam e reproduzem as relações sociais, afectivas e de solidariedade entre familiares e vizinhos que partilham o mesmo espaço. Por isso, o bairro é considerado o espaço onde se estabelecem relações sociais mais fortes, em detrimento de outras mais alargadas a outros espaços. O bairro, é o local onde se concentram os vizinhos, que coincidem muitas vezes com os amigos, e daí as relações privilegiadas com estes. Recriam-se assim as relações sociais que os imigrantes perdem devido a uma alteração do espaço geográfico. A valorização destas relações está patente num estudo efectuado em oito bairros do concelho de Loures, em que 76,1% dos inquiridos, numa amostra de 2615 pessoas, afirma que gostaria de manter no novo bairro, em caso de realojamento, os mesmos vizinhos. Tal apreciação tem provocado mesmo alguns problemas do foro psicológico e afectivo, quando o realojamento separa vizinhos e quebra assim relações de convivencialidade cimentadas ao longo de anos.

A coexistência da etnia africana com outras etnias, poderia suscitar conflitos com base na etnicidade, mas estudos também efectuados, demonstram que tais são raros, verificando-se no entanto um certo fechamento social de grupos minoritários a habitar tais bairros, nomeadamente por parte de população branca. Uma hipótese para tal facto pode estar relacionada com as diferenças nas expectativas, aspirações, vivências e origens, bem como nas diferentes perspectivas de mobilidade profissional, residencial ou situação perante o emprego.

2.4.3. - O bairro como estratégia de defesa

O processo de fomento de relações afectivas e de um espaço de comunicação dentro do bairro, pode ser entendido também como uma estratégia de auto-defesa dos imigrantes e suas famílias face a uma sociedade que os marginaliza e ataca, acusando-os

de práticas associadas à imagem de que os imigrantes têm consciência. A sua inserção, à margem da sociedade, conduz a uma segregação e rejeição, o que é entendido como “ser diferente” e por consequência torna-se imperioso pertencer ao seu grupo social e étnico, através do reforço de laços sociais dentro do grupo e no espaço que é seu. Este processo, implica que cada grupo percepcione o outro como uma ameaça potencial, servindo o espaço como fronteira de eventuais conflitos e lugar de defesa contra possíveis ataques da maioria étnica. Por outro lado, os espaços dos bairros, são percebidos pela população portuguesa como locais perigosos, onde não se deve entrar, o que afecta ainda mais negativamente a imagem destas comunidades. O viver num bairro degradado, é por si só, considerado um estigma, pois atribuem-se práticas de comportamentos desviantes, o que desencadeia um processo de marginalização social de todo o grupo étnico. Rejeitam-se mesmo todas as práticas quotidianas, nuns casos silenciosamente, noutros, através de atitudes demonstrativas dessa rejeição, mais ou menos violentas, como forma de defesa e preservação dos códigos de comportamento social e cultural dominantes, os da maioria, considerados normais e universais, gerando-se atitudes de etnocentrismo.

Conscientes da estigmatização de que são alvo, as comunidades de imigrantes fecham-se nos seus espaços de comunicação e de relação, tentando preservar também a sua identidade sócio-cultural e resistir, enquanto grupo dominado, ao poder da maioria. Tal, é feito em espaços próprios, dentro do bairro, no espaço exterior das habitações, espaço privilegiado de interacção social e de convivencialidade, reminiscência dos meios rurais de onde são provenientes na sua maioria, ou em tabernas, cafés, mercearias, discotecas e bares. Estes espaços, permitem assim a existência de uma sociabilidade própria, através da qual, a identidade é preservada e a coesão do grupo é reforçada pelo interconhecimento inevitável das vidas, onde as recordações e aspirações são compartilhadas. É um espaço avesso à integração no espaço da maioria, até mesmo pelo carácter transitório da sua permanência, o que pode induzir à formação de “ghetos”.

CAPÍTULO 3 - A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS E JOVENS, FILHOS DE IMIGRANTES



Sendo a sociedade portuguesa, hoje, receptora de imigração, é natural que nas escolas, microcosmo da sociedade, tal se reflecta através da existência de número significativo de crianças e jovens de diferentes etnias, minoritárias na nossa sociedade e socialmente desfavorecidas, principalmente nas zonas do país de maior fixação de imigrantes, nomeadamente em Lisboa, Setúbal e Faro (Anexo 6).

De entre as várias nacionalidades, destaca-se a Cabo-Verdiana, pelo seu elevado número, em consonância com o elevado número de imigrantes desta nacionalidade.

Tal presença, não tem sido isenta de dificuldades de integração, colocando hoje um enorme desafio ao Sistema Educativo Português, quer em termos de estruturas, meios humanos e materiais, a par de aspectos de ordem pedagógica, com vista a uma educação multicultural. Sendo a escola local privilegiado para a promoção cultural e aumento de oportunidades de realização pessoal e social, bem como de abertura a valores de tolerância e respeito por outras culturas, o seu papel é fundamental na integração dos jovens provenientes de outros meios sociais e culturais. Neste capítulo, faz-se uma análise das principais dificuldades de integração das crianças e jovens, filhos de imigrantes africanos, nas escolas portuguesas, relacionadas com a sua condição sócio-cultural e com as características do Sistema Educativo Português.

3.1. - Inserção das crianças nas escolas

A inserção das crianças, filhas de imigrantes, nas escolas portuguesas e as suas condições de aprendizagem não tem sido fácil, sendo o insucesso escolar da ordem dos 60% a 70%. Vários aspectos para tal contribuem, uns ligados à própria situação sócio-cultural destas crianças, reflexo da situação de seus pais, uma condição de segregação, de fracos recursos e de baixo estatuto sócio-económico, outros relacionados com o funcionamento das estruturas educativas, quer ao nível de meios humanos, quer materiais.

Os dados recolhidos através de entrevistas, permitem compreender algumas das razões para as dificuldades que as crianças e jovens enfrentam no seu quotidiano escolar. Uma primeira explicação, relaciona-se com o facto de a quase totalidade das crianças que frequentam o 1º e 2º ciclo do ensino básico, não terem frequentado um ensino infantil e pré-primário. Os seus primeiros anos de vida são passados nos bairros, onde ficam durante o dia, sem qualquer apoio, com uma alimentação deficiente, sujeitas a contraírem diversas doenças, em contacto com os detritos que encontram, brincando umas com as outras durante o período laboral dos pais. Não existe um acompanhamento nos primeiros anos de vida, que permita um desenvolvimento intelectual e uma integração social compatível com o que deles será exigido aquando do ingresso nos primeiros anos de escolaridade, sabendo-se que é nos primeiros anos de vida que a criança vai adquirindo determinadas operações mentais e formas de sociabilidade, quando estimuladas. Quando atingem a idade de frequentarem a escola é quando se processam os primeiros contactos com a sociedade e cultura portuguesa, faltando-lhes as tais formas de sociabilidade e as pré-operações que permitam que tal contacto se faça sem traumas psico-sociológicos. Crianças até aí habituadas a não terem regras, nem disciplina, nem horários e a não terem qualquer actividade, são então, obrigadas a cumprir tarefas e a sujeitarem-se a uma disciplina e normas rígidas. O choque é violento, provocando em muitas situações uma rejeição da escola, como local onde não se sentem bem, pois as regras da escola não estão em consonância com as do bairro, onde os códigos de conduta e de comunicação são diferentes. Surgem então reacções, traduzidas por vezes em actos de indisciplina e de abandono da escola ou mesmo depressões. Estes aspectos revelam o problema mais geral dos disfuncionamentos do Sistema Educativo Português e da necessidade de organização e generalização do ensino pré-escolar em Portugal.

Habitadas desde a infância a falar crioulo, (46% dos Cabo Verdianos declaram falar preferencialmente esta língua (1)) o português constitui, para estas crianças, uma segunda língua que não tiveram oportunidade de aprender, e que, a partir do momento de entrada na escola se transforma na língua comumente utilizada para a comunicação bilateral com professores e colegas e que ele não domina devido ao reduzido vocabulário

que detém. Surgem dificuldades em perceber o que o professor diz e o que está escrito nos livros e mesmo a nível da exposição de ideias. Como tal, não se sentem motivados para assimilar conhecimentos numa língua estranha, que não se domina como os outros colegas. É esta, aliás uma das principais causas do insucesso escolar dos alunos. O seu ritmo de aprendizagem torna-se lento, pois o não domínio da língua, veículo fundamental para a compreensão de outras áreas do conhecimento, não permite a compreensão adequada das matérias. Existem no entanto áreas onde estas crianças têm melhor aproveitamento, como é o caso da aritmética, da expressão artística e composição, onde revelam bastante criatividade.

Em termos de comportamento, foi-nos referido, que, no início apresentam alguns problemas de indisciplina bem como dificuldades de concentração, durante um certo tempo. Algumas crianças conseguem ultrapassar tais comportamentos, interessando-se pelos trabalhos escolares, mas outras não o conseguem, tornando-se elementos muito perturbadores, praticando mesmo actos agressivos.

Foi referido também que são crianças bastante afectivas para com professores, gostando de participar e de ajudar em tarefas colectivas, mostrando-se bastante espontâneas.

3.2. - O triângulo Escola/Família/Comunidade

Outra das causas profundas das dificuldades a nível escolar, é o meio social de origem dos alunos e também factores de ordem sócio-cultural. Numerosos estudos de pedagogia têm demonstrado tal interrelação. Os alunos provenientes de meios mais pobres são marcados desde crianças a nível linguístico e cognitivo. Há toda uma aprendizagem conceptual e um desenvolvimento afectivo-cognitivo feito em família e através de contactos sociais da criança e que esta transporta para a escola, determinando decisivamente o seu êxito ou insucesso escolar. Assim, as pequenas vantagens que as crianças de grupos sociais mais privilegiados conseguem adquirir no plano cognitivo, garantem-lhes, uma vez na escola, os êxitos, a segurança e a possibilidade de

continuaremos seus estudos; ao contrário, os atrasos de que as crianças de meios sociais mais pobres são portadoras, originam nestas, dificuldades, incapacidades, sentimentos de insegurança e conseqüentemente reforço dos atrasos.

As próprias perspectivas, interesses e predisposição para com a escola, são fundamentalmente de natureza sócio-cultural: a ausência de perspectivas de emprego ou de acesso a cursos superiores, condiciona as perspectivas de continuidade de estudos e limita as aspirações.

O meio cultural familiar é pois condicionante da inserção da criança no ambiente escolar, pois o vocabulário utilizado em família, mais ou menos rico, a utilização correcta da sintaxe e da gramática, a existência de uma biblioteca e os interesses intelectuais da família, reflectem-se nas tendências das crianças em relação à forma como encaram a escola. O próprio apoio da família na execução dos trabalhos escolares, criando hábitos de trabalho, é decisiva no ultrapassar de dificuldades.

As crianças africanas, vivendo num ambiente sócio-cultural e económico desfavorecido, estão como tal, sujeitas a muitas carências quer em termos alimentares, quer de material escolar que por vezes não conseguem adquirir (36% de inquiridos no estudo que temos vindo a citar apresenta dificuldades na compra de material escolar (1)), quer pelo fraco acompanhamento que os pais podem dispensar aos filhos em idade escolar, já que têm geralmente um nível de escolaridade muito reduzido (segundo dados do recenseamento de 1981, 25,5% dos cabo-verdianos não sabem ler nem escrever e apenas 25% completou a instrução primária), além de o horário sobrecarregado não permitir também tal disponibilidade, pois as necessidades de subsistência são prioritárias.

Também as condições de alojamento, com um espaço habitacional sobreocupado, não permite que as crianças tenham um local próprio para estudar que lhes proporcione condições de concentração necessárias à execução dos trabalhos.

Em relação à colaboração dos pais com a escola, esta não se processa facilmente. Só após vários apelos para contacto com os professores, os pais se deslocam à escola, mesmo assim para contactos esporádicos. Esta situação é particularmente agravada no caso de imigrantes clandestinos que têm receio em comparecer na escola, pois pensam

que tal contacto poderá denunciar a sua situação. Por outro lado, a escola constitui um espaço estranho, com códigos linguísticos diferentes, desempenhando o professor o papel mítico de autoridade e de depositário do saber, em relação ao qual, os pais se sentem intimidados e receosos de não compreender.

3.3. - Meio sócio-cultural e motivações de trabalho

O ambiente familiar tem também influência sobre o nível de aspirações da criança e os seus objectivos sócio-profissionais. Se o meio que os rodeia é caracterizado por profissões socialmente pouco qualificadas, cujo objectivo é apenas o da obtenção de meios para a satisfação de necessidades básicas, não existindo modelos de adultos que exerçam outras profissões, que exijam maiores níveis de escolaridade e de qualificação profissional, é natural que as ambições sejam limitadas, pois a criança ou jovem precisa no seu desenvolvimento social de modelos de referência que possa seguir.

Através de informações recolhidas junto de directores de escolas e mesmo junto de crianças, verifica-se que estas, não possuem grandes aspirações, não tendo perspectivas de futuro, pois para elas o que conta é o imediato, o dia-a-dia. O objectivo é para muitos, o seguir uma profissão idêntica à dos pais. São os modelos parentais que prevalecem. As raparigas trabalharem em casa de “senhoras”, e os rapazes trabalharem nas “obras”.

O conjunto destes factores significa que a igualdade de oportunidades escolares que seria apanágio da escola, fica limitada por condicionalismos culturais, sociais e económicos, que afectam o desenvolvimento intelectual e afectivo da criança desde o nascimento.

3.6. - Funcionamento da escola e organização do sistema educativo

Parte do insucesso na aprendizagem das crianças, deve-se à falta de preparação e sensibilidade de alguns professores, para a realidade sócio-cultural destas crianças,

identificando as carências económicas e sociais com atraso de desenvolvimento intelectual. Tal, deve-se em muitos casos à ausência de acções de formação contínua que permitam um aprofundamento das questões relacionadas com minorias étnicas. Também a grande mobilidade geográfica dos professores, impede que por vezes se possa dar continuidade a projectos iniciados e que poderiam dar resultados positivos a médio prazo.

A falta de verbas generalizada nas escolas do país, inviabiliza a execução de projectos e apoios específicos por parte de psicólogos, assistentes sociais e apoio médico, bem como ocupação de tempos livres, compra de material didáctico e suprimento alimentar ou mesmo o fornecimento de refeições completas.

Outro aspecto, tem a ver com os próprios conteúdos de ensino-aprendizagem, definidos a nível nacional, não tendo em conta as especificidades locais, o que cria determinadas dificuldades em termos de apreensão por parte de crianças que não encontram neles objectivos imediatos e não se sentem, por isso, com eles identificados, pois não há apelo a aspectos da sua vivência quotidiana, o que poderia constituir uma forma de estímulo. Não se faz grande apelo ao envolvimento dos próprios alunos no seu próprio processo de aprendizagem.

O próprio conceito de educação, subjacente às políticas educativas adoptadas nos anos 80 em Portugal, valoriza preferencialmente o eixo educação/mercado de trabalho, exigindo-se para tal, conhecimentos científicos e técnicos que permitam uma oferta de recursos humanos com qualificações adequadas à modernização da economia.

Num contexto de reestruturação de uma economia semiperiférica, como a portuguesa, e aumento da terciarização, a política educativa subordina-se a preocupações conjunturais de políticas económicas e particularmente industrial, no sentido de reestruturar o mercado de trabalho e a produção industrial, com recurso às novas tecnologias, exigindo-se maiores qualificações educativas e profissionais. É neste contexto, que se tem verificado uma reestruturação dos objectivos da educação e uma relação mais próxima entre programas escolares e necessidades percebidas pela economia e pelas empresas, adoptando-se uma perspectiva funcionalista sobre a relação entre o ensino e o mercado de trabalho.

A própria escola entrou assim na revolução tecnológica e informática e o grau de exigência terá aumentado, face às necessidades de uma mão-de-obra qualificada. Verificam-se, no entanto, algumas contradições entre estes objectivos e os resultados, já que os níveis de insucesso escolar são elevados, comparativamente aos de outros países europeus.

Neste contexto, a escola provoca a exclusão dos alunos que não conseguem acompanhar os novos objectivos, principalmente aqueles, cujos códigos culturais se afastam demasiado dos códigos prevalentes nas escolas. Entre estas, encontram-se as crianças provenientes de meios mais desfavorecidos e particularmente as crianças, filhas de imigrantes, pois sobre eles recai não só o problema resultante das carências económicas, o meio social e uma cultura diferente da cultura dominante na escola e na sociedade, anulando hipóteses de mobilidade ascendente para estas crianças e jovens.

O resultado da conjugação de todos estes aspectos, é o enorme insucesso escolar (Anexo 6) das crianças africanas, que, após anos de reprovação, abandonam a escola, ingressando prematuramente no mercado de trabalho, sem qualificações escolares e profissionais e sem possibilidade de promoção sócio-económica.

Em certos casos, esta situação gera nos próprios jovens sentimentos de exclusão, marginalização e revolta, adoptando comportamentos desviantes no meio onde se inserem ou nas suas imediações, o que conduz a uma maior segregação por parte da população portuguesa que generaliza tais comportamentos a todo um grupo étnico.

3.7. Os novos luso-africanos

Os filhos dos imigrantes africanos que já nasceram em Portugal são designados por F.L. Machado (1994) por “novos luso-africanos”, e corresponde aos que nasceram, cresceram e foram socializados em situação de imigração, “estes imigrantes que não são como os outros, estes imigrados que não emigraram de nenhum lado, emigrados e imigrados do interior” (Sayad, A, 1995). No imaginário social, os seus pais são trabalhadores, têm uma cultura, uma história e uma forma de vida, que permite a sua

adaptação à sociedade onde se inserem; os filhos são desordeiros, violentos, roubam para imitar os brancos, não têm cultura própria, são marginais e facilmente influenciados pela sociedade onde se inserem. Em Portugal, segundo dados do Recenseamento da População de 1991, a percentagem de jovens africanos dos PALOPs, dos 14 aos 24 anos é de 14% do total desta população, o que corresponde a 8618 jovens. Estes têm uma relação com a sociedade por vezes de reivindicação do próprio estigma da marginalização económica e social a que são sujeitos, como forma de revolta contra essa mesma marginalização.

A sua relação com a geração dos pais, manifesta-se em certos casos pelo desejo de ruptura com a herança cultural e étnica, pois esta revela-se a seus olhos prejudicial à boa integração, o que conduz por vezes à quase incomunicabilidade das gerações, que têm códigos de linguagem e esquemas de pensamento diferentes. A própria língua passa a ser mais uma barreira, pois falar a língua dos pais é uma forma de afastamento da sociedade onde se pretendem integrar. Assim, adaptar-se à sociedade onde se nasceu, é desadaptar-se da cultura familiar, o que cria rupturas e desadaptações. Sentimentos díspares e contraditórios formam a identidade destes jovens, que já não sentem a cultura de seus pais como sua, mas que também se sentem rejeitados pela sociedade onde nasceram. Daí a tentativa de adoptar bens de consumo semelhantes aos usados por jovens brancos, nomeadamente roupas de marca, como forma de aceitação no meio escolar e social em geral. São jovens aculturados, mas não integrados, e daí certos comportamentos, como forma de afirmação nem que seja pela negativa.

São traços estigmatizantes, como a origem étnica a segregação espacial e social que tende a ser uma segregação racial, a língua a religião e a pertença a uma cultura diferente da dominante, que marcam a identidade destes jovens e que os identificam junto da população branca, que adopta, em relação a eles, representações negativas que abrangem todo um grupo e que não correspondem à realidade genérica.

(1) França, Luís, 1992, coord., *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

**PARTE III - REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE
PORTUGUESA EM RELAÇÃO AOS
IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL**

PARTE III - REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA EM RELAÇÃO AOS IMIGRANTES AFRICANOS



CAPÍTULO 1-O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Na década de 60, com a publicação da obra de Serge Moscovici “La Psychanalyse son image et son public”, iniciava-se um novo movimento teórico em psicologia social, o estudo das representações sociais e, passados 30 anos, a sua actualidade é cada vez maior no estudo dos fenómenos sociais. Situando-se na fronteira do psicológico e do social, acaba por interessar a todas as Ciências Sociais, aparecendo como um conceito reunificador nestas ciências.

Noção de representação social

O conceito de representação social, é uma forma de conhecimento social, também designado por conhecimento do senso comum ou natural, que se constitui a partir de experiências, saberes, informações e modelos de pensamento, interpretando e pensando a nossa realidade quotidiana e apresentando-se como distinto do conhecimento científico. É um conhecimento socialmente elaborado e partilhado, permitindo o posicionamento de cada indivíduo ou grupo perante situações que se apresentam diariamente, orientando as suas condutas e comunicações sociais., constituindo uma realidade comum para um determinado grupo social. É, segundo Denise Jodelet(1989), “uma actividade mental dos indivíduos e grupos para fixarem a sua posição em relação a situações, acontecimentos e objectos”. Toda a representação é assim um acto de pensamento relativamente a um objecto, sendo pois um acto cognitivo, o que implica uma interpretação e reconstrução dos conhecimentos depois da sua assimilação, levando assim à definição de identidades sociais e individuais. Ainda para a mesma autora, “a representação é um saber prático que liga um sujeito a um objecto”, transformando-se sempre na representação de alguma coisa, de uma forma simbólica, interpretando-a e dando-lhe um significado, à luz da experiência

de cada sujeito e do seu posicionamento social. O facto de se partilhar uma mesma posição social, implica valores, visões do mundo e modelos de vida semelhantes, o que gera laços sociais formando uma identidade própria do grupo. Tal implica representações idênticas sobre os objectos como afirmação de uma unidade e de uma pertença, o que pode gerar vários efeitos, nomeadamente a distorção dos atributos do sujeito, a sua ampliação, conferindo-lhe características que não possuem, ou a redução, isto é, a supressão de atributos que pertencem ao objecto. Estrutura-se assim um conjunto de traços gerais, espécie de protótipo, podendo-se gerar preconceitos, esteriótipos e generalizações, que enformam as relações sociais com o objecto da representação. Na sequência de tal, surgem explicações causais para as situações, com base num princípio de atribuição espontânea de responsabilidades, e em esquemas simplistas do tipo causa-efeito, que originam frequentemente explicações limitadas e pré-estabelecidas, com julgamentos por vezes injustos. As explicações para os fenómenos são pois determinadas pelas representações sociais que as pessoas têm.

Na perspectiva de Moscovici, as representações sociais, deveriam ser estudadas, articulando-se elementos afectivos, mentais e sociais, a par da cognição, da linguagem e da comunicação, tendo também em conta as relações sociais que afectam as representações e a realidade material e social em que se verificam. Para tal, os métodos a utilizar na recolha das informações são os inquéritos por questionário, entrevistas, o tratamento verbal de documentos representativos do objecto de estudo, bem como o estudo semântico de associação de palavras. Desta forma, procura-se obter informações, imagens, crenças, valores, opiniões e posições ideológicas e culturais, procurando assim definir as estruturas à volta das quais se formam as representações

Neste processo de estudo das representações sociais, desempenha importante papel a aplicação da sócio-linguística, desmontando os discursos dos vários grupos, ou políticos ou dos diversos movimentos sociais ou apenas das afirmações puramente individuais. É que este conhecimento, não é apenas cognitivo, ele tem muito de afectivo e

de emotivo, construindo-se na interacção social, já que, é com base nas representações sociais que se estabelecem relações simbólicas entre os actores sociais. Por outro lado, caracterizam-se por uma certa fluidês e ambiguidade, o que gera alterações frequentes e mudanças nas atitudes e nas acções, já que as representações precedem as acções e as pré-determinam.

A importância do estudo das representações sociais, releva precisamente da necessidade de melhor compreender as explicações que as pessoas dão às diversas situações, as atribuições, as atitudes e comportamentos que delas decorrem, para que se possa alterar, tanto quanto possível, certos discursos propiciadores de explicações generalizadas, espontâneas e deformadas.

CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÕES SOBRE OS IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL POR PARTE DOS PARTIDOS POLÍTICOS



2.1. - Representações sociais e discurso político

Como é que os partidos políticos actuam em relação às minorias étnicas? Qual a sua visão sobre a presença de imigrantes africanos em Portugal? De que forma os seus discursos reproduzem ideologias de desigualdade étnica e racial? De que forma influenciam a opinião pública?

A maior parte dos políticos, e em geral as elites, rejeitam ideologias racistas e excluem-se desse problema, considerando-se líderes morais e não tendo nada a ver com práticas discriminatórias. No entanto, quando os seus interesses são afectados e particularmente no caso dos políticos, quando a obtenção de votos está em causa, facilmente se esquecem normas de tolerância e valores de igualdade. Surge um racismo subtil, que se reproduz através da sociedade através da sua actuação predominantemente discursiva.

A reprodução simbólica, é pois dominada pelas elites, através do processo de comunicação, que vai modelando a formação de uma opinião pública sobre o assunto. Mas por vezes, os próprios partidos políticos tiram vantagem de reacções populares, com o objectivo de obter votos, principalmente em momentos de crise, quando é necessário repartir recursos escassos,

Muito do racismo e da discriminação é preparado pelas elites, o que é tão ou mais perigoso para as minorias étnicas, pois é através daquelas que se definem as políticas de acesso ao trabalho, educação, saúde, habitação e cultura, originando um racismo institucional, surgindo como reacção um discurso de oposição que também por vezes pretende obter dividendos eleitorais.


Como o conhecimento social é obtido fundamentalmente através dos media aos quais tem acesso predominantemente o discurso político, torna-se importante a sua análise e a forma como em Portugal é ou não apreendido pela população em geral, isto é, se as

representações da população coincidem ou não com o discurso do partido que governou maioritariamente, já que foi este o que maior acesso teve aos meios de comunicação social. Para tal, torna-se necessário conhecer esse discurso pelo que se passa a fazer uma análise dos discursos e práticas dos principais partidos políticos e detentores de pastas governativas, cujos dados foram obtidos através de entrevistas a representantes partidários, análise de debates parlamentares, análise de artigos de opinião e notícias, publicados na imprensa e programas partidários.

2.2. Partido Socialista

O Partido Socialista, refere que foi o pioneiro da necessidade de uma política integrada de imigração, que englobe a legalização dos imigrantes em situação irregular, o direito de voto nas eleições, o sucesso educativo e o direito à habitação, tendo em 1991, apresentado um pacote legislativo à Assembleia da República sobre estas matérias, que não foi aceite.

Considera que a presença dos imigrantes constitui um desafio à solidariedade das sociedades europeias, considerando que os imigrantes provenientes sobretudo dos países de expressão portuguesa são um “elo fundamental da política do Estado português, de relações de amizade e cooperação” (1). Considera que são insuficientes as medidas tomadas com vista à integração das minorias, já que “o respeito e a valorização da diferença têm de constituir elementos integrantes da cultura do nosso tempo, mormente numa sociedade que se quer solidária”(1). O Partido Socialista compreende que “havendo uma eliminação de fronteiras internas, os esforços têm que se concentrar nas fronteiras externas, sendo necessário que os estados se confrontem com novos problemas: alta criminalidade, terrorismo, tráfico de estupefacientes e tráfico de droga em geral” e daí ter assinado o acordo de Schengen. Apresenta no entanto algumas dúvidas sobre a necessidade absoluta deste acordo e sobre a impossibilidade de obtenção de resultados satisfatórios a doze, pois o Tratado de Maastricht, propõe um esquema semelhante “mais democrático, menos ambicioso e mais cauteloso”, Referem, no entanto, também em



debate parlamentar (3), que “Schengen não é legislação xenófoba mas necessária” e que “o verdadeiro motor da xenofobia radica na emergência de guetos urbanos”, pois a “discriminação gera segregação” e que não é possível requalificar um território, conservando guetos que impedem a construção de uma coesão social. Daí considerarem o problema da habitação como prioritário, considerando-o uma questão política, pela não disponibilização de meios suficientes do PIDDAC. Neste sentido, apresentou uma proposta de alteração da lei nº796/76 de 6 de Novembro, que limita a cidadãos nacionais a atribuição por concurso de habitações sociais. A razão para tal proposta, é a consideração de que o problema da habitação dos imigrantes que vivem em barracas não deve ser objecto de discriminação no realojamento, devendo dar-se-lhes as mesmas oportunidades de concorrerem à atribuição de fogos sociais, o que a lei actual não contempla, a não ser em casos de excepção. Refere-se especificamente, que importa “eliminar a restrição e estipular que a atribuição de habitações sociais deve processar-se sem discriminação com fundamento na raça, na nacionalidade ou no território de origem” (2).

Relativamente à participação dos imigrantes na vida política do país, considera-se que o sucesso de uma política de imigração exige a “adopção de mecanismos de participação política, que consolidem os processos de inserção social”(2), propondo para tal o direito ao voto dos imigrantes de países terceiros, que têm fortes laços históricos, culturais e políticos com a comunidade nacional, nomeadamente nas Autarquias Locais, dando corpo ao estabelecido na Constituição da República, analisando-se à luz de uma visão moderna do direito as condições de reciprocidade que a Constituição impõe. Incluiu nas suas listas de candidatos às eleições legislativas de 1991 dois deputados pelo círculo de Lisboa, apelando ao empenhamento e exercício de voto dos portugueses de origem africana, tendo alguns destes sido eleitos para Assembleias de Freguesia.

Em relação à situação dos imigrantes clandestinos, o Partido Socialista apresentou, juntamente com os projectos sobre habitação e direito de voto, um projecto sobre regularização extraordinária dos imigrantes que se encontravam em situação ilegal, o que não foi aceite na altura. Este processo só veio a ser concretizado em 1992, com a lei de regularização extraordinária de imigrantes. Quanto a este processo, manifestam uma

posição crítica, apontando como principais causas para o seu fracasso, o curto espaço de tempo concedido, dificuldade na apresentação de declarações passadas pela entidade empregadora, falta de informação e de um clima de confiança, pois surge em plena fase de regularização, a lei sobre expulsão de estrangeiros, além de que a lei de regularização não prevê a legalização dos ascendentes dependentes dos filhos, bem como dos descendentes maiores de 14 anos que não possuam meios económicos próprios, cujo processo é apresentado separadamente, bem como os casos de união de facto, o que pode originar separações violentas e indesejáveis. Propõem como tal, um novo período de regularização de imigrantes, entendendo que tal, teria sido mais fácil antes da assinatura dos acordos de Schengen. Criticam ainda o enquadramento pela negativa, da lei sobre entrada, permanência e expulsão de estrangeiros, que alude a terrorismo, delinquência e criminalidade, referindo que a política integrada de imigração que defendem, se faz numa perspectiva positiva. Criticam o facto de não existir legislação sobre reagrupamento familiar, situação que é deixada à total discricionariedade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pelo que, propõem medidas de alteração nesse sentido.

Relativamente às questões de trabalho, o Partido Socialista, manifesta preocupação pela situação de precaridade no trabalho, lembrando que o artº 59 da Constituição da República, estabelece o direito ao trabalho em condições idênticas a “todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas”. Propõem também alterações ao Decreto-Lei 99/77, argumentando que esta lei visava defender os trabalhadores qualificados portugueses, mas o seu sentido tem sido alterado, pois obriga ao trabalho subterrâneo, muitos imigrantes com autorização de residência.

Relativamente à educação, referem a situação dramática de crianças, cujos pais se encontram em Portugal em situação ilegal e que por isso nem existem oficialmente, não frequentando as escolas ou fazendo-o de forma ilegal. Defendem medidas que garantam a aprendizagem da língua portuguesa por parte destas crianças, de modo a diminuir o insucesso, bem como a valorização das suas culturas de origem.

O Partido Socialista considera que algumas das medidas propostas pelo Governo resultaram de pressões, após a ocorrência de incidentes, nomeadamente o Plano de Erradicação de Barracas nos concelhos de Lisboa e de Oeiras.

Refere ainda, que a imagem social dos imigrantes africanos é muito manipulada pelo poder instituído até agora, através dos media, criando-se a ideia de uma invasão de clandestinos, associados ao crime e à insegurança da população, aspectos a que a opinião pública é muito receptiva, referindo que a má imagem que neste momento existe relativamente aos imigrantes, foi induzida pelo poder, que os utiliza como meios para ganhar batalhas políticas.

Considera que em termos económicos, a presença da comunidade imigrante tem sido fundamental para a execução das obras públicas e cumprimento de prazos estipulados, para o que é contratada mão-de-obra estrangeira de uma forma ilegal, à qual são pagos salários abaixo da média e impostos horários de trabalho muito sobrecarregados, verificando-se uma apropriação da mais-valia, por parte de subempreiteiros e de empresas de construção civil. Constatam que se verificam grandes taxas de sinistralidade, sem que as famílias dos sinistrados recebam qualquer indemnização. Consideram que o sucesso da alegada modernidade do país, se deve a tal situação, pois os imigrantes estão dispostos a aceitar qualquer tipo de trabalho e condições, detendo reduzido poder reivindicativo, já que o seu grau de sindicalização é diminuto.

Além dos projectos de lei atrás referidos, têm apresentado outras iniciativas, nomeadamente de apoio às associações de imigrantes e defendendo a existência de um novo período de regularização de estrangeiros, o que tem sido recusado pelo Governo que exerceu o poder até ao momento, considerando, no entanto, que o momento ideal teria sido antes da livre circulação de pessoas e da assinatura dos acordos de Schengen.

Considera este partido, que a cooperação e a solidariedade se medem por acções concretas, sem paternalismos, criticando que não tenha sido feito até agora o enquadramento legal da problemática da imigração. Compreende a necessidade de definir



uma política e um regime que permita regular os fluxos migratórios, mas que não se deve criar o “fantasma do excesso de clandestinos, porque ele não existe” (2).

Defende que temos que assumir que Portugal é também um país de emigrantes e que é necessário definir uma política integrada de imigração, de forma a permitir a sua integração harmoniosa na sociedade portuguesa, devendo Portugal, assegurar a “convivência, a comunicação inter-racial e intercultural entre todos os que nele vivem”. Para tal, tem-se associado a diversas associações representativas de imigrantes no sentido de desenvolver e elaborar propostas de actuação que tenham em conta também os interesses da população imigrante e a sua participação. Defendem uma política integrada de imigração como forma de evitar que se formem bolsas de marginalidade que poderão gerar manifestações de racismo.

(1) Contrato de Legislatura, Conclusões dos Conselhos Coordenadores, Estados Gerais.

(2) Reunião Plenária de 26 de Março de 1992, Diário da Assembleia da República de 27 de Março de 1992.

(3) Reunião Plenária de 9 de Fevereiro de 1993, Diário da Assembleia da República de 10 de Fevereiro de 1993.

2.3. - Partido Comunista Português

O Partido Comunista Português, manifesta uma posição crítica em relação à forma como os imigrantes são tratados, devido à ausência de uma política de imigração por parte do poder político. Referem que a questão imigratória não é uma questão do foro policial, mas de direitos dos povos, pois, tal como se reconhece o direito de os portugueses a serem tratados com direitos, não se admite que os imigrantes sejam tratados de forma diferente e sem a participação das suas associações representativas. Refere-se em debate parlamentar(1), que “Schengen visa privilegiar a acção policial em detrimento das liberdades. Traz uma situação melindrosa para os imigrantes lusófonos do ponto de vista

dos direitos fundamentais e pode afrontar séculos de história comum e de relacionamento de Portugal com África”. Refere-se ainda, que, a Europa dos cidadãos não pode ser obviamente a Europa do crime, mas que é “abusivo invocar o pretexto desse perigo para criar uma Europa da vigilância generalizada, da liberdade limitada de muros erguidos em relação ao resto do mundo”. Manifesta uma posição crítica em relação ao acordo, pois ele tem subjacente a ideia que há no mundo cidadãos de várias categorias, pondo em causa as nossas relações privilegiadas com os PALOPs, através da aplicação de uma política comum de vistos.

Para o PCP, a questão da imigração está obviamente relacionada com as condições de vida deste grupo. Começando pela habitação, inserem as dificuldades habitacionais dos imigrantes, no contexto de inexistência de uma política social para o sector, que impede o acesso a uma habitação condigna, não só por parte dos imigrantes mas também de grande parte de nacionais. Contestam o disposto na lei 797/76 e no Decreto Regulamentar 50/87 de 11 de Agosto, pois impede que os imigrantes concorram por concurso à habitação social, o que é contraditório com o estabelecido na Constituição da República Portuguesa, pelo que, irão propôr na próxima legislatura a revogação desta legislação. Referem que o facto de esta população não poder exercer o direito de voto, não tendo por isso grande significado político, leva à persistência de situações degradantes de habitação com grandes guetos de população africana. Daí reclamarem a possibilidade de participação nos órgãos das Autarquias Locais, sob a forma de eleitos e de eleitores, pois em sua opinião, se lhes fosse dada tal possibilidade muitas das condições precárias em que vivem, seriam alteradas. Defendem que só desta forma, com os direitos e deveres que são inerentes a tal possibilidade, os imigrantes serão considerados pessoas e cidadãos. Criticam a posição do Governo em exercício nos últimos anos, de ainda não ter aprovado tal possibilidade de voto em relação aos cidadãos cabo-verdianos, uma vez que os cidadãos portugueses já usufruem desse direito em Cabo Verde, não se justificando como argumento, que Portugal espere que todos os outros países africanos lusófonos o façam, pois as características dos fluxos migratórios são diferentes de país para país.

Relativamente ao trabalho, referem que é a desregulamentação do mercado de trabalho, que provoca situações de precaridade, sem contratos e condições de segurança, sendo apenas as empresas as beneficiárias desta situação, pois vêm diminuídos os seus encargos sociais em seguros e salários. Refere-se o caso particular da Construção civil, que apresenta grande desregulamentação sendo, segundo as suas estimativas, de 10% a percentagem de trabalhadores legais e de 90%, os ilegais, que são preferidos aos trabalhadores em situação legal, pondo em causa igualmente a sua estabilidade. Irão igualmente propôr a revogação da Lei nº 97/87 de 17 de Março, que limita a 10%, o número máximo de estrangeiros a empregar, pois ela exclui o estrangeiro do direito ao trabalho, originando as situações atrás referidas.

Relativamente ao ensino, defendem um ensino diferenciado em locais onde se verifique grande concentração de população imigrante, defendendo que o Português seja ensinado como segunda língua, pois consideram que a principal causa do insucesso está relacionada com a dificuldade da língua.

Quanto à formação profissional, defendem a não discriminação no acesso, tendo em conta apenas a capacidade de cada indivíduo, numa perspectiva de valorização da pessoa e do indivíduo como trabalhador, evitando a reprodução de situações de despromoção no trabalho, que se reproduzem de pai para filho.

Em relação à saúde e Segurança Social, fortemente correlacionada com a situação no emprego, defendem a universalidade no acesso à saúde e consequentemente a estabilidade no emprego. Mas para tal, seria necessário, que todas as empresas enviassem os descontos efectuados para a Segurança Social, o que não se verifica. Por outro lado, a situação de ilegalidade em que se encontram alguns imigrantes, dificulta o acesso a tais serviços pelo receio de expulsão, defendendo um sistema claro para todos.

O ultrapassar de alguns dos aspectos referidos, passa, segundo este partido, por uma regularização da situação dos imigrantes clandestinos, através de uma nova lei de regularização, pois na prática existe uma impossibilidade legal. Daí defenderem um novo período de legalização, porque consideram que não foram atingidos os objectivos de regularização da situação de muitos imigrantes, dado que se criou mesmo um clima de

desconfiança durante o processo que teve lugar em 1993, faltando o apoio, divulgação e informação adequadas. Criticam a nova lei de estrangeiros, que exige a renovação de licença de trabalho, incorrendo-se em multa, caso não seja renovada até 45 dias antes do seu termo, considerando que não é um mecanismo inocente e que tem como finalidade o financiamento do Serviço de Informação Schengen, pois são milhares os que incorrem nesta lacuna.

Justificam estas acções, pela defesa da liberdade dos povos que têm uma vivência muito comum com a do povo português, que ninguém pode pôr em causa, bem como pelo relacionamento histórico de Portugal com outros povos e com a aversão ao racismo e à xenofobia.

Em relação às atitudes racistas por parte de certos elementos do povo português, justifica-as, não porque o povo português esteja contra os imigrantes, mas porque as condições sociais, como o desemprego generalizado, dificuldades no acesso à habitação e saúde, fazem com que o imigrante seja encarado como o “bode expiatório”, adoptando-se um entendimento enviesado do tipo “se não estivessem cá talvez tivessem acesso a tudo melhor”. Recusam neste assunto, qualquer ideia de absolutismo, considerando a ideia de que o povo português é racista ou não, como uma ideia falsa, que não se pode generalizar, sendo um problema sentido por parte de certos grupos da população portuguesa, mais por razões de ordem social do que ideológica.

(1) Reunião Plenária de 26 de Março de 1992, Diário da Assembleia da República de 27 de Março de 1992.

2.4. Centro Democrático Social/ Partido Popular

O CDS / PP , considera que as medidas de integração de imigrantes em Portugal, são uma responsabilidade de Portugal, perante os países lusófonos devido a “responsabilidades históricas, como descobridores e colonizadores e responsabilidades

pela miscigenação de raças e culturas que aí se operou”, criticando a forma como Portugal operou a descolonização porque em muitos casos “os abandonámos” (1).

Relativamente à legislação que regulamenta a entrada, presença e expulsão de estrangeiros em Portugal, o CDS/PP, congratula-se com ela e relaciona-a com a lei da nacionalidade, criticando que as “leis de nacionalidade posteriores à descolonização têm muitos “buracos” que permitem a nacionalidade portuguesa a muitos indivíduos com ascendência portuguesa” (2), pretendendo assim uma restrição na sua atribuição.

Em relação ao acordo de Schengen, apresentam algumas dúvidas quanto ao sistema de segurança de fronteiras externas. Põe assim ênfase na questão da segurança, afirmando que “não queremos em vez de uma Europa de livre circulação de cidadãos honestos, passarmos a ter uma Europa de livre circulação de delinquentes” (2). Afirmam que a ratificação do acordo de Schengen, caso não estejam satisfeitos os requisitos no sentido de o aparelho de segurança interna ser suficiente, poder vir a significar um “mercado comum dos criminosos, dos traficantes e até dos terroristas” (2).

A segurança é assim a palavra chave utilizada nos discursos deste partido. Embora ela não se associe directamente, nos discursos analisados, com a presença de imigrantes em Portugal, pode-se induzir uma atribuição de responsabilidades da falta de segurança à sua presença já que ela é assim identificada, por muitos grupos na sociedade portuguesa. Daí se referir a necessidade de aplicação de uma legislação mais dura e de repressão “implacável sobre os marginais e delinquentes”(3). Também propõem um agravamento substancial das penas, alegando que a marginalidade prolifera devido à droga e a legislação branda demais, não se apontando razões de ordem social para tais situações. São ainda apologistas de um controle muito forte da imigração para Portugal. A aceitação de propostas legislativas sobre melhoria das condições sociais dos imigrantes é feita quase sempre com base no argumento de que lhes devemos tal, porque os seus povos foram abandonados por Portugal, que fez uma descolonização mal feita. É um certo saudosismo do Império que se lê em entrelinhas nos discursos e que é ainda partilhado por vários grupos sociais.

(1) Reunião Plenária de 9 de Fevereiro de 1993, Diário da Assembleia da República de 10 de Fevereiro de 1993.

(2) Reunião Plenária de 26 de Março de 1992, Diário da Assembleia da República de 27 de Março de 1992.

(3) Jornal "Público", 25/9/93.

2.5. - Partido Social Democrata

As representações do Partido Social Democrata sobre a imigração africana em Portugal e minorias étnicas, podem ser analisadas através de discursos e práticas de membros do Governo vigente nos últimos anos e através de discursos parlamentares e entrevistas. Desta análise, vários aspectos ressaltam. Verifica-se uma associação quase constante entre insegurança da população e presença de imigrantes, nomeadamente clandestinos, o que é ilustrado por exemplo pelas seguintes frases: "De um ponto de vista social, a existência de situações de ilegalidade, significa a aceitação da marginalização com o cortejo de consequências inevitáveis: ausência de protecção social, exploração do mercado de trabalho, incremento da marginalidade, convite à delinquência e ao crime"(1) ou ainda numa referência à necessidade de combate à imigração clandestina, "que é, reconhecidamente em muitos casos, fenómeno potenciador da marginalidade e da criminalidade"(2), referindo-se ainda ao longo do discurso, de duas páginas, proferido pelo mesmo político, durante nove vezes, a associação entre falta de segurança e presença de imigrantes, nomeadamente clandestinos. Esta associação tem conduzido a um reforço de actuação das forças de segurança, na sequência de relatórios de segurança que denunciam a existência de bandos organizados de negros, e que se traduz em pedidos indiscriminados de identificação a indivíduos de raça negra e mesmo agressões, o que, segundo testemunhos, cria na população a ideia de que "um preto sem documentos é automaticamente um vagabundo ou um ladrão" ou ainda "se estão a revistá-los, eles não são boa gente"(3), o que cria um clima de tensão não só na população branca mas também na população negra.

Outra relação que se pode identificar, é a da necessidade, segundo este partido, de um controle mais apertado da imigração e a melhoria das condições de vida da população residente, nomeadamente pela necessidade de integração das comunidades que já existem no país, referindo-se que as possibilidades de acolhimento do país são limitadas num espaço que acaba por ser “exíguo” e que “nenhum estado pode ser tão generoso que acabe por trazer pessoas para o seu território não tendo nada para lhes oferecer, mas miséria ainda maior do que aquela que tinha no país de origem”(4) e que, não “resta alternativa que não seja a de limitar, de forma criteriosa e prudente, a fixação de novos imigrantes”(4). O conceito de solidariedade é utilizado sempre num contexto de necessidade de realismo perante a situação da economia portuguesa e europeia, pressionadas por um crescente fluxo imigratório, sendo ainda condicionadas por exigências de construção de um espaço europeu de livre circulação de pessoas, havendo necessidade de um controle destes fluxos. É nesse contexto, que se justifica a assinatura dos acordos de Schengen por ser necessária uma actuação comum nesse controle, já que as “obrigações comunitárias implicam que cada estado membro seja obrigado a controlar as suas fronteiras externas”, para que se possam derrubar as fronteiras internas, referindo-se ainda que “insensato seria que não fosse este nesta hora, o caminho escolhido por Portugal”. A assinatura dos acordos é ainda justificada, pelo facto de que não faria sentido que o espaço Schengen tivesse como fronteira, a fronteira luso-espanhola e que o nosso país ficasse excluído de um grupo que tende a ser a vanguarda do processo de integração. “Seria prejudicial à nossa imagem externa e ao nosso próprio autoconceito que se pudesse ter a percepção mesmo que não fundamentada, de que uma certa Europa terminava em Espanha”(1). Entendem que Schengen é necessário pois não é aceitável que o exercício da liberdade de circulação de pessoas possa induzir uma diminuição da segurança, assegurando-se desta forma uma filtragem ao tráfico de estupefacientes e de armas, à imigração clandestina e à criminalidade e que a harmonização de políticas de vistos e de asilo, têm em vista “questões que relevam do ponto de vista da segurança”(1), devendo existir “solidariedade e cooperação europeia contra o aumento da insegurança e da busca da consecução da livre circulação de pessoas”(1), o que releva da adesão à união Europeia

e da vontade de permanecer na primeira linha dessa construção, mostrando vontade empenhada nessa construção. Alega-se ainda que a abertura indiscriminada das fronteiras inviabilizaria o regresso forçado de emigrantes portugueses, que se podem encontrar em situações de risco de repatriamento dos países onde se encontram a trabalhar impedindo igualmente o reagrupamento familiar dos imigrantes que se encontram em Portugal. Afirma-se pois, que a assinatura dos acordos foi uma opção política porque “são fiéis aos compromissos de favorecer a integração dos nossos compatriotas que vivem e trabalham em Estados signatários de Schengen”(1).

Este partido justifica a imigração para Portugal como resultante de pressões demográficas e ausência de condições dos países do Sul e pela recuperação económica do país “numa prova bem evidente do sucesso em que Portugal se transformou nos últimos anos”(1), fruto da política adoptada. No entanto referem que os objectivos de desenvolvimento económico, e de integração plena, impõe fortes cautelas na abertura da fronteiras internas, identificando-se aqui outra associação, a da presença de imigrantes com o aumento de desemprego, referindo-se que não pretendem criar situações de marginalidade, “colocando em causa todo o esforço dos que vivem e trabalham neste país contribuindo para os sucessos que temos alcançado e que se traduzem numa melhoria da qualidade de vida de todos e de cada um”(1).

É nesta perspectiva que se compreende a recusa a concretizar um novo processo de regularização de imigrantes, pois referem que tal processo é uma situação de excepção que não se deve repetir.

Relativamente às condições habitacionais, o Partido Social Democrata refere que não existe discriminação no acesso à habitação social, pois através do Decreto-Lei nº226/87, “foi criado um regime de acordo, com o qual as autarquias passam a gozar de autonomia de decisão e de execução nesta matéria”(4). Refere ainda que “o esforço realizado pelo Estado deve reverter, principalmente, em benefício dos cidadãos nacionais”, porque, segundo afirmaram no mesmo debate, “Fomos eleitos pelos Portugueses e para os Portugueses”(4). Consideram “imoral” e “demagógico”, o facto de

portugueses e estrangeiros concorrerem em pé de igualdade à atribuição de fogos sociais e por tal facto não aprovam qualquer proposta legislativa nesse sentido.

Consideram que não têm condutas que se guiem por critérios de raiz xenófoba ou racista e que devem ser dadas aos imigrantes que se integram, a possibilidade de manterem e afirmarem as suas diferenças culturais.

(1) Reunião Plenária de 26 de Março de 1992, Diário da Assembleia da República de 27 de Março de 1992.

(2) Entrevista ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Diário de Notícias, 4 de Novembro de 1993.

(3) Jornal "Público", 19 de Setembro de 1993.

(4) Reunião Plenária de 9 de Fevereiro de 1993, Diário da Assembleia da República de 10 de Fevereiro de 1993.

Conclusões do capítulo

A análise das representações dos partidos políticos, demonstra, da parte do Partido Social Democrata, um discurso político que associa frequentemente a imigração à insegurança, não demonstrando sinais de concretização de uma política de integração social dos imigrantes, silenciando a sua situação e recusando-se mesmo em promover condições de melhoria habitacional ou um novo processo de legalização. Os argumentos utilizados estão quase sempre relacionados com as obrigações comunitárias, a que Portugal não se pode escusar. O Partido Popular, demonstra um discurso de teor nacionalista do tipo "Portugal é para os portugueses". São os Partidos Socialista e Comunista, os que apresentam um discurso mais de acordo com uma vontade de integração dos imigrantes e de reconhecimento do seu papel no processo de modernização e no modelo de acumulação seguido em Portugal nos últimos anos. As recentes alterações políticas em Portugal, poderão vir a constituir um elemento positivo para a integração dos imigrantes em Portugal, a serem concretizadas as propostas do partido vencedor e se concretizem igualmente as aspirações de largos estratos da população portuguesa que vivem também em precárias condições.


CAPÍTULO 3 - A POSIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL

3.1. - Princípios de acção

A posição da Igreja Católica nas questões migratórias, está patente nas declarações da hierarquia da Igreja e na actuação da Obra Católica Portuguesa das Migrações, criada em 1962, e tornada oficial perante o Estado português, por Decreto Patriarcal de 1978, com objectivos fundamentalmente de apoio aos emigrantes portugueses que se fixaram noutros países. Mas assumindo Portugal, a partir dos anos 70, um papel de país de imigração, a sua acção tem-se estendido igualmente aos grupos de imigrantes, nomeadamente aos africanos, através de um apoio material e espiritual.

Várias reflexões e posições tem sido adoptadas, nomeadamente pela Conferência Episcopal Portuguesa, pela Comissão Episcopal de Migração, por diversos bispos, bem como por parte da Comissão dos Institutos Religiosos, que demonstram a visão que a Igreja Católica tem sobre esta questão.

Dentro de um objectivo de reconstrução da “Europa do Espírito”, realça-se a necessidade de defender as comunidades emigrantes portuguesas no estrangeiro, mas de defender também as que se encontram no nosso país, chamando a atenção que Portugal deve reflectir sobre a situação grave dos imigrantes que aqui vivem. Refere-se num comunicado do presidente da Comissão Episcopal das Migrações, em 1993, que, na Europa em que vivemos existem muitas “luzes” e “sombras”, entre elas uma grave crise de solidariedade, que se manifesta no egocentrismo, xenofobia, racismo e anti-semitismo, consequência de uma forte secularização e descristianização. Refere-se ainda, que só com tolerância, compreensão e solidariedade, se consegue progredir na Europa do Espírito, sendo necessário para tal, que se crie mesmo uma legislação que considere a xenofobia como um delito, e que contribua para eliminar as raízes do racismo e da xenofobia, a ira racial, religiosa ou étnica. Denunciam-se determinados factores que poderão causar tais



atitudes, nomeadamente a degradação das condições de vida, sentimento de insegurança, banalização da violência nos mass-media e a propaganda de partidos políticos, “que apresentam a riqueza da comunidade, como ameaçada pela imigração” Chama-se a atenção para a defesa da dignidade humana e da responsabilidade da comunidade como um todo, de adoptar uma atitude de solidariedade e uma mentalidade de acolhimento para com os emigrantes em geral, de acordo com as exigências do Evangelho.

Relativamente à situação dos imigrantes em Portugal, a Assembleia plenária dos Bispos, realizada em 1993, que analisou a situação deste grupo social, referiu que muitos se encontram numa situação ilegal, por razões quase sempre alheias à sua vontade, esperando que a “aplicação de legislação que lhes diz respeito tenha em conta, não só o contributo real destas pessoas para o progresso do país, mas também o imperativo da unidade da família e os laços históricos que unem as suas terras de origem a Portugal”.

3.2. - Iniciativas tomadas

Os princípios que norteiam a actuação da Igreja Católica na área das migrações e particularmente em relação à situação dos seus protagonistas, tem-se consubstanciado através de diversas actuações, nomeadamente no apoio ao processo extraordinário de legalização, criticando mesmo as condições em que este processo decorreu, apontando as razões para o seu fracasso, suas consequências e apelo às autoridades e outros intervenientes no processo, para que este se concretizasse plenamente, propondo o alargamento do prazo de regularização e a passagem de declarações por parte da entidade patronal, o que em certos casos não acontecia.


Dado o fracasso parcial do processo de regularização extraordinário, pois segundo estimativa do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização, ficaram por legalizar cerca de 40 mil imigrantes, a Igreja Católica considera importante que seja facultada uma nova possibilidade de legalização, através da abertura de um novo período de legalização extraordinária.

Quanto à atitude dos portugueses em relação aos imigrantes, a Igreja entende que, apesar de existirem alguns focos de racismo, este não é generalizado à sociedade portuguesa e que a rejeição que se manifesta e a vontade de fechar as portas à imigração, por parte de certos grupos, deve-se mais a argumentos veiculados pelo discurso oficial de que temos desemprego e falta de casas, pelo que a presença de imigrantes iria agravar tais situações, havendo também quem seja sensível a campanhas que identificam minorias étnicas com actos de violência e tráfico de drogas, o que faz recear a população, ciosa da sua segurança pessoal. É o medo que provoca situações de rejeição, pelo que propõem um maior contacto com estes grupos, principalmente por parte dos jovens.

Também várias tomadas de posição, pareceres e propostas têm sido enviadas a departamentos ministeriais, relativamente a áreas como a educação, o emprego e formação profissional, a habitação e a saúde, manifestando a necessidade de abolição de toda a legislação que impeça ou dificulte o acesso das minorias étnicas a estas áreas ou apontando aspectos a alterar, mediante novas propostas, baseadas em princípios de solidariedade, com vista à integração das minorias.

Relativamente à Educação, a Igreja entende que deverão ser valorizadas as diferenças culturais, como meio de aprendizagem por parte dos diferentes grupos, defendendo um maior apoio pedagógico, nomeadamente na língua e na generalização do ensino pré-escolar, no apoio social e na formação e apoio a professores que desejem permanecer em escolas com elevada percentagem de crianças pertencentes às minorias étnicas.

Relativamente ao emprego, referem que importa retirar da legislação, todos os procedimentos que impliquem qualquer discriminação dos imigrantes e das minorias, nomeadamente o estabelecido no Decreto-Lei nº 97/77 de 17 de Março. Referem ainda, que o atraso na passagem de autorização de residência por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, se repercute negativamente no emprego, dado que certas



entidades patronais se recusam, por receio de multas, a contratar imigrantes não possuam a referida autorização.

Denunciam ainda o facto de não serem reconhecidos em certos casos, diplomas de Faculdades, que habilitam os seus possuidores a exercerem profissões adequadas nos seus países de origem, sendo impedidos aqui de as realizar, e sendo obrigados a exercer profissões que nada têm a ver com as suas qualificações profissionais.

Em relação à Segurança Social, são apresentadas situações dramáticas de imigrantes, que em situação de despedimento, se vêm impedidos de usufruírem direitos de acesso, apesar de terem efectuado os descontos necessários, enquanto empregados.

A habitação em barracas, com a consequente segregação a que estão sujeitos, foi quase a única forma de habitação a que a maioria dos imigrantes teve acesso. Referem que tal segregação na habitação, resulta da “dupla conjugação de mecanismos de mercado (oferta, preço, e baixos salários) e de disposições legais, que inibem, à revelia da Constituição Portuguesa, os cidadãos estrangeiros de concorrerem à habitação social”. Referem ainda que o realojamento em certos bairros sociais tende a reproduzir situações de degradação, devido à concentração de população, já fortemente marcada sob o ponto de vista social. Face a tais problemas, propõem o fim da discriminação no acesso à habitação, e a reformulação de programas de realojamento, evitando a concentração e formação de guetos.

As acções e representações das estruturas da Igreja Católica, inserem-se numa lógica de solidariedade, denunciando a ausência de políticas de integração por parte do poder político, e associando-se a outras organizações de forma a promoverem a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

CAPÍTULO 4 - REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA À CERCA DOS IMIGRANTES AFRICANOS EM PORTUGAL

A presença de imigrantes africanos em Portugal, fenómeno particularmente visível, numa sociedade até há pouco tempo pouco habituada a tal, suscita reacções, atitudes e representações por parte da população portuguesa num sentido positivo e negativo. São estas representações, objecto de abordagem, através de entrevistas e inquéritos, cujo tratamento se apresenta no Anexo 3, e que se passam a expôr em termos de resultados obtidos, conclusões e hipóteses explicativas.

Para a sua análise, e porque as variáveis analisadas foram diversas, agruparam-se em grandes categorias:

- representações sobre a situação económica e social do país.

- representações sobre a integração dos imigrantes africanos na sociedade portuguesa e protagonismo que vêm desempenhar numa sociedade em mutação e que atravessa por isso, um período de crise económica, social e identitária, originando reacções relativamente à sua entrada e presença.

- representações sobre a relação estereotipada, insegurança/ violência/ minorias étnicas.

- representações da sociedade, relativamente à cultura africana, conhecimentos que se possuem a seu respeito, conexões com a cultura portuguesa e relacionamento pessoal com africanos.

- representações sobre as condições de vida dos imigrantes e direitos na sociedade portuguesa relativamente à habitação, educação e trabalho e direitos cívicos.

- representações sobre os motivos da vinda para Portugal, detectando analogias com a emigração portuguesa.

- representações sobre o papel de Portugal em África.

4.1. - Categorias analisadas

4.1.1. - Situação económica e social do país

De forma a melhor compreender as razões de algumas atitudes, colocou-se uma questão inicial sobre a situação geral do país, e pessoal do entrevistado, neste contexto.

A situação actual do país, é encarada pela totalidade dos entrevistados, com pessimismo, devido à situação instável e de “crise económica” que se manifesta em todos os sectores, através do aumento do desemprego e problemas a nível habitacional, o que se reflecte no bem-estar geral da população, nas grandes desigualdades sociais e na forte dependência relativamente a outros países, considerando que o tipo desenvolvimento adoptado, é mais imposto do exterior do que resultado de uma vontade do próprio país. O conjunto dos problemas, suscitam um sentimento de insegurança, preocupação e descrença no futuro, não se revelando optimistas as perspectivas. Um número reduzido de entrevistados, revela que as expectativas de melhoria da situação do país se concretizarão com uma mudança de governo e apenas um, valoriza a estabilidade política, referindo que para certos grupos sociais se verificou uma melhoria do consumo.

Sob o ponto de vista pessoal, o sentir generalizado também não é optimista, verificando-se nos escalões sócio-profissionais mais baixos, o encarar da sua situação pessoal com receio, sem grandes perspectivas de futuro e com perda do poder de compra. Um desempregado, refere que se encontra numa situação “péssima”, sem perspectivas de encontrar novo emprego devido à idade. Entre os entrevistados pertencentes a escalões sócio-profissionais mais elevados, os comentários vão da insatisfação profissional até à noção de que todos somos afectados pelas alterações sócio-económicas, ou ainda que, “embora não muito afectado pela crise se encontra preocupado com o que se passa à sua volta” ou ainda um “não vive mal” ou “vai-se andando”.

O conjunto das afirmações são sintomáticas da situação generalizada que se vive em Portugal, com um processo de acumulação e uma política liberal, geradora de graves problemas de insegurança e instabilidade no emprego e consequentemente provocando

receios quanto às perspectivas de futuro, o que condiciona as reacções da população portuguesa quanto à presença de estrangeiros e nomeadamente dos imigrantes africanos.

4.1.2. - Desemprego

O desemprego é uma das maiores preocupações detectadas, atribuindo-se as suas causas, fundamentalmente à crise mundial e nacional, com consequente quebra de vendas das empresas. Refere-se que a integração de Portugal na União Europeia, ao obrigar a uma reestruturação das empresas em termos tecnológicos, provocando uma diminuição no nível de emprego, ou ainda noutros casos a falta de competitividade dos produtos nacionais face aos estrangeiros, obriga também ao cancelamento de contratos de trabalho. As políticas que têm sido adoptadas, privilegiando o lucro e descurando os aspectos sociais e o nível de emprego, num modelo económico de aumento de competitividade sem modernização, a par da falta de investimento e da entrada de imigrantes em Portugal, são também factores referidos para o aumento do desemprego.

Quanto aos mais afectados pelo desemprego, são referidos os mais velhos, “de meia idade”, os menos qualificados, e com menos experiência profissional, devido à impossibilidade de corresponderem às novas exigências de competitividade. Também se referem os trabalhadores dos sectores tradicionais, os empregados com contratos a prazo, as mulheres, que são geralmente relegadas para segundo plano, e os jovens mais habilitados, começando-se a verificar já um certo receio quanto à concorrência que possa começar a existir no mercado de trabalho em relação a profissões qualificadas, face à livre circulação de pessoas.

4.1.3. - Presença dos imigrantes africanos em Portugal

Neste contexto de percepção negativa da situação geral do país e da situação pessoal, como é então encarada a presença dos imigrantes africanos em Portugal?

No inquérito efectuado, 59,5% dos inquiridos, manifestam concordância com a sua presença em Portugal, contra 39% que dizem não concordar. Numa análise dos dados por grau de habilitação, constata-se que é no grupo possuidor ou com frequência de curso superior onde a percentagem dos que dizem concordar com a presença de imigrantes africanos é maior. De referir no grupo possuidor de 4ª classe e no possuidor de Curso Complementar, os elevados valores de rejeição. Numa análise por tipo de profissão, verifica-se que são os quadros superiores e médios, onde a percentagem dos que concordam é maior. De todos os grupos, são os estudantes, os que menos concordam com a presença de imigrantes em Portugal. Uma análise por idades, comprova que, de todos os grupos, são os mais jovens (18-25 anos), os que manifestam maior discordância. Uma hipótese explicativa poderá ser o facto de a situação de incerteza relativamente ao futuro, criar o receio de que os imigrantes possam usufruir dos bens que lhes estariam reservados por direito, pelo facto de serem nacionais. Por outro lado, na generalidade, as mulheres apresentam um grau de aceitação superior ao dos homens, talvez pelo facto de não sentirem uma ameaça directa no emprego (Anexo 3, quadros 1 a 5). Tais dados correspondem às tendências verificadas nas entrevistas, embora a partir destas se esclareçam algumas das razões para a concordância ou discordância.

Para os indivíduos que dizem concordar, a presença dos imigrantes está, para a maior parte, condicionada a determinadas condições, pois aceita-se a sua presença desde que a entrada seja controlada e os que forem aceites tenham emprego garantido, habitação condigna e se encontrem integrados na sociedade “sem incomodarem ninguém”, “evitando a marginalização”. Outra tendência dentro dos que dizem aceitar a sua presença, como positiva, refere que os imigrantes vêm fazer trabalhos que os portugueses não querem executar, constituindo mão-de-obra barata e necessária para as obras públicas. Apenas uma minoria refere que os devemos aceitar e proporcionar-lhes as melhores condições uma vez que já ocupamos os seus países.

De entre os que dizem não concordar com a presença, os argumentos referidos são quase sempre coincidentes, alegando que contribuem para o desemprego e para a falta de habitação, pois numa altura de crise os portugueses aceitariam executar qualquer trabalho, que à partida não fariam em situação normal. A análise da pergunta 1 do inquérito (Anexo 3), provou que a segunda associação de palavras quando os inquiridos ouvem falar de imigrantes é a palavra “desemprego”. A percepção que se tem, é a de que os imigrantes são considerados concorrentes dos portugueses em termos de emprego, pois acrescenta-se ainda nas argumentações, que “os imigrantes pelo facto de serem mão-de-obra barata, fazem com que os empresários não empreguem nacionais” e ainda que, “se os empreiteiros fossem obrigados a pagar os mesmos salários que aos nacionais, o afluxo de imigrantes seria menor”.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
7.1.Os imigrantes só têm capacidade para executarem trabalhos de menor prestígio	19%	54,5%	15%	11,5%
7.2.Os imigrantes africanos só devem ser aceites nos locais de trabalho se não houver candidatos nacionais.	12%	38%	32,5%	17,5%
7.3.Em situação de desemprego os primeiros a serem despedidos deverão ser os trabalhadores imigrantes.	9%	41,5%	33%	16,5%
7.4.Os trabalhadores imigrantes, devidamente qualificados, têm as mesmas capacidades que os nacionais para executarem trabalhos complexos.	6%	9%	53,5%	31,5%
7.5.Os trabalhadores imigrantes africanos devem ter as mesmas oportunidades que os trabalhadores nacionais.	9,5%	28%	47%	15,5%

Constata-se pela observação do quadro que 50% dos inquiridos, responde que os imigrantes africanos, só devem ser aceites nos locais de trabalho se não houver candidatos nacionais, e que em situação de desemprego os primeiros a serem despedidos deverão ser aqueles. Verifica-se mesmo uma forte coincidência entre as duas posições. Isto é, os que manifestam concordância ou discordância relativamente à aceitação de imigrantes apenas quando não existam candidatos nacionais, são também os que concordam ou discordam

que, em caso de desemprego os primeiros a serem despedidos deverão ser os imigrantes. Tal posição poderá ser explicada pelo receio que os nacionais têm da apropriação por parte dos imigrantes, de aspectos fundamentais da sua existência que se encontram sujeitos às leis do mercado, como é o caso do trabalho. Esta tendência é contraposta por outra, já que a restante metade, manifesta o seu desacordo em relação a tal, verificando-se mesmo 62,5% que refere que os imigrantes africanos devem ter as mesmas oportunidades que os trabalhadores nacionais. Verifica-se que, de entre os que dizem concordar com o facto de os imigrantes contribuírem para o desemprego dos portugueses, uma percentagem relativamente elevada (61,1%) refere a sua concordância quanto ao facto de estes contribuírem também para o desenvolvimento do país (quadro 22). Também 50% refere que os imigrantes africanos vêm executar trabalho que os portugueses não querem. Dos que dizem concordar com tal, cerca de 50% também concorda com o facto de os imigrantes contribuírem para o desemprego, verificando-se uma certa contradição entre as duas posições (quadro 19).

Argumenta-se peremptoriamente nas entrevistas que “a maior parte dos trabalhos que esses pretos fazem os brancos recusam-se a fazer”, ou ainda que “os nacionais não se sujeitam a trabalhos a que os africanos se sujeitam”. Estará aqui presente a percepção de uma certa desvalorização do trabalho por parte dos portugueses, detectada por vários autores ao longo da História e em expressões populares do tipo “o trabalho é para o preto”, “estou morto de trabalho”, “o trabalho suja as mãos” “sou mouro de trabalho”, “trabalho que nem um escravo”, reminiscência de épocas em que “pessoa honrada e nobre não trabalha”, pois teria ao seu serviço, elevado número de escravos e servos, e o não trabalhar, era a consagração máxima do seu posicionamento social, não se podendo sujeitar a exercer qualquer profissão, ideia que ainda persiste em certo imaginário português. Tais expressões serão ainda resultado de uma dominação colonial, onde o branco mandava e o negro obedecia e trabalhava. Refere Eduardo Lourenço no seu livro *O Labirinto da Saudade*: “Não trabalhar foi sempre, em Portugal, sinal de nobreza e quando, como na Europa futuramente protestante, o trabalho se converte em sinal de eleição, nós descobrimos colectivamente a maneira de refinar uma herança ancestral transferindo para

o preto essa penosa obrigação”. A ética do trabalho não é, desde há muito, uma norma interiorizada, o que não significa que o português não tenha tal capacidade, o que é provado pelo seu empenhamento em tarefas complexas e em situação de emigração ou quando é movido pela necessidade ou ambição.

4.1.4. -Contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento

No inquérito realizado, 63% dos inquiridos, manifesta tendência para concordar com o facto de que os imigrantes africanos contribuem para a riqueza do país.É relevante a relação que se estabelece entre a presença dos imigrantes e o seu contributo para a riqueza do país através do cruzamento das questões 12.2 (Portugal devia ser só para os portugueses) e 12.3 (Os imigrantes contribuem para a riqueza do país),(quadro 20).

Portugal devia
ser só para os
portugueses

Os imigrantes contribuem para a riqueza do país

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	0%	1%	3%	24%
Discordo	6%	15%	44%	45%
Concordo	62%	67%	47%	31%
Concordo totalmente	32%	17%	6%	0%

De entre os que manifestam tendência para discordar que Portugal seja só para os portugueses, cerca de 76% manifesta tendência para concordar que os imigrantes contribuem para a riqueza do país.Parece assim que a sua presença é compreendida como necessária. Relacionando esta questão com a que se refere ao aumento do desemprego (12.4.),(quadro 21) verifica-se que destes, cerca de 50% também concorda que contribuem para o aumento do desemprego, enquanto 48% manifesta tendência para dizer que não contribuem.Na mesma questão abordada nas entrevistas percebem-se as

justificações que são apresentadas, referindo-se que, o facto de os imigrantes serem mão-de-obra barata, permite às empresas a obtenção de lucros, ou ainda, “se não fossem os pretos a fazer os trabalhos que os brancos se recusam, isto estava muito mal” ou ainda “quem está neste momento a construir o país são os africanos”. Outras percepções referem que pelo facto de participarem na actividade económica, com o seu trabalho, geram riqueza, e como tal, já estão a contribuir para o desenvolvimento do país, sendo a sua contribuição superior às regalias que o Estado lhes dá.

De entre os que acham que não há contribuição para o desenvolvimento, as razões apresentadas, na sua grande maioria, são a grande instabilidade e marginalidade que, em seu entender, lhes está associada e o facto de serem única e exclusivamente aproveitados pelos seus baixos salários, contribuindo apenas “para o bem-estar de empresários pouco escrupulosos” que utilizam mão-de-obra clandestina. No grupo que afirma discordar da contribuição dos imigrantes para a riqueza do país, cerca de 80% manifesta tendência para afirmar que a presença de imigrantes contribui para o aumento do desemprego dos nacionais. Para estes, não se pode pois falar de contributo para o desenvolvimento se o desemprego dos nacionais aumentar.

4.1.5. - Entrada de imigrantes

Sobre este aspecto, a tendência observada quer nas entrevistas, quer nos inquéritos, é a de que haja um rigoroso controle da entrada de imigrantes em Portugal e mesmo assim esta deverá estar sujeita a determinadas condições, nomeadamente à demonstração de que possuem meios de subsistência para se estabelecerem no país, com apresentação de contratos de trabalho, sendo as entradas, feitas de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

O Estado português devia:	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
4.1. Abrir as portas totalmente imigração	50%	39%	9,5%	1,5%
4.2. Impedir a entrada de mais imigrantes.	9%	39%	32,5%	19,5%

4.3.Reexpatriar os imigrantes que não têm emprego.	8%	27,5%	45,5%	24%
4.4.Reexpatriar os imigrantes ilegais.	9%	16%	34,5%	40,5%
4.5.Promover o repatriamento progressivo de todos os imigrantes.	15,5%	40%	30%	14,5%
4.6.Autorizar a presença em Portugal, só durante x anos.	11%	43,5%	35,5%	10%
4.7.Autorizar indefinidamente a presença no país.	27,5%	32,5%	34,5%	5,5%

Pela análise do quadro(quadro 6) verifica-se que 89% dos inquiridos manifesta a sua discordância quanto à total abertura das portas à imigração,e dos que discordam, cerca de 70% também não concorda com a presença indefinidamente no país(quadro 7). Quanto ao facto de se impedir a entrada de mais imigrantes a percentagem de discordantes diminui para 48%.Poder-se-á concluir, que os portugueses concordarão antes com uma entrada, controlada e bastante limitada, de mais fluxos imigratórios.De referir que, embora minoritária 31,5% dos inquiridos, concordam que Portugal deve ser só para os portugueses, e destes a maior parte são jovens que pela incerteza face ao futuro e falta de informação se encontram mais receptivos a posições radicais.Alguns dos argumentos apresentados vão no sentido de que Portugal, sendo um país de reduzidas dimensões e fortes carências, não pode admitir mais pessoas pois “se não se controla a imigração, aumenta o desemprego e também a insegurança, a violência e a criminalidade”.Outros referem ainda “vêm para cá roubar os que já cá estão e para terem mais que estes” ou ainda “Portugal é muito pequenino” e “não pode ser um albergue”.Tal discurso apresenta fortes coincidências com o discurso político dos últimos anos, como pudemos verificar no capítulo dois, o que comprova a permeabilidade da opinião da população em geral, que aceita a ideia de que a garantia de um bem-estar passa pela limitação à entrada de novos fluxos imigratórios.

Há ainda afirmações de outro teor, do tipo “devem ser impedidos de entrar indivíduos perniciosos no aspecto social e sanitário” ou “eu não concordo com a presença não controlada de indivíduos de outras raças”.Alguns propõem mesmo que “se faça uma selecção dos que entram, exigindo-lhes identificação em como são pessoas sérias,

honestas e trabalhadoras”. Começamos aqui a verificar uma relação, nas representações, entre imigrantes, criminalidade e falta de segurança, que desenvolveremos mais à frente, através da análise de outras variáveis, o que tem implicações em relação às políticas imigratórias como veremos a seguir.

4.1.6. - Actuação do Governo

A apreciação que é feita por parte da maioria dos entrevistados relativamente à actuação do Governo, vai no sentido de considerarem que este deveria ter tido uma atitude de maior controle relativamente aos fluxos imigratórios, criticando a sua actuação pela grande “permissividade” nas entradas, defendendo um “controle mais apertado para melhorar o nível de vida dos que já cá estão” e para que “deixem entrar quem é bom e não deixem entrar quem é mau e nos possa prejudicar”. Um comentário é elucidativo das representações neste sentido: “este país parece o caixote de lixo da Europa”. Tais posições são devidas ao facto de os nacionais acharem ilegítimo aceitar encargos suplementares que a entrada de imigrantes implica para o país particularmente em termos de acesso a bens de natureza colectiva, pois terão que os partilhar com um número mais elevado de indivíduos e sobretudo estrangeiros e de outra raça. Tal partilha implica, segundo os discursos, uma degradação das condições de vida dos nacionais, particularmente quando a situação pessoal e geral do país é encarada como muito instável e sem perspectivas optimistas, como vimos no início do capítulo. Daí, toda a política que não corresponda a tal forma de pensar ser encarada como uma injustiça social face aos nacionais, e como resultado, surgem as críticas à “permissividade” nas entradas de imigrantes. Apenas uma minoria dos entrevistados, critica o Governo numa outra perspectiva, isto é, quanto ao facto de este não ter melhorado as condições de vida dos imigrantes, e apenas um entrevistado, refere que tais condições deveriam ser melhoradas, tal como gostaria de ver melhoradas as condições dos nossos emigrantes.

Quanto ao processo de regularização extraordinária de estrangeiros, a tendência observada pela maioria, é a de que este foi mal conduzido e que a prova, é a existência de elevado número ainda em situação irregular. As razões apontadas para tal facto, vão desde a falta de informação adequada e de sensibilização para as vantagens do processo, ao prazo muito curto e à falta de transparência do processo. Outros ainda, apontam o receio de muitos imigrantes se legalizarem e a dificuldade na obtenção de declarações previstas, devido à recusa de algumas entidades patronais as passarem ou ainda o facto de muitos não poderem passar muitos dias nas filas para entrega do seu processo, “porque não têm vida para isso”. Apenas dois entrevistados referem que deveria existir um novo período de regularização, o que é sintomático da reduzida aceitação da presença dos imigrantes em Portugal. A lógica de pensamento detectada é a de que legalizando os imigrantes que se encontram em situação irregular já não é possível expulsá-los do país e como tal os bens a que os nacionais poderiam ter acesso terão que ser partilhados por mais pessoas e como consequência degradam-se as condições de vida dos portugueses. Na base de tais posições detecta-se a presença constante de um conflito de apropriação material e também simbólico, em que o imigrante é considerado uma ameaça e daí a exigência de políticas rigorosas para controlar tal “ameaça”.

Verifica-se quanto à actuação do Governo, através do quadro 6, já anteriormente apresentado, uma tendência maioritária de que se deviam reexpatriar os imigrantes ilegais (75%), alegando que criam marginalidade ou que “não deviam cá estar”. Quanto aos imigrantes legais, a tendência é a de aceitação, mas no caso de não terem emprego, também deverão ser reexpatriados (69,5%). Quanto aos que se encontram legalizados, a tendência detectada, é para a sua integração, mas desde que cumpram regras definidas e exerçam uma actividade profissional, sejam “bem controlados” e “se se portarem bem”. Entretanto, 44,5% dos inquiridos, manifesta tendência para concordar que se promova o repatriamento progressivo de todos os imigrantes e apenas 40%, concorda com a sua presença indefinidamente no país. Constatamos pois, que a maioria, não aceita uma fixação definitiva no país e que, no geral, mesmo nos casos em que a sua presença é aceite, ela é

sempre condicionada a determinadas condições e algumas restrições. Por outro lado, os imigrantes ilegais são conotados quase sempre com marginalidade e insegurança, o que corresponde ao discurso oficial do poder instituído nas últimas décadas, deduzindo-se que é esta uma das principais razões para a sua rejeição. Esta questão, pode aliás ser analisada através de outros itens, nomeadamente sobre a relação que é estabelecida entre minorias étnicas, violência e insegurança.

4.1.7. - O esteriótipo violência/ minorias étnicas

A análise da pergunta 1 do inquérito aplicado (Anexo 3), demonstra que as palavras, violência, crime e roubo, são as que surgem em primeiro lugar, quando se ouve falar da presença de imigrantes africanos em Portugal. Por outro lado, 80% dos inquiridos, acha que existe uma relação entre violência e presença de imigrantes africanos em Portugal, contra apenas 20%, que acham que não. Através dos dados apresentados (quadro 34), constata-se que, quanto ao estabelecimento da relação violência/minorias étnicas, não é significativa a variável grau de instrução, pois em todos os grupos de inquiridos, classificados segundo esta variável, a percentagem dos que dizem concordar é muito elevada.

HABILITAÇÕES	SIM	NÃO
Curso Superior	70%	30%
Curso Complementar	80%	20%
2º ciclo /9º ano	80%	20%
1º ciclo	75%	25%
4ª classe	80%	20%

Também relativamente à variável idade, não se registam diferenças, isto é, em todos os escalões etários, a percentagem dos que concordam que existe relação entre violência e minorias étnicas, é elevada. Constata-se aqui o receio da insegurança, empolado por certo discurso político, a que a opinião pública adere facilmente. Tal tendência, é igualmente detectada nas entrevistas efectuadas.

Escalões etários	SIM	NÃO
18-25 anos	80%	20%
26-35 »	79%	21%
36-45 »	65%	35%
46-55 »	85%	15%
55-65 »	90%	10%
> 66 »	80%	20%

As razões apresentadas para a concordância com tal relação, são, nuns casos, atribuídas a aspectos de ordem pessoal e psicológica e noutros casos, a aspectos sociais. No primeiro caso, refere-se frequentemente que os africanos são “violentos” e que são os primeiros a iniciar os conflitos, ou que “são maus”, “são racistas em relação aos brancos”, “são revoltados em relação aos portugueses”, “devido à inveja, são eles que nos assaltam”, “são desordeiros, desconfiados e conflituosos” ou ainda que “a maior parte dos criminosos são negros”. Detecta-se claramente uma das características dos estereótipos, a generalização exagerada a todo um grupo de aspectos verificados numa minoria, quando na realidade a maior parte dos elementos do grupo não possui tal característica. São estereótipos elaborados a partir de acontecimentos verificados com um reduzido número de elementos mas que se generalizam a todo o grupo, caracterizando mesmo a sua personalidade, originando assim atitudes de discriminação baseada na cor da pele. Desta forma se reforça a necessidade de um maior controle nas entradas e aumenta a distância entre o grupo dos nacionais e dos imigrantes. A palavra imigrante deixou de ser uma categoria formal passando a ser uma categoria de tipo antropológico caracterizada por aspectos negativos da sua personalidade. Consta-se que eventuais situações particulares de actos de violência, se generalizam a todo um grupo étnico. Não se afastaram pois ainda da sociedade certos estereótipos que classificam desta forma o africano, reminiscência do colonialismo e da ideia civilizadora dos europeus e de que Portugal estaria em África para educar e civilizar o negro.

De entre os que acham que existe uma relação entre raça e violência, verifica-se uma outra vertente, que refere que o desemprego, a exclusão social e a discriminação, conduzem a que se revoltam “contra o branco” e como tal a cometerem assaltos e crimes,

“transformando-se em marginais”. Referem ainda que “procuram evidenciar-se nem que seja pela marginalidade”, através da formação de “bandos”, nomeadamente ao nível da “segunda geração”, mais afectada pela falta de oportunidades e que “desejam possuir o que os brancos têm”. Alguns referem que tomam conhecimento através dos media “do que se passa com eles” e que cometem muitos crimes. Outros afirmam peremptoriamente, que “a grande insegurança que se vive em Portugal, deve-se essencialmente aos actos de violência praticados por negros”, porque “cada vez há mais crimes por causa deles” e que portanto “são eles os maiores culpados da nossa situação”. Existe outro grupo, que refere o racismo como um aspecto dessa relação entre violência e minorias, mas este racismo é não só referenciado de brancos contra negros mas também de negros contra brancos.

No grupo minoritário que refere não haver qualquer relação entre violência e minorias, a explicação dada, aponta para dois níveis de análise. Uma, em que se afirma que a violência não é um problema de raças, pois tanto é praticada por brancos como por negros e sempre existiu, mesmo antes da presença de imigrantes em Portugal, estando relacionada mais com princípios do que com a raça, de acordo portanto com a ideia também veiculada de que “um acto de violência não tem côr”.

O outro nível de análise refere que a questão é social e não racial, ou ainda que a “violência é incitada pelos brancos, não sendo os negros a praticá-la”.

4.1.8. - Imagem que se tem dos imigrantes africanos

A imagem que os inquiridos têm dos imigrantes, reflecte o conjunto de aspectos atrás focados. Assim, 62%, refere que tem uma imagem negativa e 38% que têm uma imagem positiva.

Por outro lado, os resultados do inquérito, (quadro 26) demonstram que o grau de habilitação pode ter alguma influência na imagem positiva ou negativa que se tem dos imigrantes africanos, embora em reduzido grau.



HABILITAÇÕES	Positiva	Negativa
Curso Superior	46%	54%
Curso Complementar	24%	76%
2º ciclo/9º ano	36%	64%
1º ciclo	13%	87%
4ª classe	33%	67%

Tal análise demonstra que a imagem é sempre mais negativa que positiva, em todos os grupos, sendo relevante o grupo dos que possuem o Curso Complementar (76%) e dos que possuem o 1º ciclo (87%), grupos onde os valores relativos a uma imagem negativa são maiores. O grupo dos que possuem um curso superior ou a sua frequência, é o que apresenta valores inferiores quanto à imagem negativa (54%).

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	Positiva	Negativa
Quadros Superiores	45%	55%
Quadros médios	37%	63%
Empregados de escritório	50%	50%
Assalariados e operários	39%	61%
Comerciantes	42%	58%
Reformados e Sem profissão	21%	79%
Desempregados	25%	75%
Estudantes	25%	75%

Uma análise por grupos profissionais, (quadro 27) demonstra que são os estudantes (75%), os assalariados (61%) e os reformados (79%), os grupos que têm uma imagem mais negativa. Uma análise por idades, (quadro 28) demonstra que os grupos com imagem mais negativa, são o dos mais velhos (70%-75%) e o dos mais novos (78%).

ESCALÕES ETÁRIOS	Positiva	Negativa
18-25 anos	22%	78%
26-35 »	41%	59%
36-45 »	54%	46%
46-55 »	33%	67%
55-65 »	25%	75%
> 66 »	30%	70%

Verifica-se pois uma reduzida abertura por parte do grupo de jovens estudantes, a outros grupos étnicos. Como já referimos, tal poderá estar relacionado com a percepção que os jovens têm relativamente à situação do país, à falta de uma informação adequada que permita eliminar estereótipos de carácter étnico que está provado serem de precoce aquisição. Mas pode ainda relacionar-se com mecanismos de pertença de grupo muito fortes entre os jovens e que contribuem mesmo para a estruturação da sua personalidade e que rejeitam o que é diferente. Existe o receio de que os imigrantes se apropriem de elementos materiais que são referência de estatuto social e que desta forma fiquem desvalorizados. Pode ser este o aspecto mais profundo que está na base das afirmações que demonstram rejeição. Existe o receio de que a presença dos imigrantes seja uma ameaça à posse de bens não só do ponto de vista material mas também simbólico. Isto é, se o imigrante possui um objecto semelhante ao do nacional este fica desvalorizado como símbolo ou sinal de um estatuto social que fica assim degradado, pondo em causa a representação deste estatuto.

Os argumentos apresentados pelos que têm uma imagem negativa, inserem-se também no campo da atribuição aos imigrantes das causas da criminalidade e da insegurança, devido à marginalidade e às más condições em que vivem, trazendo grande instabilidade ao país. Destes, 92 % refere que existe uma relação entre violência e presença de imigrantes africanos em Portugal, (quadro 31). Outros ainda, referem o facto de que retiram emprego aos nacionais e que “vêm dificultar a vida aos portugueses”. Há ainda quem refira que “têm hábitos diferentes, não se conseguindo adaptar às nossas condições de vida”, o que gera comportamentos anti-sociais. É a questão social a estar na base da discriminação. Outras imagens entram no campo da psicologia, do tipo, “são racistas”, “têm uma mente muito reduzida”, “o pouco que fazem é mal feito”, ou simplesmente “porque são pretos”. É um racismo baseado apenas na cor da pele e no facto de se pertencer a outro grupo étnico considerado inferior.


De entre os que têm uma imagem positiva, esta baseia-se na apreciação do facto de “lutarem por uma vida melhor” e de se adaptarem a qualquer situação, além de

contribuírem para a riqueza do país e porque “são pessoas honestas que estão a lutar pela sua sobrevivência”, fazendo trabalhos “que os outros não querem”.

Passando para um nível de análise mais amplo, o da sociedade portuguesa em geral, 57% dos inquiridos, acha que os portugueses não aceitam facilmente a presença dos imigrantes africanos em Portugal, e 42%, afirma que tal presença é aceite (quadro 38).

A não aceitação, baseia-se, segundo os inquiridos, no facto de os portugueses terem receio de que os imigrantes lhes retirem emprego e porque geralmente os associam com violência, provocando medo e desconfiança e porque “vieram perturbar a estabilidade dos portugueses”, imagem que é obtida através dos media. Constata-se que, de entre os que afirmam que existe relação entre violência e presença de imigrantes africanos, 60% também acha que a sociedade portuguesa não aceita facilmente a sua presença. Outros ainda, referem que a não aceitação, é devida ao facto de os portugueses pensarem que o país não possui os meios suficientes para sustentar este aumento de população e porque têm diferentes hábitos, não têm capacidade para trabalharem e trazem doenças. Uma frase recolhida, resume muitos dos aspectos referidos para a não aceitação, “por serem negros, violentos e pobres”. Outro conjunto de argumentos, refere-se à não aceitação dos imigrantes pelo facto de serem provenientes das ex-colónias, e também devido à falta de solidariedade dos portugueses em relação à integração destes grupos sociais. Detecta-se uma certa dificuldade na aceitação de uma relação de alteridade e que se baseia nas condições de vida, na raça e na atribuição de características negativas da personalidade.

De entre os que acham que a sociedade portuguesa aceita a presença de imigrantes no país, apresentam como principais razões o respeito pelo princípio da igualdade dos seres humanos, não sendo a cor da pele relevante para o relacionamento, porque consideram que os portugueses não são racistas, sendo antes, um povo pacífico e de brandos costumes. Referem ainda, que Portugal aceita todos os povos, porque os laços históricos que o unem a África ao longo de cinco séculos, leva a que os portugueses aceitem e compreendam a situação dos africanos, que as culturas se relacionem, para o que,



muito contribui o facto de muitos portugueses terem vivido em África, o que origina uma ligação com os africanos desde há muito, com uma tradição de interculturalidade, em que a língua desempenha um papel de relevo. Seremos então um povo multi-racial e “sempre tolerante para todas as raças”, pois “não discriminamos raças mas atitudes”. A percepção, embora reduzida, de que esta imigração é própria de um período pós-colonial está também patente na seguinte afirmação: “Portugal colonizou África durante muito tempo, não conseguiu impedir uma guerra sangrenta e prolongada, é justo que receba agora quem necessita da nossa ajuda” ou ainda, embora com uma outra visão, ainda a colonialista de que “não têm nada que os rejeitar, pois há mais de 500 anos que os portugueses vivem com eles, de quem eram servos e puderam viver em comum”. Há também quem refira, embora em reduzido número, que também somos um país de emigrantes, pelo que temos obrigação de os receber.

Mas há outros argumentos mais negativos, afirmando-se criticamente: “os portugueses aceitam tudo” ou “acomodam-se à sua presença”. Outros apresentam argumentos para a sua resposta referindo que “se os portugueses os não aceitassem eles não viriam para cá” ou ainda porque “os brancos não tiram as crianças das escolas onde há crianças negras”.

4.1.9. - Racismo

A palavra “racismo” é a que surge com maior frequência na associação de palavras relativamente à presença de imigrantes africanos em Portugal (Anexo 3).

Os indivíduos que já presenciaram actos conotados com atitudes de racismo, referem que sentiram “repugnância”, “revolta”, “injustiça”, “desconforto”, “incómodo”. De referir, que algumas destas palavras, são utilizadas relativamente a actos de furto de objectos por parte de indivíduos negros e que são considerados pelos entrevistados, como actos de racismo de negros em relação a brancos. Quanto a actos de racismo de brancos contra negros, presenciados pelos entrevistados, estes referem-se fundamentalmente a

atitudes de discriminação de tratamento em serviços de atendimento público, insultos verbais e conversas em transportes públicos.

Relativamente às relações raciais, a nível de amizade, a maior parte dos entrevistados e inquiridos estabelece tais relações com indivíduos de outras raças, e particularmente com indivíduos dos países africanos lusófonos.No entanto tal não impede que a sua apreciação relativamente à imagem destes seja negativa, e nalguns casos mesmo bastante depreciativa.Dos que mantêm relações de amizade com indivíduos de outras raças (a maior parte referiu que se relacionava com indivíduos dos PALOPs), 59% tem uma imagem negativa dos africanos que vivem em Portugal.No entanto tal valor é mais elevado nos que não mantêm tais relações de amizade (75%).

Em termos de vizinhança, detecta-se que são os que têm uma imagem negativa dos africanos que também os rejeitam mais facilmente como vizinhos(quadro 30).Destes, 56% rejeitam indivíduos de raça negra como vizinhos num posicionamento de 1 a 4.Dos que têm uma imagem positiva, só 12 % o fazem.

Imagem	Vizinhança			
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Positiva	0%	3%	3%	6%
Negativa	18%	11%	18%	9%

Quanto ao casamento, a maioria dos entrevistados refere que encararia com normalidade o casamento de um familiar seu com indivíduo de raça diferente, pois tal relação está à frente da pigmentação da pele.Revelarão estas respostas, uma tendência para a miscigenação e ausência de preconceitos culturais?Tal parece, no entanto ser contraditório com outras afirmações e o tom geral dos discursos.Será que existe uma certa plasticidade ou facilidade de contactos humanos à primeira vista, mas com um sentimento de identidade forte, no interior da afectividade?Tal levar-nos-ia a perceber o tipo de relação afectiva em tais situações. Existe no entanto outro grupo, que ficaria numa situação de expectativa e só com o tempo aceitaria tal relação.Apenas uma minoria

apresenta uma atitude negativa quanto a tal, pois referem: “discordava totalmente, pois não sou apologista de mistura de raças” ou ainda “em minha casa não entravam”

4.1.10. - Cultura africana e relacionamento com a cultura portuguesa

Relativamente à cultura africana, esta é encarada como uma cultura “muito rica em valores e saberes”, “interessante”, “diferente”, “com práticas ainda um pouco primitivas”, que “tem raízes portuguesas”, e é “do tamanho do continente africano”. Quanto à possível influência da cultura africana sobre os hábitos dos portugueses, 51% acha que tal existe, e em aspectos como, música, gastronomia, modo de vestir, dança e vocabulário, este encarado de forma crítica.

HABILITAÇÕES	SIM	NÃO
Curso Superior	71%	29%
Curso Complementar	43%	57%
2º ciclo /9º ano	53%	47%
1º ciclo	63%	37%
4ª classe	40%	60%

A tendência observada, é a de que a um grau de instrução superior, corresponde uma maior abertura e sensibilidade para culturas diferentes, verificando-se, em contrapartida que quanto menor o grau de instrução, menor é tal sensibilidade. Tais influências, são encaradas como resultado não só da presença dos imigrantes, mas fundamentalmente por séculos de convivência de várias gerações, pois como sociedade colonizadora sofreria grande influência. Também a descolonização, que trouxe toda uma cultura com os portugueses que de lá regressaram, terá contribuído para alguma influência da cultura africana sobre a portuguesa. Constata-se, por outro lado, que a percepção quanto à influência da cultura africana sobre a portuguesa é maior nas mulheres que nos homens, nos escalões etários mais baixos, mas em relação aos homens, tal percepção aumenta nos escalões dos 45-65 anos, o que pode ser reflexo de vivências e contactos com a cultura africana durante o período de mobilização militar em África.



Escalões etários	Género	SIM	NÃO
18-25 anos	M	40%	61%
	F	60%	39%
26-35 »	M	27%	42%
	F	73%	58%
36-45 »	M	36%	41%
	F	64%	59%
46-55 »	M	63%	61%
	F	37%	39%
55-65 »	M	66%	57%
	F	34%	43%
> 66 »	M	25%	33%
	F	75%	67%

Nalguns casos, embora minoritários, tal influência é encarada de forma negativa, criticando-se o facto de se agir como os africanos, afirmando um dos inquiridos “actualmente está na moda ser como os pretos, agir como os pretos, falar como os pretos, ouvir música de pretos”.

Entre os que afirmam que tal influência não tem lugar, (46%), predominam os argumentos de superioridade da cultura portuguesa e de impermeabilidade desta a influências exteriores. São afirmações do tipo, “nós portugueses não nos deixamos influenciar” ou “temos uma cultura cheia de tradições e que deve ser preservada” e ainda que continuamos a ter os nossos próprios hábitos e a cultura africana não é absorvida apesar da vivência de 500 anos porque “nós não admitimos”, porque os “portugueses não são tão estúpidos como isso”, ou “porque não existe cultura africana”, esta “é muito fraca” e sem capacidade para influenciar a portuguesa e “porque tudo o que é dos africanos não presta” já que “são um povo atrasado” e o número de imigrantes africanos em Portugal não é suficiente para influenciar os costumes e hábitos dos portugueses. Outros argumentos, referem que a reduzida influência é devida à falta de divulgação de aspectos da cultura africana em Portugal e que, sendo culturas totalmente distintas tanto na forma como na essência não pode haver lugar a tal, porque os

portugueses são “um pouco fechado à cultura africana” não se deixam influenciar, sendo antes a cultura africana que é influenciada pela portuguesa.

Os aspectos mais conhecidos da cultura africana, situam-se na área da música, gastronomia, dança, artesanato, hábitos sociais, literatura, pintura e escultura, afirmando 70% dos inquiridos que conhece algum aspecto da cultura africana, contra 30% que diz não conhecer.

Relativamente à integração dos africanos na sociedade portuguesa, basicamente em termos culturais, a tendência observada é para considerar que aqueles não se encontram integrados, porque estão isolados e marginalizados em bairros de lata excepto os que têm um nível cultural elevado, que esses sim, se encontram integrados. Verificamos através deste aspecto uma clivagem no grupo de africanos residentes em Portugal, baseada no estatuto social. Os que possuem maior nível de habilitações ou situações mais favoráveis em termos profissionais são mais facilmente aceites na sociedade portuguesa, talvez porque já interiorizaram certos aspectos da cultura portuguesa verificando-se uma assimilação o que não se verifica com os imigrantes que possuem menores qualificações. Outros argumentos de diferente âmbito, referem-se ao isolamento dos africanos, ou porque é voluntário, como mecanismo de segurança, referindo que “se sentem africanos e não portugueses” ou porque existe “todo um passado histórico que os afasta dos portugueses”. Em relação a este aspecto está patente a percepção de uma relação de alteridade que é resultado de uma escolha dos próprios em não se integrarem, passando desta forma o encargo do conflito de assimilação para os próprios imigrantes, o que pode ser gerador de um risco de violência aberta, esquecendo-se aspectos institucionais e sociais que se encontram por traz da não assimilação. Outros argumentos referem ainda que, porque são “considerados uma raça de segunda, nós podemos dar-mo-nos bem com eles, mas no fundo nunca há uma situação de igualdade”. Para alguns, a solução passa por tentarem adaptar-se à nossa cultura “porque as nossas raízes estão criadas e nada as poderá apagar”. Esta atitude que consiste em reclamar dos imigrados que se integrem ou que se assimilem é da ordem da submissão total. O outro absoluto deve

tornar-se absolutamente o mesmo. Pretende-se impôr uma submissão cultural absoluta e irreal ao imigrante despojando-o de todos os seus traços culturais que o diferenciam da cultura nacional dominante. Mas ao negar as diferenças do outro, está-se também a negar a capacidade de o próprio ser diferente e de aceitar a evolução, as descontinuidades e a diferenciação em relação à cultura dominante. Será esta uma explicação para o facto de o grupo que apresenta maior nível de habilitações apresentar também um maior grau de conhecimento e até de aceitação relativamente aos imigrantes? Estarão mais receptivos a tal processo evolutivo do real ?

Poderemos concluir que no geral, a sociedade portuguesa cria anti-corpos de resistência a profundas alterações culturais, vindas do exterior, considerando a sua cultura como superior e com necessidade de ser preservada. Daí considerarmos que não existirá propriamente uma relação entre as duas culturas, elas continuam de costas voltadas, quando muito existirão algumas manifestações culturais, que são apreciadas mais como manifestações folclóricas.

4.1.11. - Direitos dos imigrantes

A hipótese de os imigrantes terem os mesmos direitos que os nacionais, nomeadamente nas eleições para as Autarquias Locais, não agrada à maioria dos entrevistados, que alegam como razões, o desconhecimento da sua maneira de pensar, e o facto de “poderem ficar com muito poder e revoltarem-se contra os nacionais”. Para outros, só após alguns anos de permanência no país, tal direito poderia ser concedido, para que se pudessem ambientar e conhecer melhor a situação nacional. Constatamos pois, que a opinião pública é pouco sensível à atribuição de um estatuto de cidadania política aos imigrantes, com receio de que a sua participação política possa originar reivindicações, que a serem satisfeitas impeçam a concretização de outras, por parte da população nacional. Isto é, a reciprocidade de direitos legitima a apropriação material e simbólica de

bens que os nacionais possuem ou podem vir a possuir, o que não é aceitável, segundo os argumentos, particularmente numa fase de instabilidade económica e de crise.

Os que concordam com a atribuição de tal direito, posição minoritária, alegam o facto de que, a partir do momento em que fixem residência no país, estarão sujeitos aos mesmos direitos e deveres que os nacionais.

Quanto à igualdade no acesso à habitação, trabalho e educação, a tendência observada é para a sua aceitação. Seria uma compensação pelo grau zero da cidadania política.

4.1.12. - Integração social

Sobre a integração social dos imigrantes, 50,5% dos inquiridos, classificam-na como “Razoável”, seguindo-se 29%, que a consideram como “Má” e 13% como “Muito Má”. Uma percentagem muito reduzida, classifica-a de “Boa”(2,5%) ou “Muito Boa”(1,5%).

De entre os principais problemas apontados, contam-se a habitação, educação, diferentes hábitos, legislação e rejeição por parte dos portugueses.

A integração social dos imigrantes está para muitos relacionada com o estatuto e condições de vida, que são em muitos casos semelhantes às dos nacionais. As soluções apresentadas para a sua integração, são diversas, entre as quais, uma maior atenção do Governo, por razões humanitárias e morais, para com as situações de ordem social, pois não terá havido até agora vontade política para as resolver, maior controle dos fluxos imigratórios de modo a permitir criar condições condignas para os que já foram recebidos, devendo contar-se com o apoio da sociedade no sentido de se integrarem e de serem “orientados” ou ainda através da legalização dos clandestinos, ou pura e simplesmente pela reexpatriação dos imigrantes para os seus países.

4.1.13. - Habitação



Relativamente à habitação, a imagem que se tem é a da reunião em bairros de lata, que constituem guetos, onde os imigrantes se isolam sendo locais de violência, de marginalidade e de segurança para si próprios, pois é aí que se refugiam.

A maioria dos inquiridos (71,5%) e também dos entrevistados, é de opinião que os grupos étnicos devem viver nas mesmas zonas habitacionais dos portugueses, nuns casos porque se entende que não deve haver distinção, “todos somos iguais”, noutros casos porque se entende que não se devem formar guetos, porque “a união faz a força”, e tal forma de alojamento é uma maneira de separar os grupos, de os enfraquecer, quebrar a sua coesão social e possível influência na sociedade portuguesa, permitindo, numa perspectiva de paternalismo e de etnocentrismo, a sua “inserção no nosso ambiente e eles aprenderem alguma coisa connosco”. Verifica-se nestas posições eventualmente uma tentativa de assimilação, com vista ao enfraquecimento do grupo social. Alguns ainda, referem que para cada situação, pode haver uma solução adequada, admitindo que alguns se realojem em zonas específicas e outros sejam espalhados pela cidade. Constata-se que os que pretendem que os imigrantes se alojem em zonas próprias apresentam também maior tendência para rejeitar os negros como vizinhos. Numa escala de 1 a 4, 71% referem tal contra 36 % do grupo que aceita que os imigrantes vivam nas mesmas zonas habitacionais dos portugueses (quadro 16).

	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Viver afastados dos nacionais em zonas próprias	30%	19%	15%	7%
Viver nas mesmas zonas habitacionais dos portugueses	2%	6%	13%	8%

Quanto à prioridade no realojamento (quadro 14), a tendência observada vai no sentido de admitir que a população africana deve ser realojada em condições idênticas às

da população branca(63%), por razões baseadas no princípio da igualdade dos seres humanos, não se devendo considerar a raça mas sim as carências do agregado familiar, referindo-se ainda que os bairros de lata não se revelam benéficos nem para os seus habitantes, por serem locais de “delinquência juvenil, toxicodependência, criminalidade, comportamentos marginais e doenças”, nem para os habitantes nacionais que vivem perto, pelo que deverão acabar o mais depressa possível. Propõe-se que haja formação adequada no sentido de serem “educados a habitar as novas habitações”.

Os que afirmam que a população branca deve ter prioridade no alojamento social (34,5%), não apresentam argumentos específicos, isto é, a prioridade dos nacionais é a lógica natural.

4.1.14. - Educação, insucesso escolar, futuro das crianças e jovens

As principais razões apresentadas para a falta de sucesso escolar das crianças, filhas de imigrantes, são, para os inquiridos, a falta de meios de subsistência, o local onde habitam, a falta de ambiente de estudo e a deficiente alimentação. Outros aspectos são focados, nomeadamente a falta de apoio e incentivo dos pais destas crianças, devido à sua “mentalidade”, falta de formação, não saberem ler nem escrever, não podendo orientar assim as crianças no “bom caminho”, ficando estas “entregues a si mesmas” e nalguns casos tendo necessidade de trabalhar para ajudar os pais. Também a língua, os programas escolares desadequados e a hostilização por parte de colegas, são apontados como factores de insucesso.

O futuro destas crianças é encarado pelos entrevistados, como muito incerto e “ainda pior que o dos pais”, sem grandes possibilidades de arranjarem emprego devido às fracas habilitações que possuem, o que irá conduzir a dificuldades de inserção social e a situações de marginalidade, sem grandes perspectivas de mobilidade social, pois refere-se que “não têm condições para serem mais nada do que aquilo que são” e que “não conseguem acompanhar os nacionais”. Estas afirmações demonstram a persistência dos mecanismos de reprodução da imagem dos africanos, atribuindo-lhes incapacidades

intelectuais que seriam inatas e desta forma justificando a reprodução “ad eternum” do estatuto social que os pais possuem.

4.1.15. - Trabalho

Relativamente ao trabalho, a percepção que os entrevistados têm, é a de que os imigrantes vêm ocupar as profissões que actualmente os portugueses não pretendem executar, que são as profissões socialmente consideradas menos qualificadas ou não especializadas. Os homens trabalhando na construção civil e as mulheres como empregadas domésticas. Relativamente às razões para a execução de tais profissões, são apresentadas fundamentalmente, a falta de preparação inicial nos seus países de origem, o que impede o exercício de actividades mais qualificadas. Dos inquiridos, 85% manifesta tendência para concordar que os imigrantes devidamente qualificados têm as mesmas capacidades que os nacionais para executarem trabalhos complexos, discordando que estes só tenham capacidade para executar trabalhos de menor prestígio. Só 26,5% responde neste sentido, e os restantes manifestam uma tendência discordante (quadro 11).

Quanto à apreciação do seu trabalho, as opiniões dividem-se em bons trabalhadores e maus trabalhadores e pouco produtivos. Outros referem ainda que, “não são trabalhadores a 100%, como é o português, como é em especial o homem branco”, mas “bem orientados eles até produzem bastante” ou ainda, “é preto, tem que se lhes exigir senão ele não faz nada”. Persiste nestas afirmações a ideia de superioridade do português, reflexo ainda de relações de tipo colonialista.

Relativamente às condições de exercício de trabalho, a percepção generalizada, é a de que tais condições são deficientes e precárias, sujeitando-se os imigrantes a grande exploração, com contratos a prazo, baixos salários, horários sobrecarregados e que são procurados pelas empresas, precisamente pelas suas características de aceitação de quaisquer condições de trabalho porque precisam de sobreviver. Dos inquiridos, 62,5%, considera que os imigrantes devem ter as mesmas oportunidades de trabalho que os nacionais (quadro 11).



	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
7.1.Os imigrantes só têm capacidade para executarem trabalhos de menor prestígio	19%	54,5%	15%	11,5%
7.2.Os imigrantes africanos só devem ser aceites nos locais de trabalho se não houver candidatos nacionais.	12%	38%	32,5%	17,5%
7.3.Em situação de desemprego os primeiros a serem despedidos deverão ser os trabalhadores imigrantes.	9%	41,5%	33%	16,5%
7.4.Os trabalhadores imigrantes, devidamente qualificados, têm as mesmas capacidades que os nacionais para executarem trabalhos complexos.	6%	9%	53,5%	31,5%
7.5.Os trabalhadores imigrantes africanos devem ter as mesmas oportunidades que os trabalhadores nacionais.	9,5%	28%	47%	15,5%

4.1.16. - Razões da vinda para Portugal

A procura de melhores condições de vida, dada a situação de guerra, a instabilidade política, social e económica, além da pobreza generalizada que se vive nos seus países de origem, é a percepção que a maioria dos entrevistados tem, sobre as razões da vinda para Portugal dos imigrantes africanos, particularmente dos provenientes dos países de expressão lusófona. Outra tendência vai no sentido de perceber que tal vinda é resultado de séculos de relações coloniais, mantendo-se no período pós-colonial, laços de afectividade com a ex-metrópole, afirmando-se, “é a maternidade ancestral dos portugueses em relação a terras africanas. Eles sentem assim Portugal como um país-mãe”, em que a língua desempenha também um papel fundamental.

Relativamente à situação que hoje se vive em África, muitos atribuem-na à guerra que eclodiu após a descolonização, e que provoca uma desarticulação de toda a estrutura económica e social e à falta de investimento, potenciador de emprego. Outra tendência

manifesta-se no sentido de que, a situação que se vive, é resultado da “herança colonial”, pois “não fomos capazes e não tivemos a lucidez suficiente para deixarmos aqueles países minimamente organizados de maneira a conseguirem orientar a sua liberdade”. Este tipo de afirmações, poderá ter subjacente a necessidade de se fazer uma reflexão profunda na sociedade portuguesa àcerca do papel de Portugal, como país colonizador, e das suas responsabilidades nas dificuldades que hoje os países africanos lusófonos atravessam. Tal reflexão e debate poderia tornar-se de extrema importância como forma de melhorar as relações com esses países e exorcisar receios e “fantasmas” que ainda existem sobre o período colonial. Há ainda um número reduzido, que refere a falta de capacidade de auto-organização da raça negra, como factor que não permite que os países africanos saiam da situação de subdesenvolvimento em que se encontram, necessitando de um modelo que possam imitar, para se desenvolverem. É uma perspectiva relacionada com a ideia de superioridade da raça branca e de etnocentrismo.

4.1.17. - Relações com África

A maioria dos entrevistados, manifesta tendência para considerar como positiva uma intensificação das relações com África, devendo aproveitar-se a inserção de Portugal na União Europeia, para se consolidarem tais laços. Refere-se mesmo, que Portugal pode ser um excelente interlocutor entre a Europa e África, desempenhando um importante papel na promoção do desenvolvimento e auxílio aos países africanos, particularmente aos lusófonos.


Tendo a maioria concordado com a independência das colónias, embora não nas condições em que foi realizada, a intensificação de tais relações seria o reatar de laços interrompidos com a independência e assim a concretização de um retorno a África, talvez noutras circunstâncias. É interessante a constatação de que a maioria concordou com a independência das colónias, o que poderá significar que o país as não considerava como parte integrante do território português, como se fazia crer. Prova mesmo o carácter fictício de uma identidade nacional, baseada num Império repartido pelo Mundo, dando

grandeza a Portugal e justificando e explicando o nosso alheamento da Europa. O discurso aliás é hoje, o de o país ter sido gerador de novas nações, que temos obrigação de apoiar, inseridos agora num outro espaço, a Europa, que compensou a perda do Império. Seria aliás, neste contexto, que se prefigura uma intensificação das relações com África, onde Portugal pode ter um importante papel a desempenhar. Para alguns, o apoio aos países africanos lusófonos, teria também como objectivo, a diminuição dos fluxos migratórios de naturais desses países para Portugal. A tendência observada, é pois, a de considerar Portugal, como o país mais importante nesse relacionamento, já que esteve em África muitos séculos, sendo conhecedor da situação africana. Neste sentido, consideram que a presença dos portugueses, seria essencial para o termo dos conflitos e para a reconstrução dos países, numa visão mista de paternalismo e de salvadores de África. Há ainda um saudosismo do Império que seria compensado desta forma.

4.1.18. - Emigração dos portugueses

Pretende-se com este item compreender de que forma os entrevistados percebem a relação Portugal, país de emigração e de imigração.

Relativamente à emigração dos portugueses, esta é percebida como um meio de busca de melhores condições de vida, dadas as enormes carências que se sentiam em Portugal, particularmente nos anos 60, os salários superiores nos outros países e a guerra colonial. Alguns, embora minoritários, comparam os motivos da saída dos emigrantes portugueses aos dos africanos que se encontram em Portugal, e entendem que a sua presença nos países para onde emigraram, foi benéfica, contribuindo para o desenvolvimento desses países, que se estavam a industrializar e a reconstruir, executando aí, trabalho que os naturais já não pretendiam exercer. A percepção detectada é ainda, a de que, “o português é um trabalhador nato”. Apenas um entrevistado refere que o papel dos portugueses nos países para onde emigraram, é idêntico ao dos africanos, hoje em Portugal, e apenas dois, referem que talvez a nível do emprego nesses países, tenha sido



prejudicial a presença dos portugueses, tal como, no seu entender, a dos africanos, é em Portugal.

Relativamente a Portugal, a maioria entende que a emigração foi benéfica, devido ao envio de remessas, diminuição do desemprego, melhoria das condições de vida das famílias, equilíbrio da Balança de Pagamentos. Para outros, tal fenómeno não trouxe benefícios, porque se verificou o abandono de certas zonas do país, e uma saída de mão-de-obra qualificada a que correspondeu a entrada de mão-de-obra africana, que veio suprir a falta de mão-de-obra portuguesa nalguns sectores.

A hipótese de regresso em massa dos emigrantes portugueses, não é bem encarada pelos entrevistados, considerando que tal não seria justo, dado que estes trabalharam durante anos nesses países, contribuindo para o seu desenvolvimento, além de que aumentaria o desemprego em Portugal e traria resultados “catastróficos” para o país, constituindo por isso uma “tragédia”. Alguns referem que no caso de os emigrantes portugueses serem obrigados a regressar, então a contrapartida, seria necessariamente a expulsão dos africanos que se encontram em Portugal.

Enquanto os emigrantes portugueses são encarados como necessários aos países onde se fixaram, diferente perspectiva é utilizada na apreciação dos fluxos imigratórios para Portugal, referindo-se que retiram trabalho aos portugueses. Por outro lado, não se acha justo, a expulsão dos portugueses dos países onde se encontram, mas grande parte, concorda com a expulsão dos emigrantes africanos, nomeadamente dos ilegais, o que prefigura a imagem de o português ser trabalhador nato e o africano o não ser, podendo ser completamente dispensada a sua presença.

4.1.19. - Conclusões

A imigração africana em Portugal é compreendida como reflexo da colonização e própria de um período pós-colonial, mas é mal aceite, principalmente pela imagem que lhe é associada, a da violência. É manifesto o medo do futuro, sentindo os entrevistados, que a sua situação pessoal não pode ser controlada por si próprios, vivendo, por isso numa

constante perplexidade e intranquilidade pessoal, o que gera o medo de perder o emprego ou de ser assaltado. Como tal, o imigrante, é considerado uma ameaça, o que condiciona a sua aceitação, pois são considerados para muitos, como concorrentes dos cidadãos nacionais, apesar de se reconhecer que executam trabalhos, que, à partida, os portugueses não estariam dispostos a executar. São ainda, para muitos, considerados os causadores do clima de insegurança que se vive no país. De referir que estas representações estão fortemente implantadas nos grupos mais jovens, o que demonstra uma reduzida abertura da sua parte ao relacionamento com diferentes grupos étnicos. Também o grau de instrução se revelou de pouca relevância para este tipo de representações, excepto em relação aos aspectos culturais, onde é possível que uma maior escolarização crie um maior interesse pelo conhecimento de culturas diferentes. Nos restantes grupos, tal não é significativo, verificando-se um discurso marcado pelo distanciamento cultural e social que não se deseja atenuar, e que é gerador de preconceitos e estereótipos sobre comportamentos, que dificilmente se afastam da sociedade onde se instalam. Estas representações são quase sempre expressas através de um discurso demonstrativo de atitudes de superioridade, paternalismo, etnocentrismo e mesmo racismo. Tal manifesta-se num discurso eivado de atributos de carácter depreciativo em relação à personalidade do homem negro, fruto talvez de uma mentalidade nacional que ainda não eliminou certos vestígios de atitudes colonialistas. Será em certos casos uma nostalgia pela perda do Império Colonial e que seria compensada pelo retorno a África numa atitude de salvadores, ensinando modelos de desenvolvimento? Em muitos casos está patente uma exclusão cultural e mental, que pode conduzir a formas mais ou menos violentas de racismo. Outros aspectos serão focados nas conclusões finais.

CONCLUSÕES FINAIS



A primeira conclusão a retirar do trabalho é a situação específica de Portugal como país de emigração e de imigração, situação que é compartilhada com outros países do Sul da Europa, sendo o binómio emigração/ imigração, sintomático do dualismo existente na sociedade portuguesa e do posicionamento de Portugal no sistema económico mundial e europeu. Factores estruturais da sociedade portuguesa continuam a favorecer a saída de nacionais que vão executar no exterior tarefas que poderiam executar no país, mas que são atraídos pelas melhores remunerações aí praticadas. Entre os factores de repulsão podemos apontar a fraca industrialização e capacidade de criação de emprego, as fortes assimetrias sociais e regionais e a aplicação de políticas económicas que não reduziram o fosso entre os que participam das oportunidades criadas por tais políticas e os que delas são excluídos e que provocam situações de dualismo na sociedade portuguesa. Por outro lado, o modelo de acumulação seguido nas últimas décadas e a necessidade de recomposição do capital, tem originado a prática de formas de trabalho oculto e grande flexibilidade salarial, que afectam não só os nacionais mas muito particularmente os imigrantes das ex-colónias. Neste contexto, os imigrantes funcionam como uma força de trabalho particularmente apetecida, sendo encarados como substitutos de trabalhadores portugueses nalguns sectores, particularmente no da Construção Civil, onde são já considerados um elemento estrutural no funcionamento deste sector. Nesta relação, a situação de clandestinidade em que muitos se encontram, conduz à aceitação de quaisquer condições, sem possibilidade de reivindicação dos seus direitos laborais, o que agrava a precaridade da sua situação, existindo assim uma relação funcional entre esta e o modelo de acumulação adoptado nalguns sectores. Face a esta questão podemos colocar a hipótese de recomposição em Portugal da sociedade colonial, já que a independência das colónias veio pôr termo a certas facilidades de que o sistema produtivo português beneficiava. Os fluxos imigratórios recentes são pois, o reflexo do fim tardio do império colonial e manifestam uma certa continuidade entre o período colonial e o período pós-colonial que Portugal vive, fenómeno aliás partilhado por outros países europeus como a Inglaterra, França, Bélgica e Holanda.

Qual o papel que o Estado tem tido no sentido de promover o acolhimento e integração social dos imigrantes de modo a evitar a guetização, a discriminação e mesmo a marginalidade de uma minoria de elementos deste grupo social, imagem que é extensível a todo o grupo?

A situação em que vive a maior parte dos imigrantes e seus agregados familiares em termos habitacionais, sintoma da ausência de uma política nacional de habitação, a situação perante o trabalho, exercido na maior parte dos casos em condições precárias e o elevado insucesso escolar das crianças e jovens, filhos de imigrantes, é a prova de que a questão da imigração tem estado ausente do debate político nos últimos anos. Verificou-se entretanto um processo de regularização que se veio a revelar tardio e incompleto, o que conduziu à permanência na ilegalidade de um elevado número de cidadãos africanos e à ausência de quaisquer direitos de cidadania, desempenhando mesmo um papel funcional na economia portuguesa. Prevê-se no futuro um novo processo de regularização da situação dos imigrantes que se encontram em situação ilegal, o que se revela desejável, já que a não atribuição de direitos de cidadania poderá ser um factor que contribui para a sua discriminação na sociedade portuguesa.

O próprio discurso político, proferido nos últimos anos e que tem associado imigrante com violência, como vimos, tem contribuído para o clima de insegurança psicológica que os portugueses sentem, o que juntamente com a situação de precaridade e falta de integração tem originado manifestações de racismo e de exclusão mental, cultural e mesmo física.


No contexto de modernização da economia portuguesa, por força da sua inserção num espaço mais vasto, o europeu, com as consequências gravosas para os próprios cidadãos nacionais, por força da reestruturação do aparelho produtivo, quais as representações que estes têm relativamente aos imigrantes africanos?

Dos discursos analisados ressalta um traço comum: as representações ressaltam na sua grande maioria do senso comum, não se verificando significativas diferenças de discurso com base em características de ordem social. Por outro lado, considerando o critério etário, constata-se na análise das diferentes variáveis que são os jovens e os mais velhos, os grupos etários que apresentam sinais de maior rejeição da presença dos imigrantes na sociedade portuguesa. Em relação aos primeiros, a falta de uma

informação adequada não permite que se eliminem estereótipos já adquiridos. Mas também a pertença de grupo, característica desta fase etária, onde circulam valores da modernidade, é propício a que se rejeitem aqueles que não se inserem nesses valores, até mesmo para não ser rejeitado pelo grupo de pertença. Por outro lado, considerando o critério das habilitações, verifica-se uma maior abertura e conhecimento de aspectos da cultura africana por parte dos que têm um nível de habilitações superior, mas em relação a outros aspectos as diferenças não são muito significativas.

Verifica-se na maioria dos casos um discurso caracterizado pelo conflito entre o grupo de nacionais e o dos imigrantes, e que pode ser entendido como um conflito de apropriação, podendo distinguir-se nele um significado material e simbólico. No primeiro, percebe-se que o que está em causa é a apropriação também por parte dos imigrantes dos quadros sociais de existência da população nacional, representados por elementos materiais onde os imigrantes são encarados como competidores em excesso nos mercados caracterizados pela escassez da oferta (emprego e habitação), ou comprometendo o acesso dos nacionais aos bens sociais colectivos. Mas há também o aspecto simbólico desta apropriação material, pois esta comporta uma dimensão constitutiva da identidade social de cada indivíduo. Isto é, o conjunto dos elementos materiais que compõem o quadro de vida de todo o indivíduo tem também a sua função de sinal social, e se o imigrante se apropria de um bem, a sua posse fica desvalorizada e o seu valor como símbolo degrada-se e provoca a decadência do estatuto social.

Quando se refere “eles vêm tirar coisas”, é este conflito que se encontra em presença nas suas duas dimensões e o cidadão nacional que profere tais afirmações encontra-se numa oscilação permanente entre as duas, considerando o imigrante como uma ameaça abstracta, e o culpado da falta de oportunidades, das dificuldades que se sentem, projectando neles todos os medos que se possuem. Segundo os discursos analisados, é o negro que assalta, que tira trabalho, que ameaça a nossa cultura e identidade nacional e perdendo tal, nada mais resta. Estas referências demonstram a ideia de uma alienação do nosso espaço pelo “outro” cultural e daí a exigência para que as políticas a implementar sejam mais rigorosas para controlar tal “ameaça”. Como vimos é opinião corrente que é preciso impedir a sua entrada, promover a reexpatriação dos clandestinos, conotados com marginalidade e os causadores da



insegurança, tolerando, porque necessários à economia do país os que se encontram legalizados. Outra causa profunda para estas exigências reside no facto de que o nacional não se mostra interessado em compartilhar os custos da presença dos imigrantes, considerando como ilegítimo aceitar encargos suplementares e por isso toda a medida ou política que não corresponda a tal forma de pensar é encarada como uma injustiça social, o que traz consequências do ponto de vista político.

O “eles” e o “nós” que surge frequentemente no discurso, marca o distanciamento cultural e social que não se deseja atenuar. Mas o que está em causa não são tanto os aspectos de ordem cultural que até são conhecidos e nalguns casos apreciados, mas antes a relação de alteridade que esses traços culturais manifestam face à identidade cultural nacional que é a aceite. O raciocínio que se detecta é que, como têm uma identidade diferente da identidade cultural nacional também não devem ter os mesmos direitos de cidadania, o que gera uma segregação simbólica demonstrada pela seguinte afirmação recolhida “nós podemos dar-mo-nos com eles, mas nunca serão considerados como iguais”. Nesta perspectiva quando se fala em assimilação, a relação de alteridade é entendida como o resultado de uma escolha dos próprios em não se integrarem e portanto o conflito passa para os próprios imigrantes, referindo-se concretamente “eles não se querem integrar” ou “vivem entre eles”. Para que sejam aceites reclama-se a sua assimilação total, para que se adaptem à nossa cultura e aos nossos hábitos e se esqueçam dos seus. Pretende-se pois que o imigrante se integre absolutamente, anulando-se todas as diferenças, o que indicia não só a rejeição do outro mas também uma rejeição do real e das suas diferenciações, aceitando antes uma uniformidade e os quadros culturais e ideológicos dominantes. Por outro lado o imigrante deixou de ser considerado como uma categoria formal para passar a ser uma categoria caracterizada por uma série de esteriótipos. O fantasma das relações de dominação próprias do colonialismo com o sentimento da missão a cumprir por parte dos portugueses em África de “civilizar” povos considerados como inferiores e “selvagens”, não se afastou ainda da mentalidade de certos indivíduos, o que os leva a considerar o negro como inferior a quem é preciso dar ordens para trabalhar e que se tem que ensinar para que se possa promover socialmente e ser como “nós”, considerados o modelo a seguir. Nesta lógica os limites entre os grupos de nacionais e de imigrantes, parecem ser fronteiras intransponíveis, é

que apesar de um conhecimento dos aspectos culturais que os caracterizam ou mesmo da sua apreciação, como se verificou, falta o conhecimento do outro. É que não existe uma interacção entre o nível macro, antropológico e o nível micro, psicológico.

Os resultados das entrevistas demonstram também que a maior parte dos nacionais rejeita mesmo a cidadania política aos imigrantes, nomeadamente o direito de voto, o que demonstra o grau zero da cidadania, propiciadora de discriminação. Sem possibilidade de participação política as suas pretensões só dificilmente são aceites pelo que se revela de extrema importância o reforço do papel das associações de imigrantes como interlocutores privilegiados no processo de tomada de decisões nos assuntos que digam respeito a este grupo.

Como se poderá explicar que num país de emigrantes, que frequentemente estão sujeitos a situações semelhantes às dos imigrantes em Portugal, as representações apresentem um carácter negativo, indiciador de uma fraca aceitação da sua presença? Vimos que os imigrantes africanos se fixam principalmente nos centros urbanos, particularmente em Lisboa e Setúbal, onde têm maiores perspectivas de melhoria das suas condições de vida, por um lado, porque saindo de espaços rurais não pretendem voltar a exercer actividades que executavam nos seus países e por outro lado, porque tem sido nestas regiões do país onde se tem verificado maiores oportunidades de obtenção de emprego nomeadamente no sector da Construção Civil e Obras Públicas, onde a sua presença é considerada como necessária. Desta forma existe uma descontinuidade ou não coincidência entre o espaço da imigração, que é urbano e o da emigração, que é rural. O crescimento daquele tem-se feito à custa do depauperamento deste, provocando fortes assimetrias regionais. Nas regiões mais desfavorecidas a mão-de-obra imigrante não é considerada como necessária, pois aí o capital conta com mão-de-obra nacional, tanto mais que se têm reduzido os fluxos emigratórios, praticando-se formas precárias de contratos de trabalho e baixos salários, que são complementados com rendimentos da actividade agrícola, que é exercida em simultâneo, o que vai permitindo alimentar tal sistema industrial. Nos centros urbanos, porque o capital não dispõe destas condições, recorre-se à utilização da mão-de-obra africana, como forma de aumentar os lucros. Por tal facto é também aqui que a população nacional sente que os trabalhadores africanos entram em concorrência relativamente à apropriação dos seus quadros de existência, sendo encarados como



uma ameaça à melhoria das suas condições de vida, o que poderá estar na origem das representações negativas. O acentuado dualismo existente em Portugal estaria assim na base das representações detectadas. Para comprovar tal hipótese seria necessário efectuar um estudo semelhante ao presente num espaço rural de emigração, comparando posteriormente as representações observadas.

Face aos aspectos detectados podemos perguntar qual o futuro dos imigrantes em Portugal?

As alterações políticas que se prevêm para os próximos anos podem abrir novas perspectivas para a integração deste grupo social. Mas por outro lado, as representações em relação aos imigrantes, principalmente as mais negativas só se poderão alterar se, a par de uma política adequada que promova a integração dos imigrantes, os nacionais vejam também concretizadas as suas aspirações de melhoria do nível de vida.

BIBLIOGRAFIA

- ACTAS do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal (sec XIX e XX), (1993), *Emigração, Imigração em Portugal*, Edição Fragmentos.
- ALLPORT, Gordon W., *The nature of prejudice*, (1979), Addison-Wesley Publishing Company, Inc.
- ALMEIDA, João Ferreira, *Integração Social e exclusão social*, *Análise Social*, vol XXVIII (123-124), 1993, pag 829-834.
- AMARO, Roque, *Mercado de trabalho e franjas marginalizadas* in O comportamento dos agentes económicos e a reorientação da política económica, II Conferência do CISEP, vol I, Lisboa, Instituto Superior de Economia, 1986, pag 355-378.
- ANTHONY GIDDENS, (1991), *Modernity and self-identity*, Stanford University Press, Oxford
- BAGANHA, IOANNIS, (1994), *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*, *Análise Social*, vol. XXIX (128), pag 959-980.
- BROWN, Hedy, *People, groups and Society*, (1985), Open University Press, Milton Keynes, Philadelphia.
- BRUBAKER, Rogers, *International Migration: A challenge for Humanity*, *International Migration Review*, vol. XXV, nº4, pag 946-957.
- CALLOVI, Giuseppe, *Western Europe: New, Old and recast of immigration question in the post-cold War Period - Regulation of immigration in 1993: Pieces of the European Community Jig-Saw Puzzle*, *International Migration Review*, vol. XXVI, nº2 - nº98, pag 353-372.
- CARDOSO, Ana e PEREIRA, Heloísa, *A cidade esquecida. Pobreza em bairros degradados de Lisboa*, *Revista Sociologia - Problemas e Práticas*, nº15, 1994, pag 99-111.
- CAZENEUVE, Jean, (1982), *Hierarquias e mobilidade*, *Dicionário de Sociologia*, Verbo, Lisboa.
- CHAMPION, Tony e FIELDING, Tony, (1992), *Migration process & Patterns*, vol. 1, Belhaven Press, London and New York.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, (1985), *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Edições Teorema.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Europeísmo, nacionalismo, regionalismo*, *Análise Social*, vol XXVIII, (118-119), 1992.
- CUNHA, Isabel e PEREIRA, Helena, *Minorias Africanas em Portugal*, Dossier informativo, Março 1994, CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral).
- DELANNOI, Gil, *Reflexions sur le nationalisme*, *Revista Esprit*, Janeiro 1994, pag 84-95.
- DIJK, Tewn A. Van, *Elite Discourse and racism*, (1993), SAGE Publications, International Educational and Professional Publishers, Newbury Park London.

- DOLLOT, Louis, *Les migrations humaines*, (1976), Colecção Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris.
- ESTEVES, Maria do Céu, (1991), *Portugal, País de Imigração*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 22, Lisboa.
- FARINE, Philipe, *Immigration, intégration et alternance*, Revista "Migrations, Sociétés", vol 5, nº27, Maio/Junho, 1993.
- FERNANDES, António Teixeira, *Conflitualidade e movimentos sociais*, *Análise Social*, vol XXVIII (123-124), 1993, pag 887-919.
- FERNANDES, António Teixeira, *Formas e mecanismos de exclusão social*, *Revista Sociologia*, nº1, 1991, Faculdade de Letras, Porto, pag 9-66.
- FRANÇA, Luís, (coord.) (1992), *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- GEORGE, Pierre, (1977), *As migrações internacionais*, Publicações Dom Quixote.
- GIORDAN, Henri, *Chaque Homme a droit à sa culture*, Revista "Migrations, Societé", vol 5, nº30, Nov/Dez, 1993.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *L'Émigration Portugaise*, *Revista de História Económica e Social*, nº1, Janeiro/Junho, 1978, pag 5-32.
- GUERRA, Isabel, "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *Revista "Sociedade e Território"*, nº20, Maio 1994, pag 11-16.
- HEISLER, Barbara Schmiter, *The Future of immigrant incorporation: witch models? witch concepts?*, *International Migration Review*, vol. XXV, nº2 - nº98, pag 623-640.
- HIRSCHHORN, Larry, (1987), *L' économie post-industrielle: quel travail, quel compétence pour un nouveau mode de production*, *Dossier Economie et Humanisme*, nº 295 Maio/Junho.
- HUTNIK, Nimmi, *Ethnic Minority Identity. A social psychological perspective*, (1991), Oxford Science Publications - Clarendon Press, Oxford.
- JACKSON, John, *Migrações*, (1986), Escher, Fim de Século Edições, Lisboa.
- JODELET, Denise, *Les représentations sociales*, (1989), Presses Universitaires de France, Paris.
- JONES, James, *Prejudice and racism*, (1976), Mc-Graw-Hill.
- KEANE, Jonh, *Nations, nationalisme et citoyens en Europe*, Revista "Investigation en Sciences Sociales", nº140, Junho 1994.
- LOPES, João Teixeira, *Estruturas espaciais e práticas sociais - a inexistente opção entre o local e o global*, *Revista Sociologia*, nº4, Faculdade de Letras, Porto, 1994, pag 219-229.
- LOPES, Sérgio, *Os portugueses e as metamorfoses do racismo em França*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº34, Fevereiro 1992, pag 343-360.
- LOURENÇO, Eduardo, *O labirinto da saudade*, (1988), Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- MAISONNEUVE, Jean, *La psychologie sociale*, (1965), Presses Universitaires de France, Paris.
- MACHADO, Fernando Luís, *Luso-Africanos em Portugal*, *Sociologia , Problemas e Práticas*, nº16 1994, ISCTE

- MACHADO, Fernando Luís, *Etnicidade em Portugal: aproximação ao caso guineense* (Relatório de Síntese das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica), Lisboa, ISCTE, 1992 (não publicado).
- MATEUS, Augusto, *Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa* (reflexões a partir do caso português), Revista Economia e Socialismo, Dezembro 1987, nº72/73, ano XI, pag 41-61.
- MEDEIROS, Fernando, *A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização*, Análise Social, vol XXIX (125-126), 1994, pag 81-119.
- MEMMI, Albert, (1966), *Retrato do Colonizado, precedido do Retrato do Colonizador*, Mondar Editores.
- MOSCOVICI, Serge, *Psychologie sociale*, (1984), PUF Fondamentale, Presses Universitaires de France, Paris.
- MURTEIRA, Mário, *1965-1985: fim de um império, começo de quê?*, Revista Economia
- OOMMEN, T.K., *Les relations entre race, ethnicité et classe*, Revista de Investigação em Ciências Sociais, nº 139, Fevereiro 1994.
- ONCU, Ayse, (1990) *International labour migration and class relations*, in A. Martinelli and N. Smelser, "Economy and Society. Overviews in Economic Sociology", Sage, London.
- ORIOU, Paul, *Les citoyens oubliés de Maastricht*, Revista "Migration, Sociétés", vol 5, nº25, Jan/Fev 1993. Paris
- PARSONS, Talcott, (1955), *Eléments pour une sociologie de l'action*, Librairie Plon,
- PEROTTI, Antonio, *La Pluriculturalité des sociétés européennes: l'état des lieux*, Revista "Migration, Société", vol. 5, nº30, Nov/Dez, 1993.
- PIRES, Francisco Lucas, *A caminho de uma constituição política europeia*, Análise Social, vol. XXVII (118-119), 1992, pag 725-737.
- PREISWERK, Yvonne e VALLET, Jacques, *Vers un ailleurs prometteur...*, (1993), Presses Universitaires de France, Paris.
- QUEDAS, Maria João, *Expectativas habitacionais e coexistência espacial de grupos étnicos: inquérito à população mal alojada do concelho de Loures*, Revista "Sociedade e Território", nº20, Maio 1994, pag 55-62.
- RAPPORT de Synthèse du programme FAST, (1983), *Europe 1995, Mutation technologiques et enjeux sociaux*.
- ROLO, José Manuel, *A estratégia da União Económica e Monetária*, Análise Social, vol XXVII (118-119), 1992, pag 673-690.
- ROY, Olivier, *Les immigrés dans la ville. Peut-on parler de tensions "ethniques"?*, Revista Esprit, Maio 1993, pag 41-53.
- SAINT-MAURICE, Ana e PIRES, Rui Pena, *Descolonização e migração - Os imigrantes dos PALOP em Portugal*, Revista Internacional de Estudos Africanos, nº10/11, 1989, pag 203-226.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Portugal: um retrato singular*, (1993), Centro de Estudos Sociais, Edições Afrontamento.
- SAYAD, Abdelmalek, *Le mode de génération des générations immigrées*, Revista L'Homme et la Société, 1994, nº1-2, pag 155-174.

- SCAEFFER, Peter, *A definition of migration. Pressure based on demand theory*, Revista "International Migration", nº1, 1993, pag 43-63.
- SCHUDSON, Michael, *La Culture et l' intégration des sociétés nationales*, Revista de Investigação em Ciências Sociais, nº139, Fevereiro 1994.
- SEGALL, Marshall, DASEN, Pierre, BERRY, John, *Human Behavior in global perspective. An introduction to cross-cultural psychology*, (1990), Pergamon General Psychology Series, Pergamon Press, New York.
- SILVA, Joaquim Ramos, *A nova geopolítica da economia portuguesa*, (1994), Geopolitiques des Mondes Lusophones, nº1-2, L'Hartmattan.
- SMELSER, Neil J., *Les théories sociologiques*, Revista de Investigation en Sciences Sociales, nº139, Fevereiro 1994, pag 9-22.
- SOUSA, Alfredo, *A difícil Europa*, Análise Social, vol. XXVIII (123-124), 1993, pag 733-741.
- TAGUIEFF, Pierre-André, *Comment peut-on être antiraciste?*, Revista Esprit, Março/Abril 1993, pag 36-48.
- TASSIN, Étienne, *Identités nationales et citoyenneté*, Revista Esprit, Janeiro 1994, pag 97-111.
- TOURAINÉ, Alain, (1992), *Inégalités de la société industrielle*, in "Justice Social et inégalités", Editions Esprit, Paris.
- TRINDADE, Maria Beatriz R., *Perspectivas sociológicas da interculturalidade*, Análise Social, vol. XXVIII (123-124), 1993, pag 869-878.
- TRINDADE, Maria Beatriz, (1981), *Estudos sobre a emigração portuguesa*, Revista de História Económica e Social, nº 1-2.
- UNESCO, (1961), *Migración internacional y desarrollo*.
- VALA, Jorge, *As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social*, Análise Social, vol XXVIII (123-124), 1993, pag 887-919.
- WIEVIORKA, Michel, *Les paradoxes de l'antiracisme*, Revista Esprit, Outubro 1994, pag 16-28
- ZOLBERG, Aristide, *The next waves: Migration theory for a changing world*, International Migration Review, vol. XXIII, nº3, pag 403-426.



ANEXO 1

METODOLOGIA

METODOLOGIA

1- TÉCNICAS UTILIZADAS

Para a obtenção dos dados quantitativos e qualitativos, que levaram à execução do trabalho aplicaram-se diversas estratégias e técnicas, que foram seleccionadas em função dos objectivos do estudo a efectuar.

2.1.-Entrevistas e inquéritos

Sendo a linguagem corrente um primeiro esforço de reconstrução do real, importou perceber como é este real - a presença de imigrantes africanos em Portugal - encarada pela população portuguesa em geral. Para tal foi utilizada a técnica da entrevista directa, pessoal, semi-directiva e extensiva, com base num guião de entrevista que se anexa (Anexo 2). Foram realizadas 28 entrevistas, com a duração de 45m a 60m cada, gravadas integralmente e posteriormente transcritas. A escolha dos entrevistados foi intencional e baseou-se em critérios de diversificação de idades, profissões e habilitações, de modo a permitir obter um amplo leque de opiniões e discursos.

Após uma análise exploratória das entrevistas, foi construído, com base nos aspectos detectados mais relevantes, um inquérito, que se anexa (Anexo 3), com perguntas abertas e fechadas, utilizando-se diversas escalas e medidas de opinião. O inquérito foi aplicado a uma amostra de 200 indivíduos escolhidos aleatoriamente, mas com base em critérios diversificados de género, idade, profissão e habilitações, cujas características se apresentam.

2.1.1. - Características da amostra

INQUÉRITOS

Quadro 1
Distribuição percentual por idades

ESCALÕES ETÁRIOS	%
18-25 anos	33%
26-35 »	9%
36-45 »	28%
46-55 »	17%
56-65 »	7%
> 66 »	6%

Quadro 2
Distribuição percentual por sexos

Sexos	%
Homens	48%
Mulheres	52%

Quadro 3
Distribuição percentual por tipo de profissão

Tipo de profissão	%
Quadros superiores	18%
Empregados de escritório	9,5%
Assalariados e operários	9%
Comerciantes	4,5%
Reformados e sem profissão	11%
Desempregados	3%
Estudantes	22%

Quadro 4
Distribuição percentual por habilitações

Grau de habilitação	%
Frequência de/ ou curso superior	28%
Curso Complementar	36%
2º ciclo/ 9º ano	17%
1º ciclo	5%
4ª classe	14%

2.1.2.- Trabalho de campo

As 28 entrevistas foram realizadas durante o mês de Maio de 1995.

Os 200 inquéritos foram respondidos entre o dia 1 de Junho e o dia 23 de Junho de 1995.

2.1.3. - Área privilegiada

A aplicação das entrevistas e dos inquéritos foi limitada a uma zona geográfica do concelho de Oeiras, a zona de Miraflores-Algés.

As razões da escolha prendem-se com o facto de ser uma zona habitacional típica de um urbanismo difuso e não planificado, onde, a par de estilos de vida elevados, coexistem situações degradantes de condições de vida, atingindo principalmente minorias de origem africana. Em termos residenciais, é considerada uma zona de luxo, onde os preços

no mercado habitacional são bastante elevados e nalguns casos acima da média. Mas junto desses prédios situam-se bairros de barracas e de pré-fabricados, Pedreira dos Húngaros, Quinta da Formiga, Quinta da Carapuça, Santas Martas, Estrada da Circunvalação, habitados fundamentalmente por população de origem africana, que veio preencher os lugares de habitação anteriormente ocupados pela população nacional, que entretanto foi transferida para outros locais, ao abrigo de esquemas de realojamento e de promoção habitacional.

Em termos profissionais, a população nacional aqui residente, é caracterizada pelo exercício em elevada percentagem de profissões dentro do sector terciário, exercendo a sua actividade em Lisboa e situando-se, em termos sociais, nos estratos médio e médio-alto.

As principais actividades da zona são o comércio, serviços e alguma indústria.

2.1.4. - Fases do trabalho

1º-Elaboração do guião de entrevista.

2º-Realização das entrevistas.

3º-Análise exploratória das entrevistas com o fim de detectar os aspectos mais relevantes.

4º-Elaboração do inquérito, com base nos aspectos mais relevantes das entrevistas.

5º-Aplicação do inquérito.

6º-Análise qualitativa das entrevistas, isolamento dos grandes temas de análise, desmontagem dos discursos, léxico utilizado, coerências e contradições, para detecção das percepções e representações.

7º-Tratamento dos inquéritos, através de uma análise quantitativa e cruzamento de variáveis.

8º-Relacionamento entre os dados dos inquéritos e das entrevistas.

9º-Formulação de hipóteses interpretativas dos resultados julgadas pertinentes.

2.1.5. - Características dos dados obtidos

A circunscrição de uma zona restrita para a realização do estudo, deveu-se fundamentalmente à falta de meios humanos e materiais para a execução de um trabalho que abrangesse mais zonas ou mesmo de carácter nacional, pelo que os resultados obtidos poderão estar à partida limitados por este condicionalismo.

Pretende-se, nesta fase do trabalho, mais uma compreensão qualitativa das tendências relativamente à forma como os imigrantes africanos são vistos pela população

portuguesa, do que uma expressão quantitativa do fenómeno. Os dados obtidos revestem assim a característica qualitativa de indicadores, como aliás é corrente em estudos de natureza exploratória.

2.2.-Entrevistas a observadores privilegiados

Com o objectivo de detectar a forma como diversas instituições da sociedade portuguesa encaram o fenómeno em estudo, foram realizadas entrevistas não directivas a alguns dos seus principais representantes, nomeadamente das Centrais Sindicais, CGTP e UGT, Igreja Católica-Obra Católica das Migrações, Departamentos do Ministério da Educação-Secretariado de Educação Multicultural, Directores de Escolas do Ensino Básico, Sindicatos da Construção Civil, Organizações Não Governamentais, Responsáveis por projectos em bairros degradados etc...

Relativamente ao discurso político, a técnica utilizada foi a de entrevistas não directivas a representantes dos principais partidos políticos. Nos casos em que tal não foi possível, analisaram-se posições publicadas nos meios de comunicação escrita. Analisaram-se também os debates parlamentares sobre regularização extraordinária de estrangeiros não comunitários em situação irregular, que teve lugar no dia 26 de Março de 1992 e 9 de Fevereiro de 1993.

2.3.-Análise documental

-Recolha de dados, através de análise documental dos seguintes documentos:

- *publicações dos partidos políticos
- *documentos das Centrais Sindicais
- *comunicados e tomadas de posição da Igreja Católica
- *comunicados e pareceres de Organizações Não Governamentais
- *relatórios de organismos do Ministério da Educação
- *dados estatísticos de diversas fontes, nomeadamente do INE, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, etc.
- *legislação em vigor sobre o tema, publicada nos Diários da República
- *Diários da Assembleia da República
- *bibliografia cuja listagem se anexa

ANEXO 2

GUIÃO DE ENTREVISTA A ELEMENTOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

GUIÃO DE ENTREVISTA A ELEMENTOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

Idade..... Género M ☐ F ☐ Habilitações literárias

Profissão Zona de residência

PERGUNTAS

1-Como encara a situação actual do país?

2-Como avalia a sua situação pessoal neste contexto?

3-A que atribui o crescente desemprego em Portugal, e quem acha que é mais afectado?Porquê?

4-Costuma sair à noite? (Se não, porquê?).

5-Fala-se muito actualmente de falta de segurança dos cidadãos.Concorda ou discorda?Se concorda, a que a atribui? Como resolveria esse problema?

6-Em sua opinião, quem comete mais crimes:indivíduos de raça branca,negra ou cigana?

7-Em sua opinião existe ou não alguma relação entre raça e violência, isto é, entre falta de segurança e minorias étnicas?De que forma?

8-Acha que é positiva ou negativa a presença de imigrantes africanos em Portugal?Concorda ou não com a sua presença?

9-Qual a sua opinião em relação ao controle da sua entrada?Se concorda com esse controle, como deveria ser feito e porquê?

10-Acha que a sua presença contribui para o desemprego dos nacionais?

11-Em sua opinião, os imigrantes africanos estão a tirar trabalho aos portugueses ou estão a ocupar postos de trabalho que os portugueses não querem?

12-Acha que os imigrantes contribuem para o desenvolvimento do país?

Se SIM, de que forma?

Se NÃO, porquê?

13-Em sua opinião, quais serão as razões que levam a uma emigração de cidadãos dos PALOPs para Portugal?

14-Qual a imagem que tem das condições de vida dos habitantes nesses países?Por que razão se verificarão tais condições?

15-Que tipo de profissões acha que vêm executar em Portugal?

16-Como avalia o seu trabalho? Acha que são bons trabalhadores? E quanto às suas relações de trabalho como acha que são? (salários, horário, contratos, relações com patrões e colegas, qualificações).

17-Qual a sua opinião sobre a actuação do Governo português relativamente aos imigrantes?

18-Qual a sua opinião sobre a possível expulsão do país de imigrantes africanos não legalizados ou mesmo legalizados?

19- Acha que o processo de regularização de estrangeiros não comunitários foi bem sucedido? Se não, a que atribui e o que deveria ter sido feito?

20-Qual a sua opinião sobre o facto de estes imigrantes terem os mesmos direitos dos nacionais, nomeadamente no acesso ao trabalho , voto nas eleições para as Autarquias Locais, acesso à habitação, etc?

21-Qual a sua opinião sobre as condições de vida dos imigrantes africanos em Portugal e o que poderia ser feito para as alterar?(questões sobre habitação, saúde, educação, trabalho, etc.).

22-Em termos de habitação, a sua situação é em muitos casos semelhante á de nacionais - a habitação em bairros degradados.Em sua opinião, como deveriam ser realojados?Em situação idêntica à da população nacional que vive nas mesmas condições ou deveria ser dada prioridade a esta?

23-Onde se deveriam realojar?

Junto de prédios e urbanizações já construídos, onde reside população nacional. ☐

Afastados dos habitantes nacionais, em zonas próprias ☐

Espalhados pela cidade, sem obedecer a critérios de distinção ☐

24-As crianças africanas apresentam geralmente grandes taxas de insucesso escolar.Quais serão, em seu entender, as razões de tal insucesso e como encara o futuro dessas crianças?

25-O que pensa do acolhimento relativamente aos imigrantes africanos, por parte da sociedade portuguesa? Acha que os aceita ou que os rejeita? Será que existe uma imagem positiva ou negativa?

Que motivos tem para justificar a sua resposta? O que contribuirá para tal imagem?

26-Qual a sua própria imagem sobre os imigrantes africanos? Como acha que é a sua maneira de ser?

27-Já alguma vez presenciou actos de racismo? Quer dizer o que se passou e o que sentiu nessa altura?

28-Se um familiar, ou um amigo seu, resolvesse casar com um indivíduo de raça diferente, como acha que encarava a situação?

29-Tem algum amigo africano?

30-Como encara a cultura africana? Conhece algum aspecto desta? (prato típico, tradições, dança, música).

31-Acha que a sociedade portuguesa é de certo modo influenciada por hábitos trazidos pelos imigrantes africanos? De que forma?

E os africanos, estarão integrados na sociedade portuguesa ou estarão isolados?

32-Acha que Portugal está numa situação mais ou menos favorável do que antes do 25 de Abril?

Concordou ou não com a independência das colónias?

33-O que acha da abolição das fronteiras internas da Europa? Em sua opinião que efeitos pode provocar?

34-Qual a sua opinião sobre a presença de emigrantes portugueses nos países europeus? Acha que foi benéfica ou não para esses países? E para Portugal? Porquê?

35-Em sua opinião quais as razões que levaram os portugueses a emigrar?

36-Como encarava a hipótese de os nossos emigrantes serem obrigados a regressar a Portugal, compelidos pelos governos dos países onde se encontram?

37-Qual a sua opinião sobre a presença e posição de Portugal na União Europeia?
Qual o papel que poderá também desempenhar com África?



ANEXO 3

INQUÉRITO APLICADO E RESULTADOS

QUESTIONÁRIO

SEXO F ☐ M ☐ IDADE..... HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

PROFISSÃO..... ZONA DE RESIDÊNCIA.....

Responda por favor às seguintes questões :

1- Indique três palavras que associa quando ouve falar da presença de imigrantes em Portugal.....

2- Concorda com a presença de imigrantes africanos em Portugal? SIM ☐ NÃO ☐

3-Numere por ordem crescente as frases que em sua opinião melhor expressam as razões que levam à vinda para Portugal de emigrantes africanos:

- 1-para melhorarem a sua situação e conómica
- 2-porque nos seus países não têm condições de sobrevivência
- 3-para conhecerem outras terras
- 4-como ponto de passagem para trabalharem noutros países
- 5-pela facilidade da língua
- 6-porque os seus países foram antigas colónias de Portugal

☐
☐
☐
☐
☐
☐

4- Assinale a sua posição relativamente às seguintes afirmações:

discordo totalmente	discordo	concordo	concordo totalmente
1	2	3	4

O Estado Português devia:

- 4.1. Abrir as portas totalmente à imigração.
- 4.2. Impedir a entrada de mais imigrantes.
- 4.3. Reexpatriar os imigrantes que não têm emprego
- 4.4. Reexpatriar os imigrantes ilegais
- 4.5. Promover o repatriamento progressivo de todos os imigrantes
- 4.6. Autorizar a presença em Portugal , só durante x anos.
- 4.7. Autorizar indefinidamente a presença no país.

1	2	3	4
<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; height: 1px;"/>			
1	2	3	4
<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; height: 1px;"/>			
1	2	3	4
<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; height: 1px;"/>			
1	2	3	4
<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; height: 1px;"/>			
1	2	3	4
<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; height: 1px;"/>			
1	2	3	4
<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; height: 1px;"/>			

5- Qual a sua opinião sobre a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa?

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Muito Má	Não sabe
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6-Numere por ordem crescente quais pensa serem os principais problemas de integração dos imigrantes africanos em Portugal.

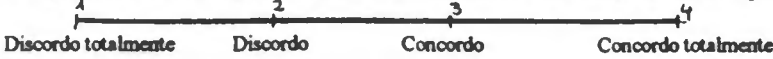
Habitação ☐
 Língua ☐
 Legislação ☐
 Outros..... ☐

Educação ☐
 Diferentes hábitos ☐
 Rejeição pelos portugueses ☐

..... ☐

7-Assinale qual o seu grau de aceitação das seguintes afirmações:

7.1. Os imigrantes só têm capacidade para executarem trabalhos de menor prestígio.



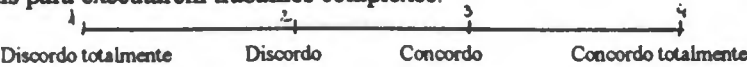
7.2. Os imigrantes africanos só devem ser aceites nos locais de trabalho se não houver candidatos nacionais.



7.3. Em situação de desemprego os primeiros a serem despedidos deverão ser os trabalhadores imigrantes.



7.4. Os trabalhadores imigrantes africanos devidamente qualificados têm as mesmas capacidades que os nacionais para executarem trabalhos complexos.



7.5. Os trabalhadores imigrantes africanos devem ter as mesmas oportunidades que os trabalhadores nacionais.



8-Na hipótese de ser necessário efectuar despedimentos, em sua opinião ,quem deveria ser despedido em 1º , 2º e 3º lugar?

- 8.1. Mulheres ☐
- 8.2. Os mais velhos ☐
- 8.3. Os que trabalham há mais tempo ☐
- 8.4. Os mais novos ☐
- 8.5. Os menos qualificados ☐
- 8.6. Os imigrantes de outra raça ☐
- 8.7. Os que se encontram de baixa por doença ☐
- 8.8. Outros..... ☐

9-Em caso de realojamento qual a sua opinião:

- 9.1. A população branca deve ter prioridade no alojamento social ☐
- 9.2. A população africana deve ser realojada em condições idênticas à da população branca ☐
- 9.3. A população africana deve ter prioridade ☐

10-Em sua opinião os grupos étnicos devem:

- 10.1 Viver afastados dos nacionais, em zonas próprias. ☐
- 10.2. Viver nas mesmas zonas habitacionais dos portugueses ☐

11-De entre os seguintes grupos de indivíduos escolha quatro que não gostaria de ter como vizinhos (numere de 1 a 4 as suas escolhas)

- 11.1. Indivíduo que se droga ☐
11.2. Indivíduo com SIDA ☐
11.3. Judeu ☐
11.4. Branco ☐
11.5. Árabe ☐

- 11.6. Asiático ☐
11.7. Negro ☐
11.8. Indiano ☐
11.9. Cigano ☐
11.10. Outro..... ☐

12-Qual o seu grau de aceitação das seguintes afirmações?

12.1. Os imigrantes africanos vêm executar trabalhos que os Portugueses não querem.

1 2 3 4
Discordo totalmente Discordo Concordo Concordo totalmente

12.2. Portugal devia ser só para os portugueses.

1 2 3 4
Discordo totalmente Discordo Concordo Concordo totalmente

12.3. Os imigrantes contribuem para a riqueza do país.

1 2 3 4
Discordo totalmente Discordo Concordo Concordo totalmente

12.4. Os imigrantes fazem aumentar o desemprego dos portugueses

1 2 3 4
Discordo totalmente Discordo Concordo Concordo totalmente

13-Tem alguma relação de amizade com indivíduos de outra raça? SIM ☐ De que país?.....
NÃO ☐

14-Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal?

Positiva ☐ Porquê?.....

Negativa ☐ Porquê?.....

15- Acha que existe alguma relação entre violência e presença de africanos em Portugal? SIM ☐ NÃO ☐

Porquê?.....

16- Acha que os portugueses aceitam facilmente a presença de africanos em Portugal? SIM ☐ NÃO ☐

Indique algumas razões para a sua resposta.....

17- Em sua opinião existe alguma influência da cultura africana sobre os hábitos dos portugueses?

SIM ☐ Em que aspectos?.....

NÃO ☐ Porquê?.....

18-Conhece algum aspecto da cultura africana?

SIM ☐ Quais?.....

NÃO ☐

Pergunta 1 - Indique três palavras que associa quando ouve falar da presença de imigrantes em Portugal.

Associações com caracter negativo:

Desemprego	Exílio	Marginalidade
Racismo	Incomodativos	Inferioridade
Negros	Conflitos	Abuso
Violência	Barracas	Desadaptação
Roubo	Problemas	Distúrbios
Miséria	Guerra	Conflitos
Pobreza	Carências	Intrusos
Bairros de lata	Serviço de Estrangeiros	Assaltos
Dificuldades no seu país	Indesejáveis	Escravidura
Antagonismo	Presunçosos	Desacatos
Ilegalidade	Concorrência	SIDA
Confusão	Intolerância	Oportunistas
Xenofobia	Problemas de integração	Colonização
Droga	Ex-colónias	Ignorância
Mistura	Bairros de lata	Raiva
Desumanos	Agressões	Desgosto
Desordeiros	Rejeição	Angústia
Doença	Deterioração	Raça
Vandalismo	Indiferenciado	Dificuldades
Ódio dos negros	Desonestos	
Crimes	Monhés	
Marginalização	Subdesenvolvimento	
Clandestinos	Revolta	
Discriminação	Invasão	
Pretos	Descontentamento	
Instabilidade	Nazismo	
Praga	Dificuldades	
Tráfego	Insegurança	
Contrabando	Trabalho para a Construção civil	
Discussão	Excesso de população	
Injustiça	Baixos salários	
Má educação	Fraca instrução	
Estupidez	Delinquência	
Ignorância	Arrumadores de automóveis	
Homicídios	Degradação	
Violação	Sufrimento	
Hostilidade	Inferioridade	
Exploração	Chatices	
Analfabetismo	Mão-de-obra barata	

Associações com caracter positivo ou neutro:

Estrangeiro
Cultura diferente
Trabalho
Oportunidade
Esperança
Normal
Saudável
África
Língua
Cabo Verde
Costumes
Emprego
Camaradas
Hábitos
Poupança
Integração Social
Progresso
Estadias temporárias
Estranho
Novidade
Desporto
Alegria
Dinheiro
Têm o mesmo direito que nós
Brasileiros
Tradições diferentes
Educação
Cooperação
PALOPs
Ambição
Desejo de conhecer culturas
Amizade
Procurar melhores meios de vida
Desenvolvimento
Novas ideias
São bem-vindos
Legalização
Riqueza
Fim da guerra
Viver melhor

Respeito
Solidariedade
Multicultural
Emigrantes portugueses
Negritude
Culturas
Música africana
Angolanos
Cabo Verdianos
Africanos
Acolhimento



RESULTADOS DO INQUÉRITO

Pergunta 2- Concorda com a presença de imigrantes africanos em Portugal?

Quadro 1

SIM	NÃO
59,5%	39%

Não responde- 1,5%

Quadro 2

HABILITAÇÕES	SIM	NÃO
Curso Superior	75%	25%
Curso Complementar	54%	46%
2º ciclo/9º ano	50%	50%
1º ciclo	45%	55%
4º classe	53%	47%

Quadro 3

Categorias profissionais	SIM	NÃO
Quadros superiores	73%	27%
Quadros médios	62%	38%
Empregados de escritório	53%	47%
Assalariados e operários	56%	44%
Comerciantes	50%	50%
Reformados e Sem profissão	54%	46%
Desempregados	66%	34%
Estudantes	47%	53%

Quadro 4

ESCALÕES ETÁRIOS	SIM	NÃO
18-25 anos	40%	60%
26-35 »	58%	42%
36-45 »	78%	22%
46-55 »	73%	27%
55-65 »	67%	33%
> 66 »	57%	43%

Quadro 5

ESCALÕES ETÁRIOS	GÉNERO	SIM	NÃO
18-25 anos	M	37%	53%
	F	63%	47%
26-35 »	M	9%	50%
	F	91%	50%
36-45 »	M	49%	10%
	F	51%	90%
46-55 »	M	55%	75%
	F	45%	25%
55-65 »	M	50%	50%
	F	50%	50%
> 66 »	M	33%	50%
	F	67%	50%

Pergunta 4 - Assinale a sua posição relativamente às seguintes afirmações:

Quadro 6

O Estado português devia:	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
4.1.Abrir as portas totalmente imigração	50%	39%	9,5%	1,5%
4.2.Impedir a entrada de mais imigrantes.	9%	39%	32,5%	19,5%
4.3.Reexpatriar os imigrantes que não têm emprego.	8%	27,5%	45,5%	24%
4.4.Reexpatriar os imigrantes ilegais.	9%	16%	34,5%	40,5%
4.5.Promover o repatriamento progressivo de todos os imigrantes.	15,5%	40%	30%	14,5%
4.6.Autorizar a presença em Portugal, só durante x anos.	11%	43,5%	35,5%	10%
4.7.Autorizar indefinidamente a presença no país.	27,5%	32,5%	34,5%	5,5%

Cruzamento das questões 4.1. (Abrir as portas totalmente à imigração) e 4.7. (Autorizar indefinidamente a presença no país)

Quadro 7

Autorizar indefinidamente a presença no país

Abrir as portas
totalmente à
imigração

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	42%	13%	24%	0%
Discordo	32%	39%	18%	0%
Concordo	21%	45%	47%	50%
Concordo totalmente	5%	3%	11%	50%

Cruzamento das questões 4.2 (Impedir a entrada de mais imigrantes) e 4.5. (Promover o repatriamento progressivo de todos os imigrantes)

Quadro 8

Promover o repatriamento progressivo de todos os imigrantes

Impedir a entrada
de mais imigrantes

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	40%	18%	10%	8%
Discordo	30%	51%	41%	16%
Concordo	18%	30%	39%	38%
Concordo totalmente	12%	1%	10%	38%

Cruzamento da questão 4.5.(Promover o repatriamento progressivo de todos os imigrantes) e 12.2. (Portugal devia ser só para os portugueses)

Quadro 9

Promover o repatriamento progressivo de todos os portugueses

Portugal devia ser só para os portugueses

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	21%	22%	10%	10%
Discordo	43%	58%	46%	35%
Concordo	25%	12%	31%	16%
Concordo totalmente	11%	8%	3%	39%

Pergunta 5 - Qual a sua opinião sobre a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa?

Quadro 10

Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Muito Má	Não Sabe
1,5%	2,5%	50,5%	29%	13%	3%

Não responde-0,5%

Pergunta 7 - Assinale o seu grau de aceitação das seguintes afirmações:

Quadro 11

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
7.1.Os imigrantes só têm capacidade para executarem trabalhos de menor prestígio	19%	54,5%	15%	11,5%
7.2.Os imigrantes africanos só devem ser aceites nos locais de trabalho se não houver candidatos nacionais.	12%	38%	32,5%	17,5%
7.3.Em situação de desemprego os primeiros a serem despedidos deverão ser os trabalhadores imigrantes.	9%	41,5%	33%	16,5%
7.4.Os trabalhadores imigrantes, devidamente qualificados, têm as mesmas capacidades que os nacionais para executarem trabalhos complexos.	6%	9%	53,5%	31,5%
7.5.Os trabalhadores imigrantes africanos devem ter as mesmas oportunidades que os trabalhadores nacionais.	9,5%	28%	47%	15,5%

Cruzamento da questão 7.1. (Os imigrantes africanos só têm capacidade para executarem trabalhos de menor prestígio) e 7.4.(Os trabalhadores imigrantes africanos, devidamente qualificados têm as mesmas capacidades que os nacionais para executarem trabalhos complexos)

Quadro 12

7.1.	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
7.4.				
Discordo totalmente	2%	0%	38%	60%
Discordo				

	1%	8%	64%	27%
Concordo	14%	14%	52%	20%
Concordo totalmente	13%	26%	48%	13%



Cruzamento da questão 7.1. (Os imigrantes só têm capacidade para executarem trabalhos de menor prestígio) e 8.6 (Na hipótese de ser necessário efectuar despedimentos, quem deveria ser despedido em 1º, 2º e 3º lugar?)

Quadro 13

7.1.	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Discordo totalmente	10%	5%	23%
Discordo	12%	10%	14%
Concordo	27%	10%	20%
Concordo totalmente	82%	4%	8%

Pergunta 9 - Em caso de realojamento qual a sua opinião:

Quadro 14

9.1.A população branca deve ter prioridade no alojamento social.	34,5%
9.2.A população africana deve ser realojada em condições idênticas à da população branca.	63%
9.3.A população africana deve ter prioridade.	0,5%

Não responde - 2%

Pergunta 10 - Em sua opinião os grupos étnicos devem:

Quadro 15

10.1.Viver afastados dos nacionais, em zonas próprias	26%
10.2.Viver nas mesmas zonas habitacionais dos portugueses	71,5%

Não responde - 2,5%

Cruzamento da questão 10 e da questão 11 (De entre os seguintes grupos de indivíduos escolha 4 que não gostaria de ter como vizinho 7-negro)

Quadro 16

	11			
10	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Viver afastados dos nacionais em zonas próprias	30%	19%	15%	7%
Viver nas mesmas zonas habitacionais dos portugueses	2%	6%	13%	8%

Pergunta 12 - Qual o seu grau de aceitação das seguintes afirmações?

Quadro 17

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
12.1.Os imigrantes africanos vêm executar trabalhos que os portugueses não querem.	9%	30,5%	31,5%	19%
12.2.Portugal devia ser só para os portugueses.	18,5%	50%	17%	14,5%
12.3.Os imigrantes contribuem para a riqueza do país.	10,5%	26,5%	49%	14%
12.4.Os imigrantes fazem aumentar o desemprego dos portugueses.	11,5%	32%	36%	20,5%

Cruzamento das questões 12.1 (Os imigrantes africanos vêm executar trabalhos que os portugueses não querem) e 12.3. (Os imigrantes contribuem para a riqueza do país)

Quadro 18

**Os imigrantes africanos
vêm executar trabalhos que
os portugueses não querem**

Os imigrantes contribuem para a riqueza do país

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	18%	7%	0%	5%
Discordo	35%	23%	23%	13%
Concordo	30%	62%	70%	48%
Concordo totalmente	17%	8%	7%	34%

Cruzamento da questão 12.1 (Os imigrantes africanos vêm executar trabalho que os portugueses não querem) e 12.4. (Os imigrantes fazem aumentar o desemprego dos nacionais)

Quadro 19

**Os imigrantes
africanos vêm
executar trabalho
que os portugueses
não querem**

**Os imigrantes fazem aumentar o desemprego dos
portugueses**

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	12%	2%	11%	13%
Discordo	31%	39%	32%	21%
Concordo	19%	41%	46%	34%
Concordo totalmente	38%	18%	11%	32%

Cruzamento da questão 12.2 (Portugal devia ser só para os portugueses)-e 12.3 (Os imigrantes contribuem para a riqueza do país)

Quadro 20

Portugal devia
ser só para os
portugueses

Os imigrantes contribuem para a riqueza do país

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	0%	1%	3%	24%
Discordo	6%	15%	44%	45%
Concordo	62%	67%	47%	31%
Concordo totalmente	32%	17%	6%	0%

Cruzamento da questão 12.3. (Os imigrantes contribuem para a riqueza do país) e 12.4. (Os imigrantes fazem aumentar o desemprego dos portugueses)

Quadro 21

12.3.

12.4.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	0%	0%	11%	89%
Discordo	2%	20%	43%	35%
Concordo	10%	38%	40%	12%
Concordo totalmente	29%	29%	29%	13%

Cruzamento da questão 12.4. (Os imigrantes fazem aumentar o desemprego dos portugueses) e 12.3. (Os imigrantes contribuem para a riqueza do país)

Quadro 22

Os imigrantes fazem
aumentar o desemprego
dos portugueses

Os imigrantes contribuem para a riqueza do país

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Discordo totalmente	0%	0%	2%	20%
Discordo	5%	15%	26%	37%
Concordo	57%	71%	61%	35%
Concordo totalmente	38%	14%	11%	8%

Pergunta 13 - Tem alguma relação de amizade com indivíduos de outra raça

Quadro 23

SIM	NÃO
59%	41%

Cruzamento da questão 13 (Tem alguma relação de amizade com indivíduos de outra raça?) e 14 (Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal?).

Quadro 24

Tem relação de amizade com indivíduos de outra raça	Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal?
---	---

	Positiva	Negativa
Sim	41%	59%
Não	25%	75%

Pergunta 14 - Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal?

Quadro 25

Positiva	Negativa
38%	62%

Quadro 26

HABILITAÇÕES	Positiva	Negativa
Curso Superior	46%	54%
Curso Complementar	24%	76%
2º ciclo/9º ano	36%	64%
1º ciclo	13%	87%
4ª classe	33%	67%



Quadro 27

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	Positiva	Negativa
Quadros Superiores	45%	55%
Quadros médios	37%	63%
Empregados de escritório	50%	50%
Assalariados e operários	39%	61%
Comerciantes	42%	58%
Reformados e Sem profissão	21%	79%
Desempregados	25%	75%
Estudantes	25%	75%

Quadro 28

ESCALÕES ETÁRIOS	Positiva	Negativa
18-25 anos	22%	78%
26-35 »	41%	59%
36-45 »	54%	46%
46-55 »	33%	67%
55-65 »	25%	75%
> 66 »	30%	70%

Quadro 29

Escalões etários	Género	Positiva	Negativa
18-25 anos	H	15%	60%
	M	85%	40%
26-35 »	H	28%	50%
	M	72%	50%
36-45 »	H	44%	50%
	M	56%	50%
46-55 »	H	77%	50%

		23%	50%
56-65 »	H	33%	77%
	M	67%	33%
> 66 »	H	33%	28%
		67%	72%

Cruzamento da questão 14 (Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal?) e 11. (De entre os seguintes indivíduos escolha quatro que não gostaria de ter como vizinhos (7- negro).Numere de 1 a 4)

Quadro 30

Imagem	11			
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Positiva	0%	3%	3%	6%
Negativa	18%	11%	18%	9%

Cruzamento da questão 14 (Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal) e 15 (Acha que existe alguma relação entre violência e presença de africanos em Portugal ?

Quadro 31

14	15	
	SIM	NÃO
Positiva	52%	48%
Negativa	92%	8%

Cruzamento da questão 14 (Que imagem tem relativamente aos africanos que vivem em Portugal?) e 16 (Acha que os portugueses aceitam facilmente a presença de africanos em Portugal?)

Quadro 32

14	16	
	SIM	NÃO
Positiva	48%	52%
Negativa	37%	63%

Pergunta 15 - Acha que existe alguma relação entre violência e presença de africanos em Portugal?

Quadro 33

SIM	NÃO
80%	20%

Quadro 34

HABILITAÇÕES	SIM	NÃO
Curso Superior	70%	30%
Curso Complementar	80%	20%
2º ciclo /9º ano	80%	20%
1º ciclo	75%	25%
4ª classe	80%	20%

Quadro 35

Escalões etários	SIM	NÃO
18-25 anos	80%	20%
26-35 »	79%	21%
36-45 »	65%	35%
46-55 »	85%	15%
55-65 »	90%	10%
> 66 »	80%	20%

Quadro 36

Escalões etários	Género	SIM	NÃO
18-25 anos	M	51%	71%
	F	49%	29%
26-35 »	M	33%	25%
	F	67%	75%
36-45 »	M	33%	56%
	F	67%	44%
46-55 »	M	62%	75%
	F	38%	25%
55-65 »	M	60%	0%
	F	40%	100%
> 66 »	M	25%	50%
	F	75%	50%

Cruzamento da questão 15 (Acha que existe alguma relação entre violência e presença de africanos em Portugal?) e 16 (Acha que os portugueses aceitam facilmente a presença de africanos em Portugal ?)

Quadro 37

15

16

	SIM	NÃO
SIM	40%	60%
NÃO	44%	56%

Pergunta 16 - Acha que os portugueses aceitam facilmente a presença de africanos em Portugal?

Quadro38

SIM	NÃO
42%	58%

Pergunta 17 - Em sua opinião, existe alguma influência da cultura africana sobre os hábitos dos portugueses?

Quadro 39

SIM	NÃO
51%	49%

Quadro 40

HABILITAÇÕES	SIM	NÃO
Curso Superior	71%	29%
Curso Complementar	43%	57%
2º ciclo /9º ano	53%	47%
1º ciclo	63%	37%
4ª classe	40%	60%

Quadro 41

Escalões etários	SIM	NÃO
18-25 anos	46%	54%
26-35 »	61%	39%
36-45 »	73%	27%
46-55 »	37%	63%
55-65 »	46%	54%
> 66 »	40%	60%

Quadro 42

Escalões etários	Género	SIM	NÃO
18-25 anos	M	40%	61%
	F	60%	39%
26-35 »	M	27%	42%
	F	73%	58%
36-45 »	M	36%	41%
	F	64%	59%
46-55 »	M	63%	61%
	F	37%	39%
55-65 »	M	66%	57%
	F	34%	43%
> 66 »	M	25%	33%
	F	75%	67%

Pergunta 18 - Conhece algum aspecto da cultura africana?

Quadro 43

SIM	NÃO
69%	31%

ANEXO 4

ESTATÍSTICAS GLOBAIS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

[illegible]

Zona Geográfica Nacionalidade e Sexo		Total	De 0 a 4 anos	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Portugal	HM	9862540	544127	645948	781584	845219	764870	726307	694299	660781	634158
	H	4754632	278583	331224	398442	428071	384466	369396	340847	321666	307487
Portuguesa	HM	9705998	531471	632437	762930	821274	749100	713464	682873	651417	627515
	H	4679013	272028	324251	389076	416581	378757	352921	336149	316993	304248
Macao	HM	34	3	1	6	1	3	-	5	4	1
	H	13	3	-	2	-	2	-	4	1	-
Timor-Leste	HM	37	-	1	4	8	6	5	-	4	3
	H	11	-	-	1	3	1	3	-	-	1
Estrangeira	HM	106519	4297	8272	13014	16633	11616	10511	9640	7725	5040
	H	52821	2200	4231	6513	7975	5878	5452	4952	3991	2584
Europa	HM	37464	1650	2730	5310	7184	2747	1768	1910	1846	1954
	H	17838	865	1348	2684	3216	1239	806	862	866	992
África	HM	36598	698	1793	2950	2804	4879	4906	5072	4213	2050
	H	18936	347	908	1396	2351	2564	2689	2818	2368	1091
África do Sul	HM	1276	82	152	199	364	255	64	40	22	18
	H	625	39	89	102	182	126	33	16	8	6
Angola	HM	9365	230	534	1007	1972	1661	1193	862	634	346
	H	4229	123	258	474	1013	836	557	371	247	122
Cabo Verde	HM	15702	156	392	650	1250	1588	1900	2771	2684	1198
	H	8568	78	197	308	591	825	985	1591	1600	689
Guiné Bissau	HM	3161	77	204	267	288	442	730	561	261	132
	H	2023	38	95	128	133	278	554	405	200	93
Moçambique	HM	3172	32	218	434	499	393	364	303	272	177
	H	1454	16	120	205	230	190	171	134	132	86
S. Tomé e Príncipe	HM	2007	47	140	199	234	291	298	279	189	89
	H	927	19	64	72	112	135	152	132	100	39
Zimbabwe	HM	151	4	4	23	64	17	10	9	8	3
	H	75	3	4	13	30	9	6	6	3	-
Outros	HM	1764	70	149	181	133	232	347	247	143	87
	H	1034	31	81	94	60	155	231	163	78	56

(Continuação)

Zona Geográfica Nacionalidade e Sexo		De 45 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	De 60 a 64 anos	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 a 79 anos	De 80 a 84 anos	De 85 ou mais anos
		11	12	13	14	15	16	17	18	19
Portugal	HM	569297	559008	561730	532991	469834	344638	270983	165489	91277
	H	271516	265457	263120	245000	211903	149179	109775	59749	26763
Portuguesa	HM	564044	553891	556817	528319	465911	341682	268657	164027	90169
	H	268999	263104	260927	242961	210260	148078	108959	59277	26447
Macao	HM	1	1	2	2	2	1	-	-	1
	H	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Timor-Leste	HM	-	-	1	1	1	2	1	-	-
	H	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Estrangeira	HM	3859	3469	3089	2874	2247	1685	1205	795	548
	H	1942	1704	1493	1328	1018	673	454	266	167
Europa	HM	1832	1641	1683	1632	1273	878	627	474	325
	H	905	806	831	803	644	398	279	183	112
África	HM	1320	1250	920	691	393	277	179	129	64
	H	707	661	441	300	146	77	43	30	8
África do Sul	HM	24	22	9	7	5	5	3	2	3
	H	9	7	1	2	2	1	1	1	-
Angola	HM	217	183	158	121	78	70	45	33	21
	H	62	43	37	27	24	15	11	7	2
Cabo Verde	HM	765	812	575	428	219	128	92	64	30
	H	471	507	333	224	86	41	26	13	3
Guiné Bissau	HM	80	46	24	19	9	9	6	4	2
	H	50	24	9	6	2	6	-	1	1
Moçambique	HM	119	96	76	60	46	43	21	13	6
	H	54	33	27	20	19	10	2	4	1
S. Tomé e Príncipe	HM	62	47	46	35	19	14	10	7	1
	H	29	23	23	12	7	2	3	2	1
Zimbabwe	HM	5	-	-	1	-	1	1	-	1
	H	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	HM	48	44	32	20	17	7	1	6	-
	H	31	24	11	9	6	2	-	2	-



ANEXO 5

ESTATÍSTICAS DA SITUAÇÃO DOS ESTRANGEIROS PERANTE O TRABALHO

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE ATÉ DEZEMBRO DE 1994
NACIONALIDADE/SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO/OCUPAÇÕES

NACIONALIDADES	SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO				TOTAL	OCUPAÇÕES				TOTAL
	Patrão	Trab. Conta Própria	Trab. Conta Outrem	Outros		Doméstica	Estudante	Reformado	Outros	
ANGOLA	324	17	6241	8	6590	2421	4039	52	84	6596
ARGENTINA	10	-	25	-	35	2	3	2	1	8
ARMÊNIA	1	-	2	-	3	-	1	-	-	1
ARMÊNIA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
ARABIA SAUDITA	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
ARMÊNIA	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
ARMÊNIA	220	8	20326	20	20574	8900	5999	100	47	15046
ARMÊNIA	1	-	3	-	4	2	1	-	-	3
ARMÊNIA	1	-	2	-	3	2	-	-	-	2
ARMÊNIA DO MARFIM	1	1	17	-	19	1	32	1	-	34
ARMÊNIA	13	-	10	-	23	6	5	-	3	14
ARMÊNIA	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-
ARMÊNIA	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
ARMÊNIA	2	-	6	-	8	1	1	-	-	-
ARMÊNIA-BISSAU	280	4	5738	14	6036	845	2365	33	52	329
ARMÊNIA-CONAKRI	2	-	166	-	168	1	8	1	-	1
ARMÊNIA	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
ARMÊNIA	-	-	2	-	2	-	1	-	1	-
ARMÊNIA	5	-	9	-	14	3	17	-	-	2
ARMÊNIA	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-
ARMÊNIA	4	-	7	-	11	5	3	-	-	-
ARMÊNIA	6	-	38	-	44	1	-	-	-	-
ARMÊNIA	26	1	101	-	128	21	28	2	11	6
ARMÊNIA	4	-	3	-	7	1	1	-	-	-
ARMÊNIA	1	-	1	-	2	4	16	-	-	-
ARMÊNIA	275	-	1554	2	1831	923	1276	19	28	224
ARMÊNIA	-	7	-	26	33	7	10	-	-	1
ARMÊNIA	86	4	79	1	170	40	47	3	1	9
ARMÊNIA-CENTRO AFRICANA	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
ARMÊNIA	2	-	1	-	3	-	1	-	-	-
ARMÊNIA E PRÍNCIPE	131	7	1594	7	1739	735	1204	29	21	19
ARMÊNIA	15	1	162	-	178	8	8	-	1	-
ARMÊNIA ILHAS	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
ARMÊNIA LEOA	1	1	8	-	10	3	-	-	-	-
ARMÊNIA	2	-	1	-	3	2	-	-	-	-
ARMÊNIA	2	-	2	-	4	4	2	-	-	-
ARMÊNIA	51	-	105	1	157	83	45	3	1	1
ARMÊNIA	5	-	7	-	12	2	4	1	5	-
ARMÊNIA	-	-	2	-	2	-	1	-	1	-
ARMÊNIA	18	-	59	-	77	28	33	-	5	-

ANEXO 6

ESTATÍSTICAS DE EDUCAÇÃO

TOTAL GERAL POR GRUPOS CULTURAIS E PERCENTAGENS POR DISTRITOS

1º CICLO

DISTRITOS	Total Geral	Grupos Culturais	
		nº	%
Aveiro	41 222	3 302	8,0
Beja	8 527	337	4,0
Braga	54 891	2 052	3,7
Bragança	8 541	764	8,9
Castelo Branco	10 527	789	7,5
Coimbra	21 079	1 315	6,2
Évora	8 584	243	2,8
Faro	19 760	2 062	10,4
Guarda	10 576	834	7,9
Leiria	24 466	1 638	6,7
Lisboa	81 152	12 613	15,5
Portalegre	6 205	232	3,7
Porto	98 650	2 317	2,3
Santarém	22 649	1 181	5,2
Setúbal	35 749	4 835	13,5
Viana	14 467	512	3,5
Vila Real	15 457	831	5,4
Viseu	26 103	2 044	7,8
TOTAL	508 605	37 901	7,45

2º CICLO

Total Geral	Grupos Culturais	
	nº	%
18 227	1 119	6,1
3 632	126	3,5
23 080	975	4,2
4 475	397	8,9
4 983	188	3,8
11 306	586	5,2
4 103	108	2,6
10 295	1 200	11,7
4 975	292	5,9
11 360	708	7,1
47 117	3 968	8,4
2 930	135	4,6
49 075	1 620	3,3
11 733	458	3,9
21 393	1 944	9,1
7 891	459	5,8
7 511	332	4,4
11 932	954	8,0
256 028	15 569	6,08

3º CICLO

Total Geral	Grupos Culturais	
	nº	%
26 403	1 872	7,1
6 180	128	2,1
29 393	1 841	6,3
7 056	445	6,3
7 958	463	5,8
17 774	650	3,7
6 786	220	3,2
15 816	1 656	10,4
7 150	418	5,8
16 411	1 094	6,7
80 369	4 392	5,5
4 723	154	3,3
67 120	2 049	3,1
18 133	577	3,2
35 463	2 248	6,3
9 670	791	8,2
10 572	593	5,6
17 097	1 208	7,1
384 074	20 799	5,41



Secretariado ENTRECULTURÁS

1992-93 - AVALIAÇÃO (%)
ALUNOS DE GRUPOS CULTURAIS POR NÍVEIS DE ENSINO

Grupos Níveis Culturais de Ensino	C.V.	Guiné	S. Tomé	Angola	Moçam.	Ind. Paq.	Macau	Timor	Cigano	Ex-em.	Brasil	UE	Outros
1º Ciclo	77.0	85.2	77.9	85.1	86.6	88.2	92.3	87.3	65.1	89.8	95.2	90.1	88.2
2º Ciclo	84.9	84.3	87.6	89.2	90.7	83.3	88.9	96.9	76.7	92.7	94.5	95.1	91.9
2º Ciclo TV	92.3	100.	100.	95.5	100.	100.	85.7	94.8	100.	92.6	96.6
3º Ciclo	83.1	81.6	81.8	83.2	84.4	89.8	100.	79.1	81.8	86.2	90.6	89.0	87.3

ANEXO 7

ESTATÍSTICAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Quadro I - Emigrantes legais portugueses, por países de destino, de 1956 a 1988



Anos	África			Américas						
	África do Sul	Outros Países	Total	Argentina	Brasil	Canadá	Estados Unidos	Venezuela	Outros Países	Total
1956	1 255	447	1 672	463	16 814	1 612	1 503	3 773	184	24 349
1957	757	313	1 070	518	19 931	4 158	1 628	4 324	421	30 980
1958	647	327	974	662	19 829	1 619	1 596	4 073	382	28 161
1959	729	257	986	385	16 400	3 961	4 469	3 175	232	28 722
1960	668	142	830	190	12 451	4 895	5 679	4 026	339	27 580
1961	1 126	147	1 273	434	16 073	2 635	3 370	4 347	245	26 104
1962	739	215	954	790	13 555	2 739	2 425	3 552	270	23 301
1963	699	236	935	368	11 281	3 424	2 922	3 109	250	21 354
1964	1 437	148	1 585	207	4 929	4 770	1 601	3 784	171	15 462
1965	2 802	223	3 025	159	3 051	5 197	1 852	3 920	174	14 353
1966	4 721	290	5 011	225	2 607	6 795	13 357	4 697	186	27 867
1967	1 947	174	2 121	192	3 271	6 615	11 516	4 118	365	26 077
1968	921	239	1 160	124	3 512	6 833	10 841	3 751	322	25 383
1969	713	372	1 085	139	2 537	6 502	13 111	3 044	401	25 734
1970	702	257	959	124	1 669	6 529	9 726	2 927	255	21 230
1971	339	428	767	55	1 200	6 983	8 839	3 500	182	20 759
1972	274	202	476	17	1 158	6 845	7 574	3 641	160	19 395
1973	359	130	489	18	890	7 403	8 160	4 294	165	20 930
1974	452	139	591	19	729	11 650	9 540	2 550	100	24 588
1975	217	150	267	18	1 553	5 857	8 975	1 903	101	18 407
1976	212	106	318	22	837	3 597	7 496	1 833	169	13 954
1977	209	199	408	12	557	2 335	6 822	3 681	89	13 496
1978	159	710	869	38	321	1 868	8 176	3 575	86	14 064
1979	164	951	1 115	42	216	2 805	8 177	3 934	94	15 268
1980	162	1 042	1 204	76	230	2 334	4 999	2 734	135	11 508
1981	422	879	1 301	48	228	2 196	4 295	2 484	182	9 433
1982	142	502	644	1	187	1 484	1 889	2 827	104	6 492
1983	101	303	404	-	197	823	2 437	1 376	103	4 936
1984	150	220	370	-	121	764	2 651	661	111	4 308
1985	125	131	259	-	136	791	2 783	631	107	4 448
1986	27	44	71	-	91	983	2 704	160	134	4 072
1987	27	38	65	-	28	3 398	2 643	81	193	6 343
1988	26	15	41	-	21	5 646	2 112	81	137	7 997

(Continua)

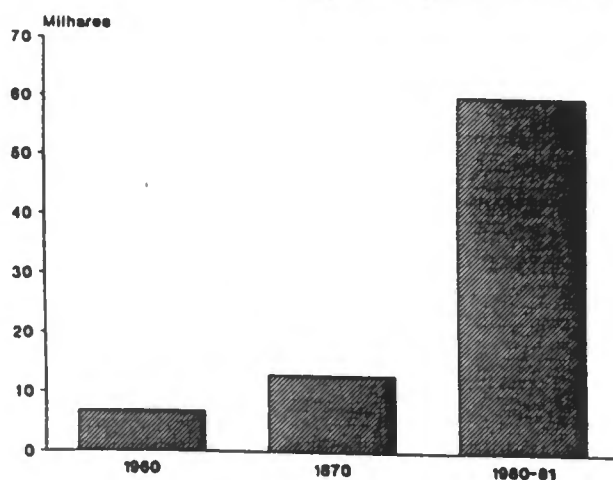
Quadro I

(Continuação)

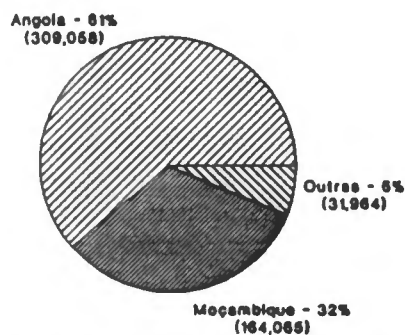
Anos	Ásia	Europa								Oceania	Total Geral
		Alemanha	França	Países Baixos	Luxemburgo	Reino Unido	Suiça	Outros Países	Total		
1956	5	6	772	8	-	97	4	58	945	46	27 017
1957	63	5	3 102	8	1	60	14	16	3 206	37	35 356
1958	15	2	4 694	6	-	103	9	9	4 823	57	34 030
1959	27	6	3 542	2	2	76	8	42	3 678	45	33 458
1960	1	54	3 593	3	2	84	8	61	3 805	102	32 318
1961	8	277	5 446	55	20	137	49	43	6 027	114	33 526
1962	11	483	8 245	70	4	163	20	178	9 163	110	33 539
1963	19	1 039	15 223	152	115	239	53	278	17 099	112	39 519
1964	10	3 868	32 641	297	328	331	193	756	38 414	175	55 646
1965	15	11 713	57 319	480	363	421	171	1 032	71 499	164	89 056
1966	8	9 686	73 419	1 308	462	597	205	1 296	86 973	288	120 239
1967	2	2 042	59 415	401	205	631	191	1 033	63 918	347	92 502
1968	3	4 886	46 515	467	215	537	176	642	53 438	381	80 452
1969	5	13 279	27 234	420	361	783	276	429	42 782	446	70 165
1970	1	19 775	21 962	393	269	506	362	434	43 701	360	66 360
1971	1	16 997	10 023	338	175	303	344	258	28 438	435	50 400
1972	2	14 377	17 800	149	529	309	527	271	33 962	249	54 084
1973	-	31 471	20 692	394	2 870	586	1 246	152	57 426	672	79 502
1974	-	3 049	10 568	278	2 123	666	735	156	17 575	643	43 397
1975	374	1 072	2 866	44	649	630	123	123	5 507	256	24 811
1976	277	346	1 780	19	137	299	94	36	2 731	213	17 493
1977	481	210	1 417	34	198	201	238	102	2 400	441	17 226
1978	874	112	1 604	25	155	145	212	69	2 352	500	18 659
1979	918	76	2 159	19	519	177	30	69	3 042	231	20 574
1980	2 411	69	1 867	38	448	99	40	567	2 628	320	18 071
1981	2 344	41	1 565	50	188	46	50	75	2 015	1 420	16 513
1982	- 822	25	546	12	92	27	48	106	856	1 462	10 276
1983	- 35	23	665	15	49	24	45	33	854	867	7 096
1984	24	25	658	16	15	24	31	30	809	1 045	6 556
1985	17	18	1 180	13	23	16	27	30	1 307	1 121	7 149
1986	13	25	924	18	13	16	55	178	1 229	868	6 253
1987	3	26	167	13	12	11	91	31	351	1 346	8 108
1988	7	38	370	5	28	6	112	47	606	889	9 540

Fonte: Boletim Anual da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1988)

Emigrantes regressados (Continente)

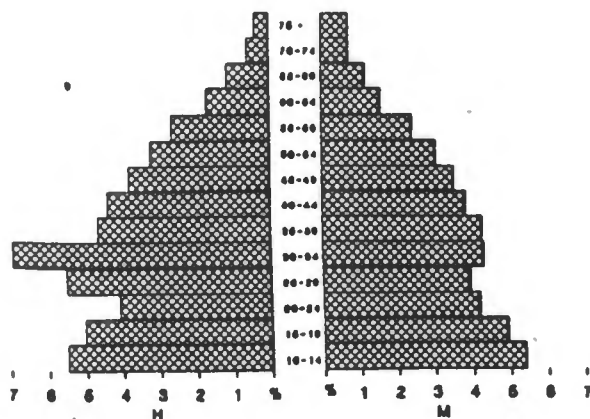


Fonte: C. Cónim (1984), "Emigrantes portugueses: o regresso 1960-1981", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 26, pp. 77-125



Origem da população repatriada (indivíduos residentes em Portugal em 1981 que residiam nas ex-colónias em 31.12.1973)

Fonte: INE, XI Recenseamento Geral da População



Pirâmide de idades da população repatriada (indivíduos residentes em Portugal em 1981 que residiam nas ex-colónias em 31.12.1973)

Fonte: INE, XI Recenseamento Geral da População